GOVERNO FEDERAL
MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE E MUDANÇA DO CLIMA

146ª Reunião Ordinária do Plenário do Conama

Realizada em
Brasília/DF.
11 de junho de 2025.

(Transcrição ipsis verbis)
Empresa RDK Degravações e Eventos

O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO (Secretário-Executivo do Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima - MMA) − Bom dia a todos e todas. Bem-vindos, bem-vindas a 146ª Reunião do Conselho Nacional do Meio Ambiente. Marcela, tudo bem? Ricardo? Fábio, por favor. Hoje temos um convidado ilustre. O deputado e constituinte Fábio Feldmann. Rodrigo Agostinho, a favor? Nosso deputado derivado da constituinte, Rodrigo Agostinho. Bom, fui informado pela Secretaria Executiva do CONAMA que já temos quórum, correto? Procede? Então podemos dar início à reunião agradecendo a presença de todos e todas. E, de imediato, passando a palavra para a abertura da nossa ministra Marina Silva que está aqui presente, chegando direto da conferência de um sub oceano de Paris. Muito bem, ministra, com a palavra.

A SRª. MARINA SILVA - PRESIDENTE (Ministra de Estado do Meio Ambiente e Mudança do Clima - MMA) − Chegando ontem à noite. Bom dia a todos e a todas. Primeiro eu quero agradecer a Deus por estarmos aqui. Cumprimentar nosso companheiro João Paulo Capobianco, juntamente com a Marcela que fazem toda a parte executiva desse douto conselho. Cumprimentar o Rodrigo Agostinho que sempre nos anfitriona aqui no CONAMA, no Ibama. Obrigada, Rodrigo. Nossa diretora eu já falei, querido Fábio Feldmann, nosso especial convidado. Eu me lembro que nós tivemos um convidado especial na primeira reunião do CONAMA que foi o ministro Herman e agora... E sempre em momentos importantes. E agora nós temos aqui o Fábio, seja muito bem-vindo, vai nos brindar daqui a pouco com uma avaliação sobre o PL do licenciamento. Ricardo Cavalcante Barbosa, consultor jurídico... Barroso do Ministério do Meio Ambiente. Todos os nossos conselheiros, conselheiras, convidados, convidadas, secretária executiva adjunta, Ana Flávia, na pessoa da Ana. Cumprimentando todo o corpo dirigente do ministério do Meio Ambiente aqui presente. Bem, eu vou fazer rapidamente aqui algumas colocações que têm a ver com a situação que todos nós estamos acompanhando no mundo e no Brasil de um agravamento muito significativo de crises que são agravadas que os especialistas sempre chamam de múltiplas crises, mas aqui vamos dar o foco na crise ambiental e na crise climática que vem sendo agravada, como todos os senhores já sabem, com termos alcançado 1,5 de temperatura da Terra em relação ao período pré-industrial em 2024. Tudo que a partir daí tem derivado de preocupação e de resultados negativos para as populações, as economias e, sobretudo,

a vida das pessoas. Então, isso exige de nós uma série de ações que, infelizmente, vêm sendo minadas por um contexto geopolítico de recrudescimento de guerras. Eu estive agora na conferência dos oceanos e uma das coisas que todos falam por uma boca só é de que estamos vendo o dinheiro que deveria ir para a ação climática de proteção dos oceanos, para as ações no âmbito da CDB e tantas outras agendas importantes estarem sendo destinadas para a questão de segurança em função do recrudescimento da guerra. Guerras que têm assolado as populações vulneráveis, principalmente a população civil, com atrocidades que nos deixam todos perplexos como podemos ver na África, podemos ver na Ucrânia e, sobretudo, o que acontece na faixa de Gaza. E esses acontecimentos vêm, além de fazendo essas vítimas, minando algo que é muito importante para fazer o enfrentamento dessas múltiplas crises, que é a questão da cooperação. Com mais guerra, menos solidariedade. Com mais disputa geopolítica, menos cooperação. Com mais guerra tarifária, mais se desloca o enfrentamento que deveria ser da guerra contra a mudança do clima e a gente fica fazendo guerra uns contra os outros. Mas, mesmo assim, eu gostaria de compartilhar com vocês algumas questões que eu julgo importantes porque, afinal de contas, nem só de coisa negativa deve viver as pessoas e a gente tem que celebrar cada ganho positivo porque é uma maneira de a gente poder também ganhar força, ganhar vida para continuar andando e lutando. E eu queria aqui fazer alguns destaques: A 5ª Conferência Nacional de Meio Ambiente que foi realizada recentemente. A questão dos ganhos que obtivemos sobretudo no Dia Mundial do Meio Ambiente e a conferência das Nações Unidas sobre oceano que está acontecendo em Nice. Em relação à Conferência Nacional de Meio Ambiente eu diria que foi um verdadeiro sucesso, quero agradecer o empenho, a colaboração de todos aqui do CONAMA, mas, especialmente daqueles que compuseram a comissão coordenadora da conferência. Parabenizando mais uma vez aqui a Luciana, a Larissa e todos os membros do corpo dirigente do Ministério que se empenharam. Tivemos uma conferência onde tivemos a participação de mais de 3 mil pessoas, sendo 1.185 delegados e delegadas. Uma conferência que teve a maioria de pessoas pretas, a participação altamente significativa das mulheres de juventudes, de povos indígenas, de comunidades tradicionais envolvendo as 27 unidades da federação. Foram quase 3 mil municípios que se envolveram. Além das conferências feitas pelos estados e municípios, tivemos também

as conferências autogestionadas. Então, um verdadeiro sucesso. Ali conseguimos, em um processo inovador afunilar quase 2 mil propostas para 100 propostas prioritárias, cerca de 100 propostas prioritárias, ainda fazendo uma hierarquização para 10 propostas das 100 que foram apresentadas de sorte que agora os estados, municípios e o governo federal conta com uma boa base de propostas que nos ajudarão a formular políticas públicas e a planejar políticas públicas na área de meio ambiente e desenvolvimento sustentável. Além dos diferentes setores da sociedade que beberão na mesma fonte, seja movimentos sociais, seja setor privado, academia, enfim, diferentes segmentos. Então, quero aqui celebrar um desses pontos. O outro ponto é o dia mundial do meio ambiente. Tivemos também o dia mundial do oceano que acabamos de celebrar também. Eu poderia dizer que o dia do meio ambiente, na perspectiva do ministério, eu sei que cada um aqui teve suas maneiras de participar e de tratar esse dia que é simbólico, mas, ao mesmo tempo, ele faz parte do nosso cotidiano e deve ser usado como uma alavanca, eu gosto da frase que diz que: “O futuro é apenas um pretexto para a gente fazer as coisas no presente.” O dia do meio ambiente é apenas um pretexto para que a gente apresente as coisas que a gente trabalhou durante, antes do dia do meio ambiente para poder consolidá-las. Então, eu diria que foi uma data comemorada em três atos, o primeiro ato tem a ver com uma reunião que o presidente Lula fez questão de fazer antes de viajar para o encontro de estado que teve lá na França e depois para a conferência dos oceanos em Nice, também na França, e ali foram apresentados vários atos, um deles, um trabalho que o secretário Capobianco se envolveu diretamente, juntamente com as nossas equipes e o governo do estado do espírito santo que foi a criação da apa da Foz do Rio doce, e celebramos esse ganho. Um outro ganho importante que o presidente fez questão de assinar antes da viagem foi a criação da Reserva de Desenvolvimento Sustentável do Faxinal do Bom Retiro e a Reserva de Desenvolvimento Sustentável do Faxinal de são Roque, ambas no Paraná, e aí estabelecendo uma nova categoria de populações tradicionais que são os nossos faxinalenses, o povo faxinalense, e cada dia mais celebramos que a gente esteja retomando a agenda de criação de unidades de conservação e de demarcação de terras indígenas que ficou completamente paralisada no governo anterior. Eu não vou me ater aqui a todos os atos. O presidente Lula assinou cerca de sete decretos antes de viajar, uma boa parte dele referente a nossa agenda de

oceano, e a outra parte foi com o nosso vice-presidente e o ministro adjunto, o secretário Capobianco, na minha ausência, que foi algo ali em torno de oito decretos, não é isso, Capô? Todos eles muito importantes, além de ter anunciado o repasse de R$ 825 milhões para o Ibama do Fundo Amazônia para que a gente possa ter as ações do Ibama cada vez mais potencializado em um contexto em que a situação do desmatamento fica mais complexa, dos incêndios fica mais complexa, e de que o Ibama, que tem apresentado resultados altamente relevantes, agora conta com esse aporte de recursos para poder estar cada vez mais equipado. Ainda fomos blindados com toda uma agenda de enfrentamento da questão da mudança do clima referente ao oceano, o presidente Lula está muito imbuído do propósito de que o oceano deva ser tão mencionado e priorizado quanto as florestas, e nós ali já tanto o vice-presidente como ele estabelecemos a questão do planejamento espacial marinho que foi um dos nossos anúncios, das nossas entregas voluntárias na conferência de oceano. Também ampliamos o programa Áreas Protegidas da Amazônia, agora indo para algo que eu me esqueci que era importante com uma abordagem, nesse momento, entrando ali as comunidades. No que concerne ainda os atos que foram assinados, temos a nossa EMPANB que é a NDC da biodiversidade, e eu quero aqui cumprimentar, que sempre fica lá atrás, a Rita Mesquita. Vem aqui para frente, Rita e toda a sua equipe, pelo trabalho que fizeram juntamente com o ICMBio, todas as nossas equipes. Tudo isso é motivo de celebração. O nosso vice-presidente junto com o Capô assinaram também o nosso PEN e nós tivemos assinado também o Refúgio da Vida Silvestre do soldadinho do Araripe, no Ceará, que era uma demanda que estava há muito tempo no prelo. Eu sei que é muito chato ficar falando de coisa que fez, mas pior é a gente ficar se explicando de coisa que a gente não fez, como a gente fez muita coisa, não vai dar tempo de falar de todas, mas eu quero agradecer as nossas equipes por tudo que fizemos para que esse dia fosse um dia em que pudéssemos ter ali alguns anúncios, e ainda a conferência dos oceanos. O Brasil tem mais de 7 mil quilômetros de área costeira e nós estamos trabalhando para fazer jus a essa potência que somos, então anunciamos também os nossos programas como o ProManguezal, o ProCoral para proteger essas áreas e o Brasil levou vários compromissos voluntários, inclusive esse que estabelece que temos, no âmbito da convenção da biodiversidade, de ter 30% tanto das áreas terrestres quanto das áreas

marinhas na modalidade de área protegida. Nós já alcançamos 26% no caso da área marinha, queremos chegar a 30% e além, porque esse é o potencial de um país como o Brasil. Estamos altamente comprometidos com a agenda 30-30 a que me referi anteriormente. Em relação ao desmatamento vocês conhecem os dados, os dados do desmatamento dos primeiros dois anos do governo foi de queda de 46% na Amazônia e de 32% no país inteiro. Tivemos queda em todos os biomas, inclusive na Mata Atlântica, que teria caído 19% se não fosse os eventos climáticos extremos em que as chuvas torrenciais levaram cerca de 3 mil hectares de floresta de Mata Atlântica, e isso fez com que nós não tivéssemos ali a redução também ficando, enfim, estabilizado, mas foi por desmatamento em função da mudança do clima. No caso da Amazônia, nós identificamos uma tendência de alta, sobretudo agora em maio, uma tendência de alta de 90%, um pouco mais de 90%, e os dados do INPA, do sistema DT, nos dão conta de que isso aconteceu porque foram computados os hectares de área que foi considerada como desmatamento pela nossa metodologia em função dos incêndios de 2024. Mais de 50% dessas áreas computadas como desmatamento veio em função das queimadas. Quando a gente olha só para o desmatamento temos ali uma estabilização, em maio um aumento de 9% que ainda dentro da margem de erro estaria estabilizado, mas com esses dados do desmatamento em função de incêndios agravados pela mudança do clima, nós estamos já fazendo uma série de reajustes. Fizemos seminários técnicos científicos que nos ajudarão a nos reposicionar além da mobilização de recursos, seja no programa união com município de mais de 700 e 800 milhões além desses recursos para o Ibama que me referi, os recursos para os municípios, para os estados para ajudar corpo de bombeiro, 45 milhões para cada estado da Amazônia, e outras ações que estamos levando a cabo, também não quero aqui ficar falando de todas elas. E eu vou me encaminhando para o encerramento falando de algo muito preocupante que agora voltamos para a agenda das preocupações, que é o PL do licenciamento, mas eu tinha dito que o dia do meio ambiente foi comemorado em três atos, um com o presidente da República, um com o Vice-presidente, o secretário Capô e a nossa manifestação em cadeia nacional do Ministério do Meio Ambiente, onde colocamos ali um posicionamento forte em relação ao PL do licenciamento que, corretamente, está sendo visto como a destruição da coluna vertebral da proteção do meio ambiente no Brasil. Mas sobre isso o

Fábio Feldmann vai falar com mais propriedade fazendo uma análise mais abrangente do que significa esse PL, mas há uma grande mobilização da sociedade brasileira contrário a ele. Há uma manifestação, inclusive dos meus colegas ex-ministros de meio ambiente Ricupero, Isabella, Duarte, Sarney, Krauser, ministro Ricupero, todos os colegas que fizeram uma manifestação, estão pedindo uma audiência com o presidente Hugo Motta, ato seguinte àquela sessão fatídica no Senado, e eu agradeço a solidariedade, as manifestações públicas e no privado de muitas pessoas no Brasil inteiro, e sei que as pessoas também estão fazendo manifestações contrárias a esse PL, mas ato contínuo àquela sessão eu fui para uma audiência com o presidente Motta, exatamente para dizer que a licença por autodeclaração na modalidade em que está proposta é o fim do licenciamento, o enfraquecimento dos órgãos colegiados, como é o caso do CONAMA e dos órgãos estaduais, é um dos piores retrocessos, porque aqui nós temos técnica, nós temos representatividade, nós temos experiência para fazer as resoluções que passam por processos rigorosos de mediação, de conflito e de elaboração, compatibilizando os marcos legais com os procedimentos e regramentos ambientais, e o que está sendo proposto no PL é que isso venha a ser feito. Por um grupo de notáveis que, no meu entendimento, passa a ser por decisão política, seja do Presidente da República, seja de governadores ou de prefeitos, o que é um tiro de misericórdia no licenciamento e em qualquer possibilidade de harmonia do Sistema Nacional de Meio Ambiente, posto que nós entraremos na guerra fiscal, como vocês todos têm falado, onde cada um vai buscar regras mais fáceis para atrair investimentos. Então, esse PL, tive uma reunião com a Ministra Gleice Hoffmann para que, na volta agora, lá da Conferência do Oceano, possamos fazer uma reunião, Ministério do Meio Ambiente, Casa Civil e o Ministério de Relações Institucionais, para trabalharmos em um processo de reparação de todas essas ações que levam à destruição do licenciamento, que foram aprovadas no Senado. O que foi aprovado no Senado não é de conhecimento público, portanto, não pode ser aprovado de forma açodada. Foi o que pedi ao presidente Motta, é o que os Ministros de Meio Ambiente estão pedindo e todos nós estamos pedindo para que haja o tempo de fazer essa reparação. E, nessa reunião dentro do governo, iremos manifestar para a Casa a posição do governo em relação a vários retrocessos, inclusive o de não ouvir as populações indígenas e o de não colocar o

ICMBio como um parecer vinculante naquilo que afeta as unidades de conservação nos processos de licenciamento, além de retirar a questão dos impactos indiretos, que é um dos outros retrocessos. Como todos sabemos, os impactos indiretos, às vezes, eles são maiores do que os impactos diretos, como podemos observar no exemplo que nós repetimos exaustivamente, por ser dano mágico, que é o caso de Mariana, de Brumadinho e de feituras de estradas. Então, eu queria agradecer a todos os conselheiros e conselheiras. Acho que participar de uma conferência que é diferente de todas as conferências que já participei, que é a de oceano, onde não tem decisões que são tomadas por negociação, que não leva a compromissos vinculantes, mas são compromissos voluntários, e verificar como, a partir de agora, há todo um debate de que a questão do oceano seja considerada como parte integrante do enfrentamento da mudança do clima, e o Brasil fez uma iniciativa, lá liderada pela nossa querida Ana Paula, pelo Ministério de Ciência e Tecnologia, também, de que todos os que vão apresentar suas NDCs considerem ações com base nos oceanos. E isso nós já fazemos na nossa NDC e estamos trabalhando para que assim o seja, no balanço ético global, que está sendo liderado pelo governo brasileiro, junto com o secretário-geral, cuja primeira versão vai acontecer dia 24, no Reino Unido, vai ser um em cada continente, também a questão do oceano ganha força. Muito obrigada, uma boa reunião, que as resoluções que vão ser apresentadas aqui, tanto em relação às organizações, o cadastro das organizações da sociedade civil na área de meio ambiente, quanto em relação à questão de supressão de vegetação, possam ter um bom debate para termos bons resultados que esperamos, e mostrar que o CONAMA é o lugar adequado para que se faça isso, e não se criar mecanismos que levam à tomada de decisão por ação política. Ninguém toma um remédio que a Anvisa não liberou, porque um governador, um prefeito ou o presidente da república decidiu que o remédio deve ser colocado em circulação. O mesmo se aplica para o Ibama, o ICMBio e a FUNAI naquilo que lhes diz respeito. Muito obrigada.

O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO (Secretário-Executivo do Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima - MMA) − Muito bem, ministra. Antes de entrarmos nesse tema candente do PL de licenciamento, para o qual temos aqui o privilégio de contar com a presença do deputado Fábio Feldmann, gostaria apenas de completar, ministra, os seus informes muito precisos sobre o que foi desenvolvido na semana do

meio ambiente, com alguns tópicos que particularmente interessam a muitas pessoas que estão nesse plenário aqui. Primeiro, lembrar que nós, o vice-presidente em exercício, presidente Alckmin, sancionou a lei que fortalece a capacidade de resposta a incêndios florestais. Isso foi uma sanção muito importante, porque, na realidade, ministra, como nós sabemos, tratou de transformar em lei algumas medidas provisórias que o presidente Lula havia assinado e enviado ao congresso. A primeira delas dizia a respeito à criação de um procedimento simplificado de transferência de recursos via Fundo Nacional do Meio Ambiente para municípios em áreas de risco. Isso foi uma conquista importantíssima, um longo debate no governo, e hoje nós temos, então, já transformado em lei esse mecanismo que permite, inclusive, que emendas parlamentares sejam dirigidas para as ações de prevenção e controle do desmatamento. Também, nessa mesma lei, nós tivemos a aprovação da possibilidade inédita no nosso país de que, no caso de combate a incêndios ou emergências climáticas, aeronaves emprestadas ou cedidas por governos estrangeiros possam ser pilotadas por tripulação estrangeira. Isso era proibido na lei brasileira e, a partir de agora, nesses casos, nós temos a possibilidade de operar essas aeronaves com tripulação estrangeira, que vai ser um ganho enorme para as ações de combate que o Ibama, junto com as Forças Armadas, a Defesa, vem desenvolvendo. E também, extremamente importante, que foi motivo de muita festa no dia 5, o Dia Mundial do Ambiente, foi a redução do interstício de contratação de brigadistas. A lei, em vigor, exigia dois anos. Ou seja, o Ibama e o ICMBio capacitavam brigadistas, um trabalho enorme de capacitação, de preparação, para que essas pessoas tivessem a capacidade de fazer o enfrentamento a incêndios florestais, mas, depois de um período, eles tinham que sair do sistema, ficar dois anos fora do sistema para poder serem recontratados. Então, era algo absolutamente inadmissível do ponto de vista de eficiência e, com a nova lei, esse interstício caiu para três meses. Então, o Ibama e o ICMBio vão ter uma capacidade de manutenção de brigadistas em campo, que nunca tiveram parabéns ao Ibama, foi uma conquista do Ibama e do ICMBio, nesse caso, além de outros instrumentos importantes. Também, eu queria destacar muito fortemente algumas conquistas que, como eu disse, têm muito a ver com pessoas que estão aqui. Finalmente, ministra, nós editamos a portaria que recria o Comitê Nacional de Zonas Úmidas, que havia sido destruído, literalmente, no governo anterior e agora retomamos,

e esse Comitê de Zonas Úmidas é vital para a proteção de áreas muito sensíveis do território brasileiro e que passarão agora a contar com a militância organizada do setor acadêmico, do setor não governamental, além de todo o governo. Então, é um grande anúncio. E outro, que é muito esperado por muitos aqui, finalmente, colocamos em consulta pública, no dia 5, o Dia Mundial do Ambiente, aliás, no dia 6, dia seguinte, porque foi autorizado no dia 5, a consulta pública para o decreto que regulamenta a Lei de Pagamento por Serviços Ambientais, que é algo também que era uma expectativa enorme da sociedade brasileira para que essa lei, de fato, entrasse em vigor e pudesse beneficiar todos aqueles que hoje prestam serviços ambientais por meio da conservação ambiental. E, finalmente, queria também festejar uma conquista enorme obtida junto ao governo, a todas as áreas do governo, na parceria com o Comitê e com as organizações envolvidas nas Reservas da Biosfera da Mata Atlântica, desculpa, das reservas da biosfera, que foi a aprovação e já encaminhamento pelo Itamaraty, e, formalmente, na sexta-feira, da inclusão da reserva da biosfera, a Vitória Trindade, para que a Unesco avalie a aprovação dela para incluí-la na Rede Mundial das Reservas na esfera da Unesco. Então, foram conquistas muito importantes que foram obtidas e, finalmente, nesse mesmo dia, tivemos o privilégio, além dessa inclusão dos faxinais no nosso SNUC, finalmente, essa população. Olha só que coisa incrível, ministra. Foi no decreto de 2007, que nós trabalhamos arduamente, que tratou da questão das comunidades tradicionais, que os faxinalenses ou faxineiros, tem vários... Faxinaleiros, tem várias designações, foram reconhecidos como povos e comunidades tradicionais. E demorou esse tempo todo para que, finalmente, as áreas deles fossem reconhecidas e incluídas no SNUC. Então, foi no nosso governo que nós incluímos e reconhecemos essa comunidade culturalmente diversa, e foi no nosso governo, agora, que, finalmente, nós garantimos o direito territorial. E foi muito sensível esse dia, ministra, porque estava presente um líder dessas comunidades, e ele estava presente, então eu me referi a ele no momento da sua unidade, mas ele havia me dito que não era ele que deveria estar ali, e sim a liderança, cujo nome me fugiu agora, não sei se o Guilherme lembra, da liderança que deveria estar ali, mas só não estava ali, porque ela tinha sido assassinada em dezembro de 2024, na sua luta pelo reconhecimento desses territórios que nós reconhecemos no dia 5 de junho. Então, foi um momento realmente muito bonito, muito participativo, e também tivemos lá

um representante, dona Iracema, eu acho que a dona Iracema, que era a grande liderança, o senhor João estava presente, mas a homenagem foi feita a dona Iracema, que, como eu disse, foi assassinada pela sua luta. E também estava presente o representante das RPPNs, porque foram mais seis RPPNs reconhecidas em Portaria, pelo ICMBio também, no Dia Mundial do Meio Ambiente, valorizando a participação do setor, da sociedade, das pessoas, das comunidades, dos proprietários rurais, que vêm engrossando de forma muito significativa o Sistema Nacional de Unidade de Conservação, de forma voluntária, gravando em perpetuidade as suas propriedades, vinculando elas nas próximas gerações, em benefício de todos nós, que é um gesto absolutamente de desprendimento incrível. E, para encerrar, de fato, esses atos, eu queria lembrar aqui que nós, o Presidente da República assinou aí no dia 3 ainda, antes de viajar, assinou o decreto que muda o programa ARPA, Áreas Protegidas do Brasil, para incluir um novo componente, que é o ARPA Comunidades, que é um componente do ARPA, a Rita Mesquita, que está aqui foi uma grande liderança na condução disso, junto com a secretária Carina, e junto com o ICMBio, no sentido de garantir que as comunidades inseridas em unidades de conservação de uso sustentável, particularmente as RESECs, possam, a partir de agora, ter recursos endereçados a apoiar a permanência dessas comunidades nas RESECs. Isso é uma novidade importantíssima, porque essas comunidades... São essas comunidades que garantem a proteção dessas reservas extrativistas, mas elas vivem enfrentando enormes dificuldades na parte de saneamento, comunicação, energia elétrica, educação, enquanto o ARPA só apoiava as ações do governo, seja do governo federal, ICMBio, ou dos governos estaduais, na proteção da unidade, e não apoiava as comunidades. A partir de agora, é um componente novo, estamos negociando mais de $ 100 milhões de dólares para apoiar ações diretamente para as comunidades. Então, foram ganhos muito importantes, e eu gostaria de celebrar com todos nós, porque muitos que estão aqui foram artífices disso.

A SRª. MARINA SILVA - PRESIDENTE (Ministra de Estado do Meio Ambiente e Mudança do Clima - MMA) − Muito rapidamente, quando nós chegamos, a primeira reunião que o presidente Lula foi para os Estados Unidos, e aí eu quero até agradecer aqui várias pessoas, uma delas é o Steve Schwartzman, tinha uma horinha lá em que o presidente ia dar uma entrevista coletiva, e eu falei para o Steve: “Steve, não dava para

a gente fazer uma reunião com a filantropia?" E o Steve articulou uma reunião com a filantropia, nós fizemos uma reunião, e uma das coisas que eu falei nessa reunião era que a gente precisava de recursos para que os recursos fossem diretamente para as comunidades. Eu não sei se a Edel está aqui, mas é um testemunho. A Edel é fundamental nisso, porque nossa primeira visita fora aqui do Ministério foi lá na Ilha do Marajó, em uma reunião bonita com muitos extrativistas, que é a terra da Edel, nossa secretária, e uma senhora fez um depoimento muito forte, dizendo que eles estavam ali há muitos anos lutando, chegando inclusive a dizer que, mesmo com toda a pressão, todo o sofrimento dos negacionistas, dos que são contrários à agenda ambiental, a urna deles deu 75% de voto para a democracia, mas que eles agora estavam chegando à conclusão de que talvez fosse preciso desmatar, para poder receber alguma ajuda, e aquilo foi muito triste. Então saímos dali, saí dali com a determinação de que a gente agora ia ter programas voltados diretamente às comunidades. É correto fortalecer o ICMBio, já fizemos isso, mas uma parte desse recurso, inclusive, vem da filantropia, cuja a entrevista coletiva do presidente me deu um tempinho para fazer ali a primeira reunião e mobilizar alguns recursos. Uma outra coisa igualmente importante nessa agenda de valorização de quem protege é o TFFF, que nós estamos trabalhando agora mesmo uma série de articulação para que ele esteja de pé e operacional na COP30, aonde recursos serão destinados diretamente por hectare de floresta preservada para as comunidades indígenas, populações tradicionais, agricultores familiares e até o proprietário que tem área preservada, que deixa de desmatar. Então só um pequeno parêntese aqui, porque eu gosto muito da frase: "Só existe o que se faz." E eu fiquei até emocionada do Capô lembrar que a gente reconheceu o povo faxinalense como uma comunidade tradicional, alguns anos se passaram e quis Deus, bem que eu queria que tivesse sido antes, mas não foi, que fôssemos nós que fizéssemos agora a criação da reserva. Então é isso, só existe aquilo que se faz e às vezes a gente tem que ser disruptivo, ter visão prospectiva das coisas, porque senão, até hoje, a gente ainda estaria com o Ministério como uma secretaria nacional.

O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO (Secretário-Executivo do Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima - MMA) − Muito bem. Então, encerrando, [ininteligível] que eu pedi desculpas no discurso lá no Palácio, porque ficou um pouco longo, como

está sendo agora, porque são muitas coisas, mas se a gente realmente não compartilha, fica parecendo que as coisas não estão acontecendo. A senhora mesmo disse no início, na abertura, que nós temos que nos apegar àquilo que nós estamos conquistando, para que a gente possa seguir enfrentando os grandes desafios, como é o caso desse PL do licenciamento, que vamos discutir na sequência. Mas para encerrar agora, de fato, as conquistas da Semana Mundial do Meio Ambiente, eu queria informar que nós tivemos, na reunião do Fundo Nacional do Meio Ambiente, uma reunião excepcional do fundo, queria parabenizar a Mirian, que está aqui presente e coordena o fundo com muita dedicação, junto com o Rodrigo Vieira, que não está aqui porque está nos representando em uma viagem no exterior. Nós tivemos duas aprovações. Um foi o edital Periferias Verdes e Resilientes, uma parceria do Ministério do Meio Ambiente com o Ministério das Cidades, que vai destinar R$ 25 milhões de reais em projetos de organizações da sociedade civil preparatórias, propondo ajustes e melhorias na gestão, na preparação de ação nas cidades para adaptação às mudanças climáticas, com base em soluções baseadas na natureza, está aqui o nosso secretário Adalberto, que batalhou muito por isso. Parabéns, Adalberto, foi uma conquista importante incluir esse tema, assim como conseguir o apoio do Ministério das Cidades, que inclusive o ministro Jader esteve no dia 5 Mundial do Meio Ambiente, parabenizando a equipe, parabenizando você por essa importantíssima conquista. E uma outra inédita, que nós vamos comemorar aqui agora, foi o lançamento do edital de apoio aos municípios que hoje estão na linha de risco, na frente de risco de incêndios florestais. Esse edital é inédito, porque ele é uma parceria entre o Fundo Nacional do Meio Ambiente e o Fundo de Defesa de Direitos Difusos. Isso foi uma conquista importantíssima, uma parceria extremamente promissora, ministra, e muito dinâmica com o Ministério da Justiça e Segurança Pública. Nós temos aqui presente o Vítor Guimarães, que é diretor do Departamento de Políticas de Direitos Coletivos e Difusos, que permitiu nas tratativas com o Fundo Nacional do Meio Ambiente, capitaneadas pelo secretário André Lima, que também não está aqui, porque está nos representando em uma conferência em Roma, sorte dele. Mas eu queria, então, agradecer muito ao Ministério de Justiça e Segurança Pública e queria pedir, convidar ao Vítor Guimarães que pudesse aqui usar o microfone para nos trazer algumas palavras aqui pelo apoio fundamental a esse edital, que eu espero que se repita outras vezes,

justamente garantindo recursos na ponta para que os municípios que estão no programa União com Municípios se capacitem para enfrentar o drama dos incêndios florestais, que cada vez aumentam mais em função do agravamento da crise climática. Então, por favor, Vítor, com a palavra.

O SR. VITOR GUIMARÃES – Secretário Capô, Ministra Marina, é uma honra estar aqui nessa reunião do CONAMA. Logo depois, e no meio desse conjunto de ataques que o Brasil está sofrendo, e a senhora que não se submete, é referência. Minha esposa falou: "Se você estiver com a Marina, fala que ela tem uma fã aqui em casa." E tenho certeza que não é só lá. Fico feliz, Capô, que a gente está conseguindo lançar aqui. É uma honra para mim estar lançando esse edital junto da Ministra Marina. O Fundo de Direitos Difusos é um fundo para reparação, recuperação e promoção de direitos coletivos e difusos, aqueles que são para todos, que não dá para entender exatamente para quem é. É oriundo de condenações, é oriundo de multas, de aplicações, por exemplo, do Cad e do Ministério Público Federal. E nós, com a participação do João Paulo Sotero, ex-conselheiro, com a participação do Roberto, conselheiro do FDD, nós conseguimos a aprovação desse recurso. Uma aprovação histórica, R$ 20 milhões de reais, somados aos R$ 12 milhões que o Fundo Nacional do Meio Ambiente tinha, para em uma parceria interinstitucional, entre ministérios, para em uma parceria com os municípios, a gente chegar na linha de frente. São 81 municípios que estão listados, como esses municípios lá na ponta. Tem a resolução do COMIF, de estabelecimento dos planos para o enfrentamento desses municípios, e não só a gente está aprovando a política, como a gente está conseguindo financiar. Serão 32 municípios, pelo menos, apoiados, entre 800 e R$ 1 milhão de reais, para comprar equipamento, para comprar material, para formatar o seu plano. Esse edital já está publicado hoje no Diário Oficial, e isso, como a ministra falou, é prospectivo, é de futuro, a gente está estabelecendo uma parceria e estamos começando uma política piloto. A gente está fazendo com que o recurso chegue nos municípios. Tem gente que usa o dinheiro e faz chegar nos municípios de forma que a gente não sabe. Aqui está saindo do fundo do meio ambiente, está saindo do fundo de direitos difusos, para chegar na linha de frente do incêndio e para fazer com que o meio ambiente esteja preservado. Então, parabéns ao CONAMA, obrigado pela parceria para o Ministério do Meio Ambiente, e enfim, vamos lá, porque a gente vai vencer.

A SRª. MARINA SILVA - PRESIDENTE (Ministra de Estado do Meio Ambiente e Mudança do Clima - MMA) − Obrigada pelas palavras, Vitor, e dê um abraço na sua esposa, não é? Acho que uma das coisas que ficou muito forte e que eu sinto em todo canto, engraçado que agora, mesmo fora do Brasil, como as pessoas acompanharam a internet para o bem e para o mal, pessoas falando em outras línguas que estavam solidárias com o que aconteceu aqui no Brasil. E a ideia de que não sou submissa pegou com uma força muito grande em todas nós, as mulheres. De fato, não somos submissas e nos levantamos e nos levantaremos sempre, porque o nosso lugar é onde nós escolhermos e onde nós, às vezes, temos que construir o lugar que escolhemos, porque ele ainda não existe.

O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO (Secretário-Executivo do Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima - MMA) − Muito bem. Falando em mulheres, eu acabei de ver a Vanessa Negrini lá no fundo e queria informar, não é, Vanessa? Me desculpe, mas quando eu destaquei a lei que foi sancionada pelo presidente Alckmin, eu esqueci de dizer que também incluiu a questão do atendimento, tanto a fauna impactada por incêndios, como também a questão do tratamento ético de cães e gatos, uma conquista sua, parabéns por essa vitória. Muito bem. Falando em… Só existe o que se faz, como é que é, só existe o que se faz? E falando em direitos difusos, nós temos agora o prazer, ministra, de passar a palavra para alguém que fez muito, e nós estamos aqui reunidos para avançar na legislação porque fez muito, que é o deputado Fábio Feldmann, deputado constituinte, todos nós sabemos, e não é nenhuma LOA equivocada, mas todos nós reconhecemos a liderança que ele exerceu na Constituição, todos nós sabemos que ele liderou a construção do capítulo de meio ambiente, não só de meio ambiente, ele também liderou o capítulo de defesa dos direitos indígenas, alguns não reconhecem, mas ele teve um papel central nisso, assim como ele também liderou toda a questão de proteção dos quilombolas, ou seja, teve um papel absolutamente fundamental na constituinte, e depois de constituinte foi responsável pelo aprimoramento legal, a lei da Mata Atlântica é de origem dele, que nós conseguimos aprovar também no nosso governo em 2006, um esforço muito grande junto ao Congresso Nacional, mas a partir da base que o Fábio havia construído, e nada mais justo, correto, que no momento em que o sistema, todo o arcabouço legal do licenciamento ambiental que foi produzido por

essa Casa, principalmente, e que há um impacto brutal sobre tudo que foi conquistado, nada mais adequado que chamar um dos pais desse arcabouço legal para nos informar e dar a sua visão do que significa o atual projeto de lei do marco legal do licenciamento recém-aprovado no Senado. Então, com a palavra o ilustre amigo deputado Fábio Feldmann.

O SR. FABIO FELDMANN − Bom, pessoal, primeiro queria agradecer a oportunidade de estar aqui, e para aqueles bem mais velhos, o César, que está lá da Funatura, o Rubinho, que trabalhou comigo, o Rubinho me trata bem, Elô, porque ele tem medo que eu conte a grande trajetória dele de lobinho a escoteiro, junto com o Mário Mantovani, sabe aquela história: O passado condena, João? É um pouco isso, e durante a constituinte, [ininteligível] Guilherme, eu vinha praticamente toda a reunião do CONAMA, para conversar com o CONAMA sobre o andamento da questão ambiental na Assembleia Nacional Constituinte, e é um prazer imenso estar aqui, inclusive dizer que o CONAMA teve uma enorme contribuição como ABEMA, que nós, na verdade, é só imaginar, há 40 anos atrás, quando o tema ambiental não tinha a densidade política que tem hoje, colocar o tema de meio ambiente, inclusive, Guimarães, você citou a Lei dos Interesses Difusos, eu sempre digo que a Lei dos Interesses Difusos de 85 mudou o perfil do judiciário brasileiro, foi depois dessa lei, e eu posso falar, o Capô lembra muito bem disso, eu fui advogado da Associação das Vítimas de Cubatão, e naquele momento, o judiciário brasileiro não entendia possível, admissível, você entrar com uma ação em nome dos interesses coletivos e difusos, inclusive o Capô, eu chamo ele de Capôzinho na intimidade, lembra que quando nós fomos registrar a Associação das Vítimas da Poluição das Más Condições de Vida, o oficial do cartório de Cubatão, Cubatão era o município mais importante do Brasil em termos de contribuição para o PIB, negou o registro da entidade, dizendo que era uma ameaça à segurança do Estado brasileiro, e nós tivemos que ir para o Poder Judiciário. Marina, eu também tenho que fazer um comentário, que eu conheci hoje a noiva do meu filho Benjamim, estou acertando com a família dela, ela está ali ao lado do João de Deus, eu estou acertando os detalhes do casamento com os pais dela, ela não conhece o noivo, nem o noivo conhece ela, mas eu conversei com a Marina, a Marina disse que abençoa esse casamento. Marina sempre, aliás Marina, minha solidariedade total, ela ficou vermelha, olha lá, não precisa, é brincadeira, o

Benjamim também não sabe desse assunto, ela é filha da Mirian, não é um bom casamento?

O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO (Secretário-Executivo do Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima - MMA) − Mas observe que ela está entre dois guarda-costas catarinenses, olha, a Mirian só liberou ela com os dois guarda-costas.

O SR. FABIO FELDMANN − Não se aplica OIT 169 de consulta prévia nesses casos, desculpa pessoal, não aplica. Então, eu estou muito feliz de estar aqui e Marina, mais uma vez, a minha solidariedade, porque você nos representa, eu comentei, eu falo de público aqui, quer dizer, eu acho que a Marina é a principal política do Brasil, a mais competente, a mais intuitiva e a mais brilhante. E eu acho isso, óbvio que a gente tem divergências, porque a divergência é democrática, não é isso, Capobianco? Eu queria falar um pouco da Constituinte e do capítulo do Meio Ambiente da Constituinte. Quer dizer, as pessoas às vezes esquecem, viu, Adalberto, que a inspiração da Constituinte foi a conferência de Estocolmo, porque a conferência, a Rio 92, ela veio um pouco depois, aliás, 88, logo depois da promulgação da Constituição, nós tivemos a morte do Chico Mendes, que colocou o Brasil na berlinda muito negativamente, e o primeiro relatório do INPE sobre queimadas, que inclusive, viu, Marcela, quando eu recebi esse relatório, eu liguei para o INPE, falei: “Existe um erro de datilografia”, isso prova, viu, Rodriguinho, minha idade, porque nós achávamos que não era possível a escala de queimadas de 20 milhões de hectares, quer dizer, nós trabalhávamos com números muito menores do que aqueles. E quando você, olha, o Capô foi generoso comigo, ele me levou em uma reunião na Câmara dos Deputados, quer dizer, quando me perguntam da Constituinte, eu queria fazer um comentário para você, Rubinho, e para você, Anchieta: A Constituinte foi muito generosa com o Brasil, se vocês verificarem a Constituição Brasileira, ela foi generosa na área de meio ambiente, ela foi generosa na parte de infância e adolescência, que é o artigo 227, Marcelino, ela foi generosa no artigo 231, quer dizer, e por que a Constituinte foi generosa, na minha opinião? Porque ao contrário do Parlamento de hoje, todos os Constituintes, eles tinham a noção de que seria importante deixar um legado para a sociedade brasileira, viu, Maurinho, na etapa final da democratização, a Constituinte e a nova Constituição de 88, ela foi a etapa final da democratização, e eu sempre comento

isso, viu, Ana Flávia, que não teve, durante a Constituinte, um parlamentar, mesmo aqueles, Marina, que vieram do outro lado nesse processo de democratização, que questionaram a democracia no Brasil, nenhum parlamentar, João, todos os parlamentares, mesmo aqueles que vieram do outro lado, até porque, não sei se vocês lembram, houve uma enorme discussão na Assembleia Nacional Constituinte, Congresso Constituinte, mas havia lá uma unanimidade, primeiro, em relação à democracia, quer dizer, ninguém questionou a democracia, mesmo parlamentares que vinham do outro lado tiveram um papel muito relevante, por exemplo, no 231 capítulo dos índios, quer dizer, eu, às vezes, eu acho até que as pessoas são injustas, o Jarbas Passarinho, que tinha sido senador, ministro, que assinou, quer dizer, o AI-5, ele foi um dos grandes avalistas do capítulo dos índios, pouca gente sabe disso, e ele vinha do outro lado e foi importante porque ele neutralizou, quer dizer, o movimento, inclusive, que havia na Constituinte contra os índios, e de vez em quando, Marina, eu encontro o pessoal, viu Rodrigo, o Rodrigo ele me trata bem porque eu conheço ele desde os 14 anos de idade, é outro que tem que me tratar bem para não contar o passado condena dele, então, agora ele está importante, eu ligo, ele diz: “Ah, não sei se posso te atender”, enfim, brincando com ele, mas eu estou falando dessa história do 231 porque havia um movimento muito forte na Constituinte, Rubinho lembra bem, que era fazer uma distinção entre índios culturados e aculturados, os índios que eram considerados aculturados não teriam nenhum direito, e essa era uma tese, inclusive, que vinha de setores militares, pouca gente sabe disso. Então, o que marcou, na minha opinião, a Constituinte? Nós tínhamos essa noção, óbvio que com opiniões diferentes, que era importante um legado para o Brasil, e a Constituição de 88 é a Constituição mais longeva da história do Brasil, quer dizer, nós tivemos muitas Constituições, quer dizer, mas é a Constituição mais longeva, inclusive, quero dizer para vocês que o Supremo poderia dar uma contribuição importante, quer dizer, acabando um pouco com a farra das PECs, porque agora, quer dizer, a pretexto de você garantir constitucionalidade em qualquer assunto, você tem PEC, inclusive no capítulo do Meio Ambiente, o capítulo do Meio Ambiente, Capô, teve uma PEC sobre energia renovável que nem eu sabia, soube depois que foi promulgado, você sabe disso, quer dizer, o Rodrigo foi deputado e isso é um apelo, eu espero que mais gente que está nessa plenária, Adalberto, vá para o Parlamento, porque um dos

problemas que nós temos é a falta de representatividade dos nossos temas no Parlamento, que gera isso que aconteceu. E o capítulo do Meio Ambiente? Primeiro, coisas interessantes sobre o capítulo do Meio Ambiente. Muita gente me pergunta sobre por que nós colocamos o direito ao meio ambiente no artigo 5º, que são os direitos tradicionais, não é, Marcela? E eu sempre conto, porque não havia ambiente, clima, na Constituinte, porque as pessoas não consideravam como importante constitucional o direito ao meio ambiente. Então, no artigo 5º, que tem as garantias e os direitos clássicos da cidadania, não conseguimos colocar lá. Daí nós colocamos no que veio a ser o 225. E a coisa é tão interessante que hoje, Marina, eu estava, esqueci a menina dos animais que está lá, a Vanessa, que hoje eu defendo que quando no 225 fala: "Todos têm direito ao meio ambiente", eu entendo que são seres humanos e não humanos. Que é uma interpretação possível, porque não está naquele direito. Inclusive, Vanessa, eu vou contar uma outra história para você, que a Constituição Brasileira é a primeira que proíbe a crueldade contra os animais. E por que é isso, Marina? Porque nós estávamos no meio da Constituinte quando surgiu a farra do boi em Santa Catarina. E daí eu até, quem era meu assessor era o Paulo Nogueira Neto. O Paulo Nogueira Neto era super disciplinado. Não tinha, o Rubinho lembra, não tinha internet. Então, a gente mandava em papel o texto para ele, ele comentava e me devolvia o texto. E foi por isso que nós colocamos a proibição à crueldade. O que é importante, e aqui também faço uma ressalta, Mauren, que é importante. No Brasil se despreza muito as Constituições Estaduais. Ninguém dá a mínima bola para as Constituições Estaduais, mas eu quero dizer para vocês que muitas Constituições Estaduais são mais detalhadas do que a Constituição Federal de 88. E isso é importante, inclusive, ao projeto de lei do licenciamento, porque a lei nacional não vai revogar as Constituições Estaduais. Eu dou o exemplo da Constituição de São Paulo, que ela, não sei nem se corretamente, prevê as três etapas do licenciamento no texto constitucional. Então, você só vai, mesmo a participação pública e audiência pública está prevista no texto constitucional. Então, eu estou até comentando isso, porque a pretexto de segurança jurídica, esse projeto de lei vai trazer mais segurança jurídica e a judicialização. Não é, Barroso? Infelizmente, é isso. E o artigo, talvez o dispositivo mais importante, é difícil dizer qual é o mais importante na Constituição. Quando me cobram, por exemplo, porque o Cerrado, a Caatinga e o Pampa não estão em patrimônio nacional,

foi porque o Capô não fez esforço para isso, nem o Rubinho. É culpa do Capô, pode falar. Não, é brincadeira, porque não tinha cultura no país para colocar o Cerrado e a Caatinga. Por isso que não entrou o Cerrado e a Caatinga. E entrou a Serra do Mar, que não é bioma. E por que entrou a Serra do Mar? A Marina foi senadora e é deputada, porque um deputado do Rio de Janeiro, chamado, esqueci, era presidente do Flamengo, aliás, um bom time. Ele colocou a Serra do Mar. E eu, pessoalmente, Marina, não era a favor da Serra do Mar, porque não era bioma. Hoje, eu defendi na tripartite a Serra do Mar, porque, pela instabilidade geológica da Serra do Mar, eu acho que cabe uma legislação nacional da Serra do Mar, porque ela é instável e com a previsão de chuvas muito intensas, quer dizer, nós teremos muitos desastres naturais na Serra do Mar. Não é isso? E entrou. E, voltando ao capítulo do meio ambiente, se eu fosse escolher qual é o instrumento mais importante Ana Flávia, do ponto de vista instrumental, é o estudo de impacto ambiental. Porque o estudo de impacto ambiental, Marina, ele dá caráter operacional ao texto constitucional. Quer dizer, isso é muito importante. E é um instrumento que a sociedade brasileira não tem ainda a noção da importância, porque ele é absolutamente democrático. Até a Constituição de 88, daí vai se falar que veio a avaliação do estudo de impacto ambiental em uma legislação de 2001, depois veio a resolução do CONAMA, 001, mas o que deu musculatura constitucional foi o artigo 225. E por que ele é democrático? Porque, até então, o que se fazia em termos de infraestrutura no Brasil? Se fazia infraestrutura, quer dizer, hidroelétricas, por exemplo, se tomava porção de território de estados no Brasil e a empresa responsável pela implantação do empreendimento hidráulico da... Administrava a briga de casal, porque o território era totalmente dominado pela empresa que implantou algumas das Tucuruí, Balbina. E eu falo de Balbina, Marina, porque eu fui conhecer Balbina há três anos atrás. E Balbina foi uma polêmica, Marcelino, muito grande entre nós, porque Balbina é um péssimo exemplo de engenharia no mundo. Reservatório gigante para uma produção de energia, você conhece bem lá, não é isso? Quer dizer, não teríamos Balbina hoje se tivesse estudo de impacto ambiental. Segundo exemplo é Angra dos Reis. Quem coloca uma usina nuclear na costa, quer dizer, vulnerável a eventuais ataques terroristas que podem acontecer no mundo hoje em dia. E a evacuação de um acidente naquela região muito difícil, que imaginem vocês chovendo muito, Serra do Mar desliza, não tem como fazer evacuação

via terrestre, e se a situação do mar estiver muito difícil, eu não consigo, Adalberto, Maurinho, retirar as pessoas para lá. Então, o estudo de impacto ambiental, eu quero enfatizar isso, ele é rigorosamente democrático. Ele não diz respeito a nós, meio ambiente, apenas. Ele é a oportunidade que você dá para a sociedade opinar. E aí vai uma das críticas que eu tenho à questão do projeto aprovado: Participação no licenciamento ambiental é absolutamente um imperativo constitucional. Você não pode excluir a participação da sociedade. Até porque melhora os projetos. Por exemplo, quando eu fui secretário de meio ambiente, tinha um projeto de ampliação de uma rodovia a Bandeirantes, que o técnico do governo pegou no mapa, dois pontos mais perto, e cruzava a estrada em cima de uma comunidade. Então, não tem como retirar o aspecto de participação no licenciamento ambiental, porque ele é democrático. E quero insistir, os estados, na sua maioria, na [ininteligível], prevê o estado a participação. Tem que melhorar o licenciamento? Tem. Mas aqui vai uma proposta para o CONAMA: O problema do licenciamento não é um instrumento de licenciamento. O problema do licenciamento está no esvaziamento institucional do Sistema Nacional de Meio Ambiente. Eu dou o exemplo de São Paulo, apesar que eu tenho viajado muito. Quando eu fui secretário de meio ambiente, há 30 anos atrás, quer dizer, ele ainda andava de bicicleta, o Rodrigo, com rodinha, para vocês terem ideia. Quer dizer, nós tínhamos para a Polícia Ambiental de São Paulo, 2.200 homens. Para o país. E dos 2.200 homens, eu faço uma conta fácil, viu Marina? Eu faço com o Capô, fiz com Capô. São Paulo tem 645 municípios, alguma coisa em torno de 700 municípios. Dividindo 2.200 por 3, daria alguma coisa de 3,2, não é Rubinho? Você que fazia as contas quando eu era deputado, depois me abandonou, mas enfim. Dá 3 policiais ambientais por município. Levando em consideração que o policial ambiental trabalha 8 horas por dia, isso dá menos de um deputado, de um policial por município. Hoje, passados 30 anos, Ana, nós temos 1.800 homens na Polícia Ambiental. Pergunto como é possível ter diminuído o contingente no Estado que tem o maior contingente de policiais ambientais do Brasil. Quer dizer, então, o que nós assistimos, que é um paradoxo, na minha opinião, é que o tema de meio ambiente ganhou importância, João. O tema de meio ambiente é relevante na agenda mundial. Como a Marina falou, o desafio da humanidade é a mudança do clima e o aquecimento global. Não adianta como retirar isso. Aliás, o Capô sempre me acusou de

eu abandonar a biodiversidade, que ele dizia: “Você agora só cuida de clima, agenda de clima.” É porque o impacto do clima na biodiversidade é devastador. Essa é a verdade. E a verdade é a seguinte: Que houve um esvaziamento, aí, Marina, suprapartidário e democrático da área ambiental. Quer dizer, no governo federal também, com todos os esforços, essa é a verdade. E nos governos estaduais, não é, Marina? É um Deus nos acuda. Quer dizer, ao contrário do que era de se supor, porque pega São Paulo, pega o número de áreas, o tamanho de áreas protegidas há 30 anos atrás e de hoje, cresceu o número de áreas protegidas, não é isso? Quer dizer, cresceram as atribuições relativas ao meio ambiente. Quer dizer, poluição do ar, poluição das águas, e diminuíram as estruturas de meio ambiente. E, levando em consideração que 90% do licenciamento é estadual, esse quadro fica mais dramático. Então, quer dizer, nós assistimos uma demora que, em parte, é causada pelo esvaziamento da área de meio ambiente do ponto de vista governamental e público. Essa é a verdade. Quer dizer, os órgãos ambientais... Eu conheço um caso de uma empresa chamada Suzano, que é a maior produtora e exportadora de celulose do mundo, comprou uma área em Minas Gerais. E, depois de 10 anos, devolveu a área para plantio de eucalipto, porque o órgão ambiental não respondia se podia ou não plantar eucalipto. Então, eu estou falando isso, tenho falado muito com a Marcela, que o desafio do CONAMA, da ABEMA e da ANAMMA, Marçal, é o seguinte: Temos que fortalecer a estrutura governamental de meio ambiente. Não há possibilidade de uma boa governança ambiental na precariedade que os órgãos ambientais estão trabalhando. E, como eu proponho, já falei isso muito com o Capô e com a Marina, alguns anos atrás, eu entrei na sala do Serra, José Serra. E ele estava assinando um contrato de $ 10 milhões de dólares, Guilherme, com o Banco Mundial. Serra, $ 10 milhões, João, para São Paulo? Você não entendeu nada. Quem conhece o Serra sabe que ele é muito gentil no trato. Fábio, você não entendeu nada. Como assim, Serra? Porque eu estou fazendo um contrato de empréstimo para garantir continuidade depois que eu sair do governo. Quer dizer, uma das dificuldades que nós temos é a continuidade que a Marcela chama um projeto de Estado e não de governo. Então, eu acho que o desafio aqui no licenciamento ambiental, eu vou falar um pouco do projeto, é o fortalecimento institucional do Sistema Nacional do Meio Ambiente. Sem isso, nós vamos estar enfrentando as dificuldades e até estou olhando para a Maurinha, porque

ela é secretária lá do Mato Grosso, futura deputada e assim por diante, não é isso? Mas o fato é que a área de Meio Ambiente, o secretário de Meio Ambiente, municipal, como a ministra do Meio Ambiente, nós somos o miolo do sanduíche. Nós ficamos pela pressão da sociedade e do setor empresarial e o governo. E aí tem uma dificuldade grande, na minha opinião, que, aliás, eu vou falar do capítulo do Meio Ambiente, é que governos e regimes democráticos, o horizonte de tempo é eleitoral em qualquer lugar do mundo. E a perspectiva do Meio Ambiente é sempre médio e longo prazo. Quer dizer, a Constituição Brasileira foi a primeira Constituição no mundo que reconhece o direito das futuras gerações, que, aliás, eu, pessoalmente, acho que a gente ainda não usou no judiciário devidamente, viu, Barroso, o direito das futuras gerações. Então, o ministro do Meio Ambiente, o secretário estadual, municipal, ele está sempre enfrentando isso. Eu cito o meu caso, o Mário Covas, a geração do Mário Covas, todo mundo sabe, era um governador extraordinário, faz falta, porque ele tinha muita posição, mas ele não tinha nenhuma paciência comigo, nenhuma. Por que o Mário Covas não tinha paciência? Porque o Mário Covas, ele tinha uma agenda, que é a agenda dessa geração, Marina, que é segurança, educação e saúde. Então, ele não entendia, ele achava que o licenciamento ambiental criava dificuldades, a ponto de, quando ele fez o discurso para a reeleição, ele deixou todos os secretários, Marina, e deixou por último. Falou: “Ah, vocês conhecem o Fábio, ele defendeu o Meio Ambiente e o planeta e não defendeu o governo”, porque a visão que ele tinha era essa, que a gente criava dificuldades, e criava justamente, porque qual é o papel do secretário e do ministro do Meio Ambiente? É defender o meio ambiente. Não adianta, é defender o meio ambiente. Nós estamos lá para isso, não é, Maurinha? Quer dizer, nosso papel é defender o Meio Ambiente, e, Marçal, nem sempre nós somos entendidos na minha opinião, pelos governos, porque, de fato, a área de Meio Ambiente, quer dizer, o licenciamento ambiental, vou falar um pouco. Primeiro, dizer que o primeiro projeto de licenciamento que está se falando no Congresso é de 88, chama-se 710 de 88, fui eu que apresentei. Não era um bom projeto, por isso que eu nunca insisti muito, porque nós copiamos, Rubinho, você lembra, a resolução do CONAMA, e apresentamos, por uma razão, quem apresenta o primeiro projeto, minha Nora querida, tem precedência, e, portanto, todos os projetos têm que serem apensados a isso. Mas era um projeto que baseava-se no licenciamento, e aqui

eu tenho falado isso. As pessoas não sabem, mas quem vocês imaginam que criou a avaliação ambiental no mundo? Um governo de esquerda? Negativo. Foi o Richard Nixon, na década de 70, um presidente republicano que criou a avaliação ambiental nos Estados Unidos, chamada NEPA, e criou o EPA, que foi o primeiro Ministério do Meio Ambiente. Sabia disso, Marina? Então, a gente não pode cair nessa armadilha ridícula de dizer que essas iniciativas são do campo da esquerda, porque não são, são do campo da cidadania na veia. E eu sempre lembro que o primeiro, Anchieta, a primeira chefe de Estado a compreender a mudança do clima foi a Margaret Thatcher. Por quê? Porque ela era química de formação. Então, ela compreendeu a importância disso. Então, essa armadilha de dizer que essa polarização sempre nos prejudica, não é, Marina? Porque os setores mais à direita nunca nos apoiam e os setores da esquerda, às vezes, são um pouco hesitantes no apoio que tem para nós, não é isso? Então, eu quero dizer que o licenciamento, quer dizer, esse projeto de lei, que deveria ter surgido há muito tempo, que chama Lei Geral do Licenciamento, é tudo menos lei geral. Porque a lei geral teria que ser uma moldura, como é a Convenção do Clima, inclusive a permitir que os estados e municípios atuem nas suas peculiaridades. Ele é uma lei que vai, na minha opinião, judicializar, porque a Constituição fala: Significativo impacto ambiental. Se o projeto de lei dispensa a avaliação ambiental, não apenas vai para o supremo a constitucionalidade, mas imaginem vocês que são um empreendedor que está apresentando um projeto que é dispensado do significativo ambiental. Vai para o judiciário. Óbvio que vai para o judiciário. Seja a Defensoria Pública, seja o Ministério Público Federal ou Estadual, enfim. Palavras finais que eu gostaria de deixar aqui registradas: Nós temos que colocar juízo em relação a essa lei de licenciamento para evitar a insegurança jurídica que, na minha opinião, vai causar. Nós temos que fazer um apelo com a maior dificuldade que tem que ser dita com clareza. Esse projeto saiu da Câmara. Às vezes se fala do projeto da Câmara. O projeto da Câmara é muito ruim também. Não adianta dizer, o projeto da Câmara, Marcelo, o projeto da Câmara já é ruim. Inclusive, quero registrar que eu fui várias vezes com o Rodrigo em audiência pública, lembra? Até o relator, era o Kim Kataguiri, e não conseguimos. E o Kim Kataguiri foi muito cruel conosco, viu, Marina? Porque quando ele fez a defesa do projeto em plenário, ele citou regras, na minha opinião, inconstitucionais de governos da Bahia, Ceará e Maranhão, para dizer que o

desmantelamento é suprapartidário, viu, Marina? Para não falar desses governos, para se falar do Rio Grande do Sul. Quer dizer, há um movimento de desmantelamento do licenciamento ambiental, como estou dizendo, ao invés de se trabalhar no fortalecimento nacional. Então, três recados. Um, que eu tenho falado, combinei com o Capobianco, ele disse que ia falar com a Marina, que eu acho que nós temos que criar uma resolução do CONAMA incorporando a dimensão climática no licenciamento. Isso a favor dos empreendimentos. Imaginem vocês que eu estou fazendo um empreendimento de infraestrutura. Vamos pegar o exemplo que eu citei, Serra do Mar, ou naquela região. Quer dizer, esse empreendimento está incorporando os cenários de chuvas intensas e deslizamento, que a adaptação é no interesse do empreendedor. Eu vou fazer um grande empreendimento, um porto, para falar de infraestrutura, em uma área que está sujeita, por exemplo, no Recife, à elevação do nível do mar, Marina. E a questão da mitigação. Segundo, Adalberto, você que não está prestando atenção, eu peguei aqui no pé dele, e você está... Deixa de ficar, você disse que liga mais tarde. Teu amigo está falando. Estou brincando com ele, Marina. Depois o pessoal fica ofendido comigo o resto da vida. Mas eu acho que nós temos que fazer uma norma do CONAMA sobre incêndios florestais. E eu vou explicar por quê. Eu estive nos Estados Unidos, o ano passado, e eu fui na Academia de Ciências, porque no mundo não existe norma sobre poluição de incêndios florestais. Que é um fenômeno relativamente recente. Então, Adalberto, em vez de você ficar aí, vai lá, apresenta daqui a duas semanas uma norma do CONAMA sobre isso. E terceiro, eu queria dizer para vocês que, de fato, a Câmara e o Senado não podem modificar muito, mas nós temos, não é, Marina, que fazer um esforço grande para um projeto efetivo de lei geral de licenciamento. E para a ABEMA e para a ANAMMA, para a ABEMA verificar as Constituições Estaduais, que eu acho que haverá incompatibilidade, e para a ANAMMA também nos planos diretores dos municípios, que eles estão... Quer dizer, é interessante, eles estão tirando o papel, na verdade, dos municípios nesse projeto, porém os planos diretores têm norma sobre regras ambientais. Então, eu acho que o que eu estou propondo aqui é de caráter muito pragmático. Enfim, temos que nos esforçar para por juízo, quer dizer, inclusive atrair um setor empresarial mais cosmopolita e dizer para eles que este projeto, se aprovado, aumenta a insegurança jurídica, inclusive dos empreendimentos. E até um comentário sobre isso, que, enfim, quer dizer, aqui um

apelo para a ABEMA, da Lei da Mata Atlântica, que até você ontem cabulou a reunião, que existem dificuldades, como falta de gente do Ibama para se manifestar na anuência, então demora. E dizer, Marina, que a exclusão do ICMBio e a exclusão da FUNAI é rigorosamente inconstitucional. Não se revoga a Constituição por lei. Quer dizer, então é isso. Mais uma vez, só a Marina teve uma reunião recente com Tribunais de Conta da União, tribunais de conta, e eu quero dizer para vocês que eu estou aí, nos últimos três anos, trabalhando muito no sentido de colocar tribunais de contas na governança ambiental. Inclusive nessa questão de falta de recursos. E qual é o argumento constitucional? Artigo 225 fala: “Todos têm direito ao meio ambiente bem de uso comum do povo.” Bem de uso comum do povo foi emprestado, o Capô não quis fazer direito, fez biologia, enfim, deu no que deu, não é isso? Mas o fato é o seguinte: Bem de uso comum do povo estava já no Código Civil de 1916, quer dizer, meio ambiente é patrimônio público. E a partir da Constituição, os tribunais de conta têm que zelar pelo patrimônio público. E eles têm uma vantagem em relação ao Ministério Público, porque o Ministério Público só pode interferir no Judiciário. O Tribunal de Contas pode trabalhar e fazer recomendações suspendendo e embargando projetos. Então, eu sei que a Marina teve uma reunião muito boa no TCU, não foi isso? E dizer para aqui, que eu queria muito, eu falei para a Mauren, mas ela não deu a mínima bola, que eu estou brincando com você, não é, Mauren? Ela não me conhece bem, por isso que ela leva a sério. Mas, enfim, de buscar essa aproximação com os tribunais de conta, no sentido de garantir a alocação de recursos para os órgãos ambientais através dos tribunais de conta. Existem precedentes superinteressantes sobre isso, em que se exige do Poder Executivo a alocação de recursos para isso. Então, Marina, muito obrigado pela gentileza, pela generosidade de me receber como sempre, o Capôzinho também, e dizer que estamos juntos. Muito obrigado.

A SRª. MARINA SILVA - PRESIDENTE (Ministra de Estado do Meio Ambiente e Mudança do Clima - MMA) − Brevemente, só agradecendo o Fábio, por essas contribuições que traz. Eu fui candidata à Deputada Federal Constituinte em 86, teria sido colega do Fábio, mas veja como são as coisas. Um dos compromissos que eu assumi, porque a Constituinte terminava, é de que, se eu fosse eleita Deputada Federal Constituinte, eu já teria cumprido a minha função política institucional, e de que eu não

iria mais concorrer a nada. Não tive o privilégio de ser eleita, mas Deus tinha outros caminhos, e teria sido, com certeza, um aprendizado muito grande, porque ter convivido com essas pessoas que o Fábio falou. Mas uma coisa é certa, todos nós nos sentíamos representados no Fábio Feldmann como o nosso endereço na Constituinte, e ele é que fazia ali a distribuição e as articulações com os outros parlamentares, inclusive o Jarbas Passarinho e o que foi governador do Pará também. Não, o que foi governador antes, o Almir Gabriel. Tinha ali uma trinca de pessoas que eram os que articulavam coisas, mas o Fábio era central, era o rami da Constituinte. Obrigada.

O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO (Secretário-Executivo do Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima - MMA) − Muito bom. Muito obrigado. Então, de imediato, passamos à Tribuna Livre. Temos o Marçal Cavalcante da ANAMMA, a Patrícia Boson, CNT. A Carolina e o Gustavo, da Sociedade Civil. A Mauren, da ABEMA. Então, começamos com Marçal Cavalcanti, com a palavra.

O SR. MARÇAL FORTES SILVEIRA CAVALCANTI – TITULAR (Associação Nacional de Municípios e Meio Ambiente - ANAMMA) − Bom dia a todos. Marçal Cavalcanti, presidente da ANAMMA, secretário municipal lá do Pilar, em Alagoas.

O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO (Secretário-Executivo do Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima - MMA) − Desculpa te interromper. É absurdo interromper o início de uma fala. Mas é que a ministra, de fato, eu acabei cometendo uma gafe. Ela tem que sair, ela tem outro compromisso, já está super atrasada. Então, ela só queria dar um tchauzinho para poder sair.

A SRª. MARINA SILVA - PRESIDENTE (Ministra de Estado do Meio Ambiente e Mudança do Clima - MMA) − É isso. Como nós já falamos demais hoje, eu e o Capô, no [ininteligível], eu estou super atrasada, mas agradecendo o Fábio, agradecendo todos os conselheiros e pedindo desculpas, porque eu acho que é a primeira vez que eu não vou ouvir o pinga-fogo, mas o Capô vai tomar notas. Estou brincando. Obrigada, gente. Uma boa reunião para todos nós.

O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO (Secretário-Executivo do Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima - MMA) − Muito bem. Então, por favor.

O SR. MARÇAL FORTES SILVEIRA CAVALCANTI – TITULAR (Associação Nacional de Municípios e Meio Ambiente - ANAMMA) − Ministra, aproveitando que a senhora ainda está aqui, receba a nossa solidariedade, como fizemos em nota pela ANAMMA, como fizemos na tripartite, dizendo que nós ficamos muito indignados, muito sentidos pela forma como a senhora foi atacada, que nos dá o carinho de tanto quanto a senhora tem cuidado do futuro das gerações desse país, dessa sua luta que nos dignifica estar aqui nesse momento, fazendo parte, com todos nós que fazemos a ANAMMA, estamos aqui em peso, estamos hipotecando a nossa solidariedade e dizendo que conte conosco na busca de dias melhores para esse país. Mas o que nos traz aqui ainda é que ontem, ministro Capô, nós fizemos uma tripartite presidida pelo Taveira da ABEMA, secretário da Amazônia, capitaneado pela minha futura deputada e guerreira Mauren, em que eu não me canso de dizer isso, as mulheres precisam ocupar esse espaço. Eu sei que o Mato Grosso ficará muito bem representado e nós tiramos para esse PL que está aí, buscando o entendimento entre município e Estado na convergência do que nós podemos fazer em busca de ações melhores para tentar melhorar essa questão do PL. Então, Mauren, o agradecimento da ANAMMA a você. Nós criamos esse seminário técnico para que a gente possa, no dia 2, já logo após esse festejo, estarmos aqui presentes, Capô, com a sua ação, com a ação da Marcela, do DSISNAMA, que tanto tem feito e buscado isso, e trazendo o ICMBio, trazendo o Ibama, para que a gente possa, no melhor espaço de tempo, resolver a questão das USVs, as questões dos empréstimos. Então, a ANAMMA está disposta, e agradecendo a você sempre essa condução. Deputado Fábio Feldmann, foi um prazer imenso sempre de ouvir essa sua aula, ouvir essa sua dedicação a todo o meio ambiente. Temos esse regresso do Poder Judiciário de Alagoas e tenho convicção que nós acabamos os lixões em Alagoas. Está aqui o Gino César, secretário. Quando o Ministério Público e nós, do GECOC, entramos na luta para acabar os lixões em Alagoas. Foi uma ação, e os tribunais de contas que estavam junto conosco, agora em Sergipe, o Tribunal de Contas com o Ministério Público entrou na luta, os prefeitos em Eros, e acabaram os lixões em Sergipe. Está tendo lutas lá pequenas,

mas é essa a posição e nós estamos à disposição. A sociedade civil conta conosco para que a gente possa melhorar esse entendimento. Muito obrigado, Capô.

O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO (Secretário-Executivo do Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima - MMA) − Obrigado. Parabéns, Marçal. Patrícia Boson, por favor. Confederação Nacional dos Transportes. Sempre se apresenta para fins de gravação, embora eu já tenha te apresentado.

A SRª. PATRÍCIA HELENA GAMBOGI BOSON – TITULAR (Confederação Nacional de Transportes - CNT) − Bom dia a todos. Patrícia Boson, da Confederação Nacional de Transportes. Cumprimentando a mesa, cumprimentando o deputado Fábio Feldmann, sempre aí nessa luta. Eu vim aqui para fazer uma apresentação, de uma entrega, digamos assim. O ovo da galinha tem mais fama que do pato, porque a galinha canta quando bota o ovo. Então, é bom sempre estar cantando as nossas vitórias e as nossas conquistas. Mas a fala do deputado vai me tirar cinco minutos da minha própria fala, para poder dizer que essa questão da infraestrutura, de ter órgãos ambientais técnicos e orçamentos competentes, é fundamental. E se tem uma coisa que mudanças climáticas refletem, é na água. Sempre água de mais ou água de menos. Esse é o resultado de qualquer questão climática. E o governo está cortando o orçamento da ANA, naquilo que é mais precioso que é a questão do monitoramento das águas. E um corte pesado, um corte feio, um corte insensível, eu diria assim. Então, se vai acionar o Tribunal de Contas, é já. Porque, sem dado, não tem como fazer gestão de recursos hídricos. Bom, agora a parte boa. Eu gostaria de entregar para o Ministério do Meio Ambiente, através do nosso secretário Capobianco, um livro, um trabalho de como tornar o setor de transporte um contribuidor ativo para a redução das emissões brasileiras. O melhor resultado dele está aí. A gente está colocando mais de 70 ações para poder reduzir mais de 70% das emissões. São ações com bases em fatos e dados muito bem estruturados, que a gente formou em uma colisão com a Confederação de Transportes, com a Mobili, com o CEBDS. Mais de 50 empresas de vários setores trabalharam nisso. Então, nós estamos entregando o nosso para casa para contribuir com a diminuição das emissões na área de transporte. Tem um livro com todas as questões. O QR Code está ali, vocês todos podem acessar. E um caderno para cada um dos setores. Ferroviário, aeroviário, para a

mobilidade urbana, estão todos separadinhos, para uma consulta. Então, fica aí, e para todos vocês, por favor, acesse, e se não tiverem tempo, podem ir no site da Confederação Nacional de Transportes, que lá também vocês têm acesso a essa nossa entrega. Com muito orgulho, entregando aqui para vocês. Obrigada.

O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO (Secretário-Executivo do Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima - MMA) − Muito... Parabéns pela sua fala, por essa entrega. E muito obrigado por esse material. O Fábio Feldmann já cobrou a cópia dele em papel. Por isso que ele falou da Suzana aqui, sabe? Porque produz papel, bastante papel. Ele adora papel. Vamos agora para a Carolina e o Gustavo, representantes da sociedade civil, que, como de costume, fazem um jogral. Eu vou dar a palavra só para a Carolina, porque o Gustavo Malacco está suspenso, em função de uma mensagem que ele me encaminhou ontem. Então, ele está suspenso. Pois não. Vamos lá.

A SRª CAROLINA − Bom dia a todas e todos, senhoras e senhores conselheiros, autoridades presentes. Essa é a minha primeira vez no CONAMA, então, estou um pouco nervosa.

O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO (Secretário-Executivo do Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima - MMA) − Super bem-vinda. Fique à vontade.

A SRª CAROLINA − Como destacamos nesta tribuna, ao longo dos anos, nós buscamos resistir ao desmonte da política ambiental brasileira, à negação da ciência, à criminalização dos defensores do meio ambiente da vida e ao avanço da boiada institucionalizada, que vem sendo avalizada pelo próprio governo federal, nos ministros da Casa Civil, de Minas e Energia, da Agricultura e da Presidência da Petrobras. Como eles ousam? Essa conivência de autoridades com setores reacionários da sociedade se manifesta de várias formas, como na fragilização da agenda ambiental e no crescente isolamento da ministra Marina, que culminou nos ataques sofridos por ela no Senado. Reiteramos aqui o nosso apoio restrito à Marina e o repúdio a qualquer forma de violência contra aqueles que defendem o ambiente e a democracia. Vivemos uma escalada de retrocessos que exige resposta firme e institucional deste Conselho. Não podemos seguir assistindo à destruição das bases legais que sustentam a proteção ambiental. O PL da

Devastação, travestido de modernização do licenciamento, representa o mais grave ataque ao arcabouço ambiental das últimas quatro décadas. A Emenda 102, que altera a Lei da Mata Atlântica, e o PDL 718, de 2024, que pretende sustar o Decreto 6660, de 2008, precisam de uma resposta deste Conselho. O CONAMA deve se manifestar formalmente contra estes projetos, reafirmando os princípios do desenvolvimento sustentável, da transparência, do rigor técnico, da participação social e da proteção dos territórios e povos. Milhares de brasileiros e brasileiras foram às ruas das principais cidades do país contra o PL da Devastação. E a administração pública deve atender esse clamor. A sociedade civil não se opõe à modernização ou ao desenvolvimento econômico, mas exige que sejam feitos com base em ciência, legalidade e justiça ambiental. Não aceitaremos que o licenciamento ambiental seja transformado em um instrumento de liberação sem controle de atividades de impacto negativo ao meio ambiente. Neste momento de crise climática, em que a Mata Atlântica e outros biomas seguem sobre intensa pressão de desmatamento e degradação, é inaceitável, por exemplo, que o fundo de restauração da Mata Atlântica siga sem sua regulamentação. A defesa da lei, 20 anos após a sua promulgação, é imprescindível e é inadiável. Precisamos devolver eficácia ao nosso ordenamento.

O SR. GUSTAVO − Manifestamos nossa preocupação com o Leilão do Fim do Mundo, que pretende ofertar 40 blocos de exploração de petróleo em áreas altamente sensíveis, como Fernando de Noronha, Parecis, Rodolitos do Sul e até sobreposta a unidades de conservação em terras indígenas. É urgente que o MMA se posicione em relação à nota conjunta com o Ministério de Minas e Energia para que sejam retirados do leilão todos os blocos referidos nas notas com vencimento no dia posterior ao mesmo. É necessário mencionar que o Governo Federal, em especial o Ministério do Meio Ambiente, decretou a criação de unidades de conservação, o envio da Reserva da Biosfera Marinha, Vitória e Trindade, o avanço parcial da Lei do Mar no Congresso e aportes no combate ao desmatamento ilegal. Reconhecemos a reativação do Comitê Nacional de Zonas Úmidas e as deliberações da Conferência Nacional do Meio Ambiente. Contudo, os avanços seguem tímidos frente aos desafios que enfrentamos. Conclamamos o Governo Federal a cumprir sua promessa de priorizar a ratificação do Acordo de Escazú, o único instrumento internacional que protege ambientalistas e garante a transparência

internacional. Não podemos ser o primeiro país da América Latina a recuar de um acordo que ajudamos a construir. Encerramos com um apelo. Até quando seremos cúmplices da destruição? Até quando assistiremos um avanço da boiada em nome de um falso progresso? O planeta está em colapso. E os olhos do mundo estão voltados para o Brasil. Não nos cabe a covardia institucional. Nos cabe a coragem histórica de defender o meio ambiente e a democracia. Muito obrigado.

O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO (Secretário-Executivo do Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima - MMA) − Antes de passar a palavra à próxima, Mauren Lazzaretti, da ABEMA, queria esclarecer dois pontos em relação ao que foi dito. O primeiro ponto em relação à citação do Ministro Chefe da Casa Civil. E para bem da verdade, e para ser honesto, é importante esclarecer o seguinte: O projeto de lei que tramitava no Senado no marco legal do licenciamento, durante a sua tramitação regular, contou com uma intensa participação do governo, e particularmente do Ministério do Meio Ambiente, junto ao relator, o senador Confúcio Moura. Nós trabalhamos durante muito tempo, o Rodrigo Agostinho aqui foi um dos artífices desse processo, eu particularmente, toda a nossa equipe, e obtivemos, ao final de um conjunto grande, longo de discussões, obtivemos um relatório bastante razoável, que nós considerávamos que não era exatamente tudo o que nós gostaríamos, porque nós sempre queremos muito mais, mas que era um relatório razoável, que trazia alguns avanços para o sistema, mas preservava a integridade do licenciamento, do estudo de impacto ambiental, etc. Isso vinha desta maneira. Ocorre que, repentinamente, com a mudança da presidência do Senado, esse projeto foi colocado como urgência, e foi convocado uma reunião da Comissão do Ambiente, porque era um projeto de tramitação *sui generis*, ele tramitava em duas comissões simultaneamente, o que não é o correto, não é o normal, dizendo melhor, os projetos tramitam comissão a comissão, mas ele caminhava em duas comissões: Agricultura, cuja relatora era a senadora Tereza Cristina, e no meio ambiente, cuja relatora era o senador Confúcio Moura. Pois bem, no dia, às vésperas do dia da reunião da Comissão do Meio Ambiente, nós solicitamos a nossa equipe, não sei se a Júlia está aqui presente, da ASPAR, ela estava permanentemente no Senado para obter o documento, para que nós pudéssemos analisar o relatório que iria ser apresentado no dia seguinte, pois não havia cópia, o documento não foi divulgado e foi apresentado na

reunião que o discutiu. E seria votado na reunião seguinte. O máximo que nós conseguimos, em uma negociação, foi que tivéssemos mais uma reunião para discutir. Então, apresentou em um dia, foi lido naquele dia, estaria pronto para ser votado, conseguimos, em um acordo de última hora, que na semana seguinte houvesse uma reunião de discussão para que na outra semana fosse votado. Ou seja, desta magnitude, em duas semanas, foi votado, sem que o relatório fosse conhecido. O relatório era desconhecido. Pois bem, e para fazer justiça à história, no dia seguinte da reunião em que foi apresentado o relatório, o ministro Rui Costa convocou uma reunião com nós, Ministério do Meio Ambiente, com a ministra de Relações Institucionais, para analisar o documento, nós analisamos conjuntamente o documento, discutimos propostas para ajustes, foi chamado o líder do governo no Senado para tratar disso, foram feitos propostas com apoio direto da Casa Civil, sob a coordenação do ministro da Casa Civil, e essas propostas não foram consideradas. Isso que aconteceu. Algumas, aliás, foram até deturpadas, vamos dizer assim, no relatório final, que foi aprovado. Ato contínuo, após a aprovação, nesse tempo recorde, a ministra do Meio Ambiente, com o apoio da Casa Civil, esteve com o presidente da Câmara, o deputado Hugo Mota, eu estava presente também, para solicitar prazo, porque o que se dizia era de que ele chegaria na Câmara e seria votado na mesma semana. Deram vários exemplos de outros casos parecidos. Pois o presidente da Câmara, diante do pedido da ministra, com o apoio da Casa Civil e do Ministério de Relações Institucionais, garantiu que haveria um prazo, e de fato está sendo respeitado. O prazo não foi votado, nós estamos discutindo, e tivemos, na semana passada, uma reunião entre ministros, com equipe, para preparar elementos, para propor ajustes que são muito complexos. O Fábio, que foi deputado por três mandatos, sabe disso. Um projeto que vem, passou na Câmara, volta do Senado com modificações. O papel, a possibilidade de mexer é muito restrita. Você pode aceitar ou não o que o Senado mudou. Agora, mexer no texto original da Câmara, em tese, regimentalmente, é muito complexo. Mas há uma predisposição para isso, e eu queria dizer para vocês que o governo, representado pelo Ministério do Meio Ambiente, Ministério de Relações Institucionais e Ministério da Casa Civil, está muito fortemente engajado para buscar uma solução para esse projeto. Então, eu gostaria de registrar isso, a bem da verdade e em nome do que, de fato, está ocorrendo. E, finalmente, eu queria

também esclarecer ao Gustavo sobre as questões que ele colocou, que são muito importantes. Porém, a legislação brasileira prevê que a Agência Nacional de Petróleos coloque em leilão os poços ou as áreas que foram previamente aprovadas por meio de uma manifestação conjunta. Ou seja, nenhum novo leilão pode ser feito em uma área que não tem o endosso do Ministério do Meio Ambiente e do Ministério de Minas e Energia em um documento conjunto, assinado conjuntamente. Pois bem, esses blocos que você se refere, que estão em leilão, eles foram objeto de manifestação conjunta do Ministério do Meio Ambiente na gestão passada. Então, eles tiveram a aprovação do Ministério do Meio Ambiente na gestão passada e não é possível hoje que o Ministério possa romper com esse documento que já foi devidamente assinado. Então, essa é uma realidade que nós estamos enfrentando e, de fato, a posição da sociedade civil, da população brasileira é muito importante na problematização desse fato, mas só para esclarecer que eles foram objeto de manifestação conjunta do Ministério do Meio Ambiente. Posso passar para a Mauren? Mauren, por favor.

A SRª. MAUREN LAZZARETTI – TITULAR (Governo Do Estado - Mato Grosso) – Bom dia a todos e todas. Eu quero cumprimentar o secretário Capobianco, a secretária Marcela do DSISNAMA, meu amigo Fábio Feldmann, que conheço há pouco, mas mal sabe ele, que eu conheço muito da vida dele, que nós tivemos que pesquisar, porque de tudo que foi dito do nosso convidado de hoje, não se registrou que ele foi presidente da ABEMA de 1995 a 1997. Uma trajetória importante que compõe, inclusive, secretário Rodrigo Agostinho, o nosso livro comemorativo dos 40 anos da ABEMA, registrando a trajetória dessa associação que representa todos os órgãos estaduais de meio ambiente do Brasil e que foi instituída antes mesmo do próprio Ibama. Então, a trajetória de contribuições da associação ao longo desses 40 anos está registrada nesse livro que eu vou simbolicamente entregar ao Capobianco, ao nosso ex-vice-presidente Fábio Feldmann e ao Rodrigo Agostinho, mas vou deixar um especial para a ministra Marina e peço que entregue a ela com os nossos registros de admiração e solidariedade pelo evento. Nós que temos debatido em todos os ambientes, inclusive de forma muito democrática na tripartite, os pontos de vista divergentes como registrou o Fábio, nós admiramos as pessoas pela sua trajetória profissional e podemos divergir sobre determinado aspecto, mas sempre com respeito e com a mais absoluta urbanidade.

Então, nos causa espécie que uma casa que defende as leis possa tratar com tanto desrespeito uma liderança feminina da agenda ambiental. E eu como mulher, também como secretária de meio ambiente, posso dizer que esse é um enfrentamento adicional, que nós que lutamos por essa agenda que é conflituosa, enfrentamos adicionalmente nos meios ainda extremamente machistas. Então, eu me somo àqueles que se solidarizam, a ministra já registramos isso, mas eu queria, em plenária, dar uma ênfase a esse nosso registro. E dizer também ao meu querido Marçal, que mais do que qualquer coisa que tenha acontecido nesses dias aqui, no Mato Grosso, vai estar em todos os sites, que eu vou ser candidata a deputada federal, depois do Fábio. Nós ganhamos o prêmio ontem, Mato Grosso, junto com os estados de Minas e Tocantins, ganhamos o prêmio do programa Brasil Mais de Eficiência na Fiscalização Ambiental, mas ninguém vai falar disso, gente. Vou falar só efetivamente da candidatura. Mas, brincadeiras à parte, eu quero agradecer mais uma vez à Marcela, ao Capobianco, mas também ao Eduardo, que conduziu a tripartite, ao Marçal, a todos que estavam lá presentes, e ao Fábio, porque nós, de uma forma talvez bastante emblemática, ontem, fizemos um compromisso adicional de um enfrentamento conjunto, técnico e qualitativo para o tema do PL e do licenciamento. Não apenas para tratar especificamente da norma, mas como bem registrou o Fábio, a Marina e o próprio Capobianco, da estrutura do SISNAMA que está por trás disso e da necessidade de fortalecer institucionalmente os órgãos estaduais, municipais e aqueles que compõem o governo federal também nessa estrutura, que tem que ser linear, sem hierarquia, mas fortalecendo cada vez mais a capacidade de cooperação e integração da nossa execução da política pública, porque um sistema frágil permite que ele seja corrompido, e aí nós vamos acabar criando soluções que não são para o problema central, mas é o anador para a dor de cabeça e não o remédio para o problema central, que o que todos falaram, que me antecederam falaram. Então é apenas um registro do reforço, do compromisso da ABEMA, fizemos uma memória nesse ano daquilo que aprendemos ao longo dos 40 anos, mas pensando que esse aprendizado nos leva a um futuro ainda mais consistente para a atuação dos órgãos estaduais, sempre de forma muito uníssona. E quero fazer um pedido final, antes de fazer a entrega dos livros, mas no sentido de colaborar, eu queria que pudessem nos atualizar, na plenária de novembro de 2023, nós conversamos um pouco sobre o sistema de votação aqui no

CONAMA, sobre a possibilidade de ele ser eletrônico, de que nós pudéssemos conferir com um pouco mais de clareza essa nossa conferência de quórum, enfim, e talvez até a partir disso pensar em um aumento futuro de uma participação híbrida. Então queria só que pudessem depois, Marcela, se você puder atualizar como está o andamento disso, acho que é de interesse de todos. E eu vou aqui, simbolicamente, entregar os livros.

O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO (Secretário-Executivo do Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima - MMA) − Bom, eu, antes de dar início à ordem do dia aqui das votações, o Fábio pediu para fazer um brevíssimo comentário, e eu queria saber se o Rodrigo gostaria de fazer um brevissíssimo comentário também, para que a gente possa aqui voltar aqui à nossa pauta.

O SR. FABIO FELDMANN − Eu, em relação à exploração do petróleo na margem ocidental, eu tenho defendido o Taveira, o Taveirinha, que está ali e sabe disso, ele é grande, mas eu chamo ele de Taveirinha, e a história é a seguinte: Eu acho que a gente, é uma decisão difícil, eu tenho dito que não acho que é uma decisão do Ibama, não acho que é uma decisão do governo Lula, é uma decisão da sociedade brasileira, quer dizer, não que o licenciamento não tenha que passar pelo Ibama. Eu tenho defendido um referendo ou um plebiscito que a sociedade decida no final. Eu quero dizer para vocês que quando nós propusemos essa medida que está prevista na constituição, a constituição previu parlamentarismo, presidencialismo, monarquia e república em 93, nós tivemos o Estatuto do Desarmamento que nós fomos derrotados, mas eu acho que seria oportunidade de a sociedade brasileira debater esse assunto. Eu estou falando, olhando para você, Taveira, que eu que tenho ido bastante para a Amazônia, todos os governadores da Amazônia são a favor da exploração. O Helder virou para mim e disse: “Fábio, tudo bem, vocês não querem, então vamos discutir o pré-sal no litoral.” Eu acho que era a chance de a sociedade brasileira saber o que está em jogo. Então, desculpe eu fazer essa proposta, mas eu acho que ela permitiria à sociedade brasileira saber do que nós estamos tratando. Quer dizer, não é uma decisão fácil, quer dizer, nós aqui provavelmente somos contra, mas como eu estou dizendo, estou olhando para você, Taveira, é difícil. Então, Capô, eu tenho defendido isso sem nenhum ibope, mas eu acho que seria bom para o Brasil um referendo ou um plebiscito sobre isso, para dar para a

sociedade brasileira a possibilidade de saber o que está em jogo. Desculpe falar sobre isso.

O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO (Secretário-Executivo do Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima - MMA) − Muito obrigado, Fábio. Só para colocar, também esclarecer, o Ministério do Meio Ambiente não é contra nem a favor a exploração de petróleo. O Ministério do Meio Ambiente trabalha para que, em caso ocorra, ela se dê de forma legal, com todos os estudos de impacto ambiental devidamente elaborados e toda a segurança socioambiental garantida. O papel de decidir se explora ou não explora é do Conselho Nacional de Política Energética, que nós temos apenas um voto em meio a um conjunto bastante grande de conselheiros. Mas, voltando aqui então, nós seguimos aqui com a apresentação de novos conselheiros. Em conformidade com o decreto 99274, de 90, que regulamenta a Lei nº 6938 de 81, informamos a atualização da composição do Plenário do Conselho Nacional do Ambiente, CONAMA, com a entrada de novos conselheiros. Com o encerramento de alguns mandatos, foram realizadas novas indicações para os segmentos de municípios, setor empresarial e sociedade civil, sendo que, no caso da sociedade civil, por duas modalidades, indicações realizadas pela ministra do Estado do Meio Ambiente e Mudança do Clima e processo eleitoral para a escolha dos representantes eleitos. As substituições seguiram os procedimentos previstos, de forma transparente, assegurando a continuidade institucional e a representatividade do Conselho. Peço que a nossa diretora do DSISNAMA, Marcela Moraes, faça a leitura das nomeações, por favor.

A SRª. MARCELA OLIVEIRA SCOTTI DE MORAES (Diretora do Conselho Nacional do Meio Ambiente - CONAMA) − Bom, vou fazer a leitura da portaria. No Governo Federal, Ministério da Justiça e Segurança Pública, nós temos como titular o Josélio Azevedo de Souza e suplente o Bernardo Guidali Amaral. Secretaria-Geral da Presidência da República, como suplente, Fábio Tomaz Ferreira da Silva. Governo dos Estados, Mato Grosso do Sul, titular Artur Henrique Leite Falcette. Pará, titular Selma Solange Monteiro Santos e suplente Yago Borges de Souza. Roraima, titular Wagner Severo Nogueira e suplente Flávia Furtado Alves. Santa Catarina, suplente Fabrício Dal Moro. Governos Municipais, Região Norte, titular Antonio Marcos Barreto e suplente Udo

Sarlet. Associação Nacional de Municípios e Meio Ambiente, ANAMMA, suplente Pedro Henrique de Souza Mendonça Lobo. Entidades Municipalistas de Âmbito Nacional, titular Daniel Godoy de Jesus Miranda, Frente Nacional dos Prefeitos e suplente Letícia Mamedes Novato. Entidades Empresariais, Confederação Nacional de Comércio de Bens, Serviços e Turismo, suplente Thainy Cristina Silva Bressan. Entidades Ambientalistas, região Norte, Pedro Henrique Bonavigo, Ação Ecológica Guaporé Ecoporé, suplente Romas Pereira da Silva. Titular Helder Lima de Queiroz, Sociedade Civil Mamirauá e suplente João Valsecchi do Amaral. Nordeste, titular Daniel Fernandes Costa, Associação Caatinga, suplente Marília Alves do Nascimento. Titular José Truda Palazzo Júnior, Instituto Baleia Jubarte e suplente Eduardo Camargo. Centro-Oeste, Juliano Bueno de Araújo, Fundação Arayara e suplente Pedro Ivo de Souza Batista. Sul, titular Carolina Cátia Schäffer, Associação de Preservação do Meio Ambiente da Vida Apremavi, suplente Rogério Rossi Horoschovski. Titular Lisiane Becker Mira-Serra e suplente Luiz Klass, Gineste da Conceição. Sudeste, titular Gustavo Bernardino Malacco da Silva, Associação para Gestão Sociomental do Triângulo Mineiro Angá, suplente Carla de Souza Moreira. Titular Tobias Tiago Pinto Vieira, Movimento Verde Paracatu, Mover. Suplente Nelson Rodrigues dos Reis, filho. Âmbito Nacional, titular Maria Heloisa Dias, Instituto Amigos da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica, suplente João de Deus Medeiros. Titular Ana Carolina Crisostomo da Silva, Fundo Mundial para a Natureza WWF Brasil, suplente Ariene Bomfim Cerqueira. Titular Breno Ferreira de Melo, Mulheres em Ação do Pantanal, Mupan, suplente Rafaela Danielli Nicola. Associações Legalmente Constituídas para a Defesa dos Recursos Naturais e do Combate à Poluição, titular Juliana Gatti Pereira Rodrigues, Instituto Alana, e suplente Carolina de Brito Maciel. Populações Tradicionais, Samuel Leite Caetano, e suplente Ana Paula de Oliveira Santos. Bem-vindos aos novos conselheiros e conselheiras.

O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO (Secretário-Executivo do Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima - MMA) − Sejam bem-vindos, sangue novo.

A SRª. MARCELA OLIVEIRA SCOTTI DE MORAES (Diretora do Conselho Nacional do Meio Ambiente - CONAMA) − Capô, eu acho que cabe também aqui um agradecimento a quem esteve com a gente na gestão anterior. Então hoje a gente tem

aqui parte dos conselheiros que tiveram na gestão nos últimos dois anos. Eu acho que a gente também precisa agradecer e convidá-los a serem sempre presentes para contribuir com os nossos debates.

O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO (Secretário-Executivo do Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima - MMA) − Obrigado. O nosso sempre deputado, Fábio Feldmann, tem outro compromisso. Então, Fábio, muito obrigado. Contamos com a sua participação sempre. Parabéns pela sua trajetória admirável ao longo do tempo. Rodrigo. Vamos agora no próximo item informar sobre as câmaras técnicas. Como os senhores sabem, as câmaras técnicas têm mandato de dois anos. Então, encerrando o período regimental, foram realizadas reconduções e novas indicações... Tchau, Fábio. Obrigado. Novas indicações para a condução desse espaço. Pediria que a Marcela informasse a composição, a nova composição das câmaras técnicas do CONAMA para o biênio de 2025-2027. Por favor, Marcela.

A SRª. MARCELA OLIVEIRA SCOTTI DE MORAES (Diretora do Conselho Nacional do Meio Ambiente - CONAMA) − Bom, para a Câmara Técnica de Assuntos Jurídicos, nós temos como coordenador, presidente, o consultor Ricardo Cavalcante Barroso, que está aqui ao meu lado. A Câmara Técnica de Biodiversidade, Áreas Protegidas, Florestas, Educação Ambiental e Bem-Estar Animal. A Rita de Cassia Mesquita, que é secretária nacional de biodiversidade, florestas e direitos animais. A Câmara Técnica de Controle Ambiental e Gestão Territorial, o Rodrigo Agostinho, presidente do Ibama. Câmara Técnica de Justiça Climática, Aluízio Lopes Pereira de Melo, que é o secretário nacional de Mudança do Clima. E a Câmara Técnica de Qualidade Ambiental, Adalberto Maluf, secretário nacional de Meio Ambiente Urbano e Qualidade Ambiental.

O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO (Secretário-Executivo do Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima - MMA) − Muito bem, muito obrigado a todos por assumir essa tarefa. E vamos então entrar na ordem do dia. Muito bom, senhoras e senhores, entrando na ordem do dia, nós temos duas resoluções que já foram tramitadas, cumpriram todos os procedimentos junto às câmaras técnicas, estão prontas para a apreciação deste plenário. Temos também uma proposta de moção, o item D, uma proposta de criação de grupo assessor. Então nós temos aí cinco itens para a ordem do

dia. Nós recebemos aqui, justamente no que diz respeito à ordem do dia, recebemos uma solicitação para tramitação em regime de urgência, devidamente assinada por 11 conselheiros, conforme exige o regimento. Então nós vamos discutir inicialmente a solicitação de tramitação em regime de urgência da proposta de resolução sobre autorizações para a supressão, debilitação, ESVs. Quem é o defensor da proposta? Por favor, Rubens Born. Por favor.

O SR. RUBENS HARRY BORN – TITULAR (Fundação Grupo Esquel-Brasil) − Bom dia, Rubens Born. É que eu gostaria... Eu conversei com a Marcela Moraes, antes de começar a reunião. Nós gostaríamos também, baseado no artigo 13, parágrafo 3º do Regimento Interno, incluir mais uma moção de emergência. Nós queremos, baseado no artigo 13, parágrafo 3º do Regimento Interno, incluir mais uma moção de emergência, devidamente assinada por vários conselheiros, e o motivo se trata em...

O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO (Secretário-Executivo do Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima - MMA) − Não, não. Eu ia tratar dessa em segundo. No momento nós estamos tratando da solicitação... Depois eu trato da segunda, por favor. No momento estamos tratando da solicitação de regime de urgência para a proposta de resolução CONAMA, que dispõe sobre critérios técnicos, condições de validade, transparência, integração e publicidade de informações relacionadas às ASVs. Quero saber quem vai defender esta solicitação.

O SR. ADALBERTO − Secretaria Executiva do CONAMA, venho por meio desta solicitar que a proposta de resolução que estabelece critérios técnicos, condições de validade, transparência, integração e publicidade de informações relacionadas à emissão de autorização para a supressão de vegetação e imóveis rurais para se tramitar em regime de urgência no âmbito do CONAMA. A medida se justifica pela necessidade de dar cumprimento à decisão do Supremo Tribunal Federal, na DPF 760, que, ao reconhecer falhas estruturais na política de proteção à Amazônia Legal, determinou à União e os Estados Federais competentes a adoção de providências concretas para garantir maior controle, transparência e eficácia na fiscalização das atividades de supressão vegetal e no combate ao desmatamento ilegal. Entre os pontos destacados pela decisão está a fragilidade no controle da ASVs, a necessidade de padronização e integração de dados

com o Sistema Nacional de Controle de Origens e Produtos Florestais, Sinaflor. A proposta de resolução endereça diretamente essa lacuna normativa e, portanto, sua apreciação tempestiva pelo plenário do CONAMA é imprescindível para o cumprimento dos compromissos fixados pela Suprema Corte. Desta forma, considerando a urgência institucional da matéria e o risco de continuidade da omissão administrativa quanto ao tema, solicito que a tramitação da proposta se dê nos termos do artigo 18, inciso I do Regime Interno do CONAMA, com sua apreciação e pauta prioritária assinada aqui por 11 membros do CONAMA.

O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO (Secretário-Executivo do Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima - MMA) − Muito obrigado, secretário Adalberto. Podia deixar conosco o documento, por favor, para fins de registro. Então, nós temos aqui a solicitação de votação dessa resolução que trata da supressão de [ininteligível] em regime de urgência. Há algum encaminhamento contrário? Nós temos dois inscritos, tiram par ou ímpar? Quem é que vai falar? É um ou outro

O SR. JÂNIO COUTINHO (Ministério do Desenvolvimento Agrário - MDA) − Bom dia a todos, todas. Secretário Capobianco, Jânio Coutinho, do Ministério do Desenvolvimento Agrário. Eu queria primeiro não só me contrapor à urgência, acho que com o fundamento do artigo 18 do regimento, mas não só por isso também, inclusive queríamos, na condição de conselheiro representando a MDA, requerer vista da proposta...

O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO (Secretário-Executivo do Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima - MMA) − Não está em momento de pedido de vista. O senhor trata exclusivamente do pedido em regime de urgência, por favor.

O SR. JÂNIO COUTINHO (Ministério do Desenvolvimento Agrário - MDA) − Ok. Então, a nossa posição é contrária ao regime de urgência. É uma... Entendemos perfeitamente o sentido da proposta e da atenção com a decisão do Supremo, mas nós consideramos que ela pode, escrita como está, afetar, inclusive assentamento de reforma agrária...

O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO (Secretário-Executivo do Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima - MMA) − O senhor não discuta o conteúdo. O senhor está discutindo apenas por que o senhor encontra o regime de urgência. O senhor vai ter a opção de discutir o conteúdo na sequência, se for aprovado o regime de urgência, por favor.

O SR. JÂNIO COUTINHO (Ministério do Desenvolvimento Agrário - MDA) – Ok. Então, o fundamento é esse. Está bom?

O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO (Secretário-Executivo do Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima - MMA) − Muito obrigado.

O SR. JÂNIO COUTINHO (Ministério do Desenvolvimento Agrário - MDA) − O pedido de urgência não pode ser incluído para o ponto de pauta.

O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO (Secretário-Executivo do Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima - MMA) − Não, o pedido de urgência não pode ser incluído para o assunto de pauta.

O SR. JÂNIO COUTINHO (Ministério do Desenvolvimento Agrário - MDA) − Não pode ser objeto de proposta que está incluída na pauta.

O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO (Secretário-Executivo do Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima - MMA) − Então, eu vou solicitar que o nosso consultor jurídico esclareça se pode ou se não pode. Se é uma questão regimental, por favor, eu queria pedir que o nosso consultor Ricardo Barroso pudesse esclarecer.

O SR. RICARDO CAVALCANTE BARROSO (Consultor Jurídico - MMA) − Bom dia a todos. Me parece que, de fato, o que está sendo colocado aqui é a discussão apenas do pedido de urgência, se vai ter precedência ou não. Não uma inclusão em pauta. O assunto já está em pauta. A questão agora é a discussão se vai ser pertinente à urgência ou não.

O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO (Secretário-Executivo do Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima - MMA) − Eles estão alegando que o regimento proíbe

que um assunto que está na pauta seja objeto de um pedido de regime de urgência. Eu desconheço esse dispositivo.

O SR. RICARDO CAVALCANTE BARROSO (Consultor Jurídico - MMA) − Ao contrário, a previsão é expressa no artigo 18: “Poderá ser requerida ao plenário a adoção do regime de urgência de qualquer matéria não constante da pauta.”

O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO (Secretário-Executivo do Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima - MMA) − Só um minutinho, estamos aqui fazendo as devidas checagens. Pedir para a Marcela fazer um esclarecimento aqui, por favor.

A SRª. MARCELA OLIVEIRA SCOTTI DE MORAES (Diretora do Conselho Nacional do Meio Ambiente - CONAMA) − Parágrafo 3º: “Em casos excepcionais...” Artigo 18: “Em casos excepcionais, assim reconhecidos pelo plenário, comprovado o caráter relevante do tema e a necessidade de manifestação urgente do CONAMA, poderá ser requerida análise e deliberação da matéria na mesma reunião em que for apresentada.” Eu acho que isso está associado à questão do regime de urgência.

O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO (Secretário-Executivo do Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima - MMA) − Não, me parece que aí, nesse caso, seria para uma matéria extra-pauta que pudesse ser trazida e analisada em regime de urgência, é isso? Só para confirmar. Só para esclarecer, parece que é bem claro que o regimento não prevê pedido de urgência para matérias que constam da pauta.

O SR. RICARDO CAVALCANTE BARROSO (Consultor Jurídico - MMA) − Isso, pela leitura do parágrafo 3º, realmente, de fato, acho que não contempla essa hipótese.

O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO (Secretário-Executivo do Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima - MMA) − E a exceção seria para a matéria extra-pauta que o plenário considerasse relevante para ser incluída na discussão, em uma reunião, mesmo que ela não estivesse incluída na pauta, é isso?

O SR. RICARDO CAVALCANTE BARROSO (Consultor Jurídico - MMA) − Isso.

O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO (Secretário-Executivo do Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima - MMA) − Acho que é essa a interpretação correta. Alguém, algum jurista no plenário discorda dessa interpretação? Talvez o Rodrigo Justus, que sempre discorda. Você vai concordar com essa? Isso é uma maravilha. Muito bem, então esclarecido a impossibilidade de solicitação para tramitação em regime de urgência de assuntos que constem da pauta. Pedir para que os nossos proponentes de proposta de regime de urgência se atentem ao regimento da próxima vez. Agradeço. E vamos, então, entrar imediatamente na discussão do processo 02000.013396/2024-66 sobre a proposta de resolução CONAMA que dispõe sobre critérios técnicos, condições de validade, transparência, integração e publicidade de informações relacionadas à emissão de autorizações para supressão de vegetação nativa em imóveis rurais. Passo a palavra ao Rodrigo Agostinho para a apresentação. O senhor se sente, por favor. O senhor se sente. Vamos fazer a apresentação, por favor.

O SR. RODRIGO ANTÔNIO DE AGOSTINHO MENDONÇA - TITULAR (Presidente do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA) − Bom, acho que bom dia ainda. Bom dia a todos e todas. Como já foi dito, esse é um tema recorrente na discussão de diversas ADPFs que solicitam que a gente atue, obviamente, com mais transparência no que diz respeito ao que é autorizado e o que não é autorizado dentro do desmatamento do nosso país. O Código Florestal de 2012 trouxe a obrigatoriedade do Sinaflor, do uso do Sistema Nacional de Dados Florestais que é gerenciado hoje pelo Ibama. É um instrumento extremamente importante, é um instrumento de transparência, mas ao longo do tempo a gente viu estados e municípios cada um, obviamente, com o seu regramento, cada um com a interpretação jurídica própria, cada um com as suas estruturas próprias e cada um tratando do tema de maneira diversa. Então, o que se busca aqui, acima de tudo, é a transparência. São critérios de validação, transparência, integração e publicidade de informações. Se a gente pudesse resumir, basicamente, essa é uma proposta de resolução para publicização das autorizações de supressão de vegetação. Esse é o objetivo. Não é criar um sistema de licenciamento novo, algo diverso do gênero. Então, somente a publicidade. Essa proposta de resolução tramitou pelas duas câmaras técnicas, Controle de Qualidade Ambiental sob a minha presidência e a Câmara Técnica de Assuntos Jurídicos. O

Ministério do Meio Ambiente, através da Secretaria Extraordinária de Combate ao Desmatamento e Ordenamento Territorial, municiou com uma série de subsídios o debate, a discussão. Quero aqui registrar um esforço muito grande na busca de uma conciliação entre Governo Federal, Governos Estaduais, aqui representado pela ABEMA, e Governos Municipais, aqui representado pela ANAMMA. Houve um processo intenso de debate e de discussão. Independente das posições de cada lado, houve um esforço realmente sobrenatural para que a gente pudesse chegar aqui hoje com uma proposta. Então, eu preciso fazer esse reconhecimento ao André Lima, como secretário, que hoje está em férias, e às associações aqui representadas. Quero também agradecer muito as contribuições da Sociedade Civil, que clamava há muito tempo por uma ferramenta semelhante, e os representantes do setor empresarial. Todos debateram, todos discutiram o assunto, com bastante exaustão. É uma resolução curta, com 12 artigos, tratando notadamente sobre publicidade. Acredito que ao longo do debate da proposta de resolução, a gente vai poder discutir alguns temas, alguns pontos específicos, algumas questões bastante particulares. Mas o que eu posso dizer é que para alguns setores como, por exemplo, para o agro, o agro brasileiro sempre reivindicou que na divulgação de dados de desmatamento se separasse o que é autorizado do que não autorizado. Esses dados, a gente tem hoje, até pouco tempo a gente tinha esses dados apenas de alguns estados, apenas de alguns municípios. Hoje, praticamente todos estão colocando esses dados já no Sinaflor, por força da decisão do STF. Nós precisamos uniformizar essa colocação de dados, a gente tem estados tratando ASV com outro nome, o que é ASV em um estado não é ASV em outro estado, a gente tem questões muito particulares que precisam ser uniformizadas para que a gente possa todos, quando ter um dado, a gente estar falando da mesma informação. Então, acho que são essas as preocupações. Dizer que o texto da resolução, ele é um texto que, obviamente, é harmônico com a Lei 12.651, que é o Código Florestal, a nossa lei de proteção à vegetação nativa. Então, houve uma preocupação muito grande de harmonização com a nossa legislação, para que, obviamente, a gente não tivesse indo além da autorização, obviamente, da autorização legislativa e da competência do CONAMA nessa matéria. Eu vou parar por aqui e que a gente possa, enfim, debater, discutir essa matéria. O próprio,

eu também sou, obviamente, representante do Ibama, e o próprio Ibama também tem algumas considerações a fazer, mas que eu vou fazer no momento oportuno. Obrigado.

O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO (Secretário-Executivo do Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima - MMA) − Muito bem. A matéria está em discussão, pois não?

O SR. JÂNIO COUTINHO (Ministério do Desenvolvimento Agrário - MDA) − Secretário Capobianco, presidente Agostinho. O presidente Agostinho me conhece, eu sou Jânio Coutinho, hoje estou trabalhando no Ministério do Desenvolvimento Agrário, mas eu sou analista ambiental de carreira, do Ibama, e trabalho com licenciamento ambiental, em rodovia, em ferrovia, trabalhei muito tempo. Então, secretário, com base no artigo 21 do regimento, eu quero pedir vista da matéria por uma única vez, e lembrar aqui o conteúdo do parágrafo primeiro, do artigo 21, que o direito à vista da matéria pode ser exercido a qualquer momento da discussão, até antes do início da sua votação. Sendo facultado ao plenário prosseguir na discussão da matéria sem deliberação. Esse é o pedido que nós queremos fazer aqui.

O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO (Secretário-Executivo do Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima - MMA) − É questão de ordem? Tem que ser questão de ordem, hein? Pois não, conselheiro.

O SR. TOBIAS TIAGO PINTO VIEIRA – TITULAR (Movimento Verde de Paracatu) − Tobias, Movimento Verde, Paracatu. Bom, só realmente é uma questão de ordem, Capô, porque foi pedido um regime de urgência, e houve aqui uma interpretação divergente do que a gente sempre praticou aqui no plenário. E eu estou entendendo que ele está pedindo vistas já à matéria que está em debate, mas antes de debater a matéria, a gente precisa deliberar sobre o pedido de urgência. Eu preciso entender. Não, não foi deliberado.

O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO (Secretário-Executivo do Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima - MMA) − Não, conselheiro, de fato, essa sua dúvida, acho que foi a dúvida de todos nós, mas nós nos certificamos de que o regimento do

CONAMA não permite pedido de tramitação em urgência para matérias que constam da pauta. Isso foi esclarecido, e por este motivo não foi acolhido o pedido de urgência.

O SR. TOBIAS TIAGO PINTO VIEIRA – TITULAR (Movimento Verde de Paracatu) − Eu entendi que foi suscitada a dúvida.

O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO (Secretário-Executivo do Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima - MMA) − Não, não, foi esclarecida, foi suscitada a dúvida, de fato, mas o nosso consultor jurídico esclareceu, inclusive foi na leitura. O próprio consultor jurídico se surpreendeu um pouco, porque nunca havíamos discutido isso, então ele próprio ficou, teve que recorrer ao regimento para esclarecer, fazer a leitura do dispositivo que não permite pedido de votação em regime de urgência para matérias que constam da pauta. É muito explícito o regimento nesse sentido.

O SR. TOBIAS TIAGO PINTO VIEIRA – TITULAR (Movimento Verde de Paracatu) − O artigo mencionado na discussão, no momento que foi suscitada a dúvida, realmente menciona matérias extra-pauta, mas eu vou resgatar que no nosso regimento está previsto esse momento de entrega dos pedidos de urgência, e não menciona se ele tem que estar pautado ou não pautado. Existe um outro artigo, que é o artigo 13, que menciona que quando a matéria não está pautada, pode ser requerida urgência e incluída na pauta. São dois artigos diferentes, pessoal.

O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO (Secretário-Executivo do Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima - MMA) − Sim, nós lemos esse artigo, foi o que eu esclareci. Quando o CONAMA se reúne, existe um determinado tema que não constava da pauta, ele pode ser incluído na pauta, com pedido de urgência, a critério do plenário. O problema é que este tema está na pauta, tramitou nas câmaras técnicas e está na pauta do dia, portanto não se trata de um tema extra-pauta.

O SR. TOBIAS TIAGO PINTO VIEIRA – TITULAR (Movimento Verde de Paracatu) − Eu gostaria de consultar se realmente esse entendimento está ok, está realmente concluído pelo jurídico, porque então me traz a reflexão que a gente fez errado em várias outras reuniões anteriores.

O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO (Secretário-Executivo do Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima - MMA) − Pode ser que sim, se sim me penitencio, se estivesse sob a minha presidência, me penitencio, mas realmente o nosso conselheiro do MDA que solicitou o pedido de vista, ele teve o cuidado de analisar o regimento e verificar que esse encaminhamento seria o correto. Está aqui agora... Quem está aqui para esclarecer isso não sou eu, é o nosso consultor jurídico que já fez os devidos esclarecimentos. Se você quiser completar, por favor, fique à vontade, Ricardo.

O SR. RICARDO CAVALCANTE BARROSO (Consultor Jurídico - MMA) − Isso, de fato. Na leitura do artigo citado pelo conselheiro, há previsão de encaminhamento à mesa dando conhecimento imediato ao plenário os pedidos de requerimento de urgência. O que acontece é que existe uma seção própria que disciplina os requerimentos de urgência. Então, entendendo que essa previsão remete ao regime previsto no próprio regimento e que prever essa hipótese não está incluído na ordem do dia, não está incluída em pauta, então, esse caso não seria cabível. Só queria colocar aqui uma camada a mais de discussão, que foi colocada aqui pelo interessado também, é que também o plenário, na sua autonomia, se entender que, por conta da ordem dos trabalhos à presidência, que não vai ser possível apreciar todos os pleitos, e aquele pleito precisa ser apreciado naquela sessão, ordenar da melhor forma, submetendo ao plenário. Então, essa é uma outra camada de discussão, mas o requerimento de urgência é disciplinado pela previsão do artigo 14 e o seu regime a partir do artigo 17.

O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO (Secretário-Executivo do Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima - MMA) − Acho que não há dúvida, Tobias, sobre isso. Mas aí eu confesso que aqui, como presidente da sessão, eu deveria ter colocado um pedido de requerimento, encaminhado por um conjunto bastante grande de organizações, que trata de uma moção de requerimento à liderança do Governo Federal e do Congresso Nacional para empreender esforço junto à Câmara dos Deputados, ou seja, uma moção com pedido de urgência. Não é isso, Marcela, nesse caso? Aí estaria coberto pelo dispositivo que prevê...

A SRª. MARCELA OLIVEIRA SCOTTI DE MORAES (Diretora do Conselho Nacional do Meio Ambiente - CONAMA) − A inclusão de uma pauta, é.

O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO (Secretário-Executivo do Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima - MMA) − Correto?

A SRª. MARCELA OLIVEIRA SCOTTI DE MORAES (Diretora do Conselho Nacional do Meio Ambiente - CONAMA) − Correto.

O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO (Secretário-Executivo do Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima - MMA) − Então eu vou, antes de prosseguir, eu vou pedir para os signatários dessa moção que possam apresentá-la, por favor. Eu acho que era isso que o Rubinho ia fazer, não é, Rubens? Então agora, restituindo a palavra para você, por favor.

O SR. RUBENS HARRY BORN – TITULAR (Fundação Grupo Esquel-Brasil) − Bem, mais uma vez, boa tarde. Rubens Borne, Fundação Esquel em Nome do Fórum Brasileiro de ONGs e Movimentos Sociais. Todos sabem que realizaremos no Brasil a COP 30, a 30ª Conferência de Mudança do Clima, em novembro. O Governo Federal divulgou no começo desse ano, do início da sessão legislativa, um documento de quais são as pautas de interesse do Executivo junto ao Congresso Nacional. No Bloco de Mudanças de Clima está inserida, não só por conta da COP 30, mas pela relevância que tem o chamado, a expectativa da aprovação do Acordo de Escazú, o Acordo da América Latina e Caribe, sobre Direitos de Acesso à Informação, Participação e Justiça em Assuntos Ambientais. O acordo foi apresentado ao Congresso em maio de 2023. Em 26 de maio, o então Presidente da Câmara dos Deputados designou um deputado relator. Já há um parecer favorável desde setembro de 2023 desse deputado relator e a matéria ainda não foi votada. Então, a moção é direcionada à Ministra Chefe da Secretaria de Relações Institucionais, Ministra Gleisi Hoffmann, ao Ministro Márcio Macedo, Secretário-Geral da Presidência da República, ao Ministro Rui Costa, da Casa Civil, e aos excelentíssimos presidentes do Senado, Davi Alcolumbre e Deputado Hugo Mota, Presidente da Câmara dos Deputados, um apelo deste CONAMA para que essas lideranças empreendam esforços para que o Congresso Nacional possa apreciar e, se possível, votar o Acordo de Escazú antes da COP30. E por que fazemos essa moção agora?

O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO (Secretário-Executivo do Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima - MMA) − Não precisa defender o tema, já está claro. Então, eu queria solicitar aos membros aqui do CONAMA, vamos pôr em votação, se incluímos esta moção na pauta de hoje, depois ela será devidamente esclarecida. Por favor, aqueles conselheiros que forem favoráveis à inclusão da moção de requerimento das lideranças do Governo Federal e do Congresso Nacional para empreender esforços junto à Câmara dos Deputados e ao Senado Federal, com vistas à aprovação do Acordo de Escazú pelo Congresso Nacional, preferencialmente antes da COP30, que se manifestem, por favor, os favoráveis. Contagem, por favor. Mantenham alto para a gente poder contar sem erro, já que ainda não foi esclarecido o que a Mauren pediu sobre o sistema de votação eletrônico, depois nós vamos passar para a Marcela esclarecer, seria mais fácil. Contrários, por favor? Cinco, que levantou depois uma aqui. Cinco. Abstenções? Bom, então, aprovada a inclusão da moção acerca do Acordo de Escazú na pauta desta reunião, procederemos ao final. Então, está em discussão... Questão de ordem? Não, não, nós vamos agora debater a ASV. Está concedido o pedido de vista, não faremos a votação. Só um minutinho, só um minutinho. Um minuto. Você quer presidir? Seria um prazer. Não, não, eu só quero esclarecer. Nós temos o pedido de vista já registrado pelo representante do Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar. Nós vamos conceder vista e vou abrir a possibilidade de outros que queiram pedir vista, evidentemente, mas informar que nós vamos discutir, conforme prevê o regimento, a possibilidade de discutir a resolução hoje, quem sabe já até... Pena que a gente não discutiu antes, que talvez o conselheiro não pedisse vistas, mas, infelizmente, ele já pediu vistas. Então, vamos, então, para... Alguém mais além do conselheiro do Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar. Pede vistas? ANAMMA, ABEMA, MGI, WWF. Então, é o famoso pedido de vista coletivo, não é isso? Lembro a todos que estão tão animados com o pedido de vista, que vocês têm 45 dias para apresentar relatório por escrito a respeito das ponderações ou argumentações que justificaram o pedido de vistas. Muito bem, então, temos... Não é a ABEMMA? Ah, sim, o estado do Amazonas. Então, é o nosso secretário Eduardo Taveira. É que alguém falou Taveiro. Taveira. Muito bem, então, está em discussão. Eu estou entendendo que o senhor está se inscrevendo para a discussão da ASV. Quem é que... Está aberta à

discussão da resolução que trata das autorizações de [ininteligível]. Por favor, João de Deus, com a palavra.

O SR. JOÃO DE DEUS MEDEIROS – SUPLENTE (Instituto Amigos da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica) − Bom dia, secretário João Paulo, bom dia a todas e todos. Eu só queria fazer uma complementação muito breve, a rigor já em parte do que o Rodrigo mencionou, sobre a importância, a relevância da edição dessa resolução nessa perspectiva de nós também garantirmos princípios constitucionais muito claros que estão no artigo 37, que remetem à administração pública essa obrigatoriedade de não se afastar do princípio da legalidade, do princípio da eficiência, dentre outros. Mas, particularmente esses dois, sabe, Capô? E veja, nós estamos tratando de algo que busca regulamentar um assunto de extrema relevância, que é o controle sobre desmatamento, sobre supressão de vegetação nativa. Nós tivemos um amplo processo de discussão com a construção de um pacto social, com a aprovação da Lei 12.651, com a revisão do novo Código Florestal de 65, e que remete à necessidade de nós termos essa transparência, essa integração de dados sobre os processos de supressão de vegetação nativa, como uma forma de se garantir, tanto a atuação da administração pública, quanto a condição necessária para o desejável e devido controle social desses processos. Eu faço essa fala basicamente no sentido de trazer aqui esse apelo para que a gente possa trazer as contribuições nesse pedido de vistas, para que se aprimore esse texto, mas lembrando que é um texto que procura trazer elementos que garantam a transparência ativa e a integração de dados para que esses princípios que eu mencionei possam ser exercidos adequadamente. Isso é essencial, isso é fundamental e é estratégico para que nós, enquanto sociedade, possamos dar uma resposta mais satisfatória, tanto enquanto administração pública, quanto sociedade civil, na mudança dessa realidade de controle de supressão de vegetação nativa e que a gente possa, com isso, dar um passo significativo na melhoria desse sistema, contribuindo, inclusive, para a própria proposição de um compromisso do governo em atuar firmemente no controle do desmatamento. Então, é basicamente reforçar esse pedido para que a gente avance. A discussão na Câmara Técnica, conduzida pelo Rodrigo, que eu participo, ela foi muito interessante no sentido de incorporar várias sugestões de aprimoramento. Acho que a gente vai ter mais um espaço, mas é fundamental deixar isso claro. É imprescindível que a gente avance e

aprove essa resolução como um instrumento efetivo para que nós possamos avançar nesse desejável controle nas autorizações de supressão de vegetação nativa, que ainda são bastante polêmicos em vários casos. Obrigado.

O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO (Secretário-Executivo do Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima - MMA) − Muito bom. Perfeito. Lembrando aqui aos conselheiros que pediram vista que o prazo é dia 22 de julho. 22, não é isso? 22. São 45 dias corridos, está certo? Bom, essa resolução, como foi bem tratada aqui pelo relator que apresentou, Rodrigo Agostinho, ela não muda a legislação. Ela não altera a legislação ambiental. Ela apenas cria os parâmetros de transparência, como foi também ressaltado aqui pelo nosso conselheiro João de Deus. Mais alguém gostaria de fazer uso da palavra em relação à moção, em relação à resolução? Bom, em não havendo uma... Ah, sim, pois não, Rodrigo. Rodrigo Justus.

O SR. RODRIGO JUSTUS DE BRITO – TITULAR (Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil – CNA) − Senhor presidente, senhores conselheiros, agradeço aqui a palavra, Capobianco e Agostinho. Nós discutimos amplamente, Capobianco, esse assunto nas câmaras técnicas. Buscamos uma construção que atendesse o interesse da transparência, que nós queremos, o setor agrícola precisa disso, para separar o joio do trigo, etc. E aí, Agostinho, você aqui colocou que vocês, Ibama, teriam contribuições ao texto, que eu entendi que são emendas. Considerando que foi pedido vistas, para que a gente, inclusive, ganhe tempo na próxima reunião, se possível, se você quiser fazer, você poderia explicar por quê. Porque nós fizemos reuniões e consensuamos isso nas câmaras técnicas. E agora, soubemos que o Ibama quer alterar o texto. Então, seria, Capobianco, para a gente aproveitar o tempo e já, se tiver alguma discussão que tenha que fazer, até a reunião da deliberação, a gente avance nisso também, podemos aproveitar, se não for incômodo, Agostinho, você poderia dizer para nós quais os pontos que você teria, que o Ibama, após esses consensos e tal, chegou à conclusão de que seriam necessários fazer outros ajustes. É só esse o meu pedido. Obrigado.

O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO (Secretário-Executivo do Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima - MMA) − Obrigado, excelente, Rodrigo. Acho que vamos aproveitar exatamente esse momento, solicitando ao Ibama. Nós não recebemos

informação de outros segmentos que teriam propostas de emendas ou ajustes, mesmo porque, como foi dito, essa resolução foi muito discutida e ganhou uma adesão e criou um consenso muito positivo. Mas parece que o Ibama, após mesmo tendo participado de todo o processo, mesmo ter sido presidido pelo presidente do Ibama, inclusive na Câmara de Assuntos Jurídicos, não é isso? Foi lá que você presidiu? Surgiu uma questão posterior que talvez você pudesse compartilhar com os conselheiros, Rodrigo, para aproveitar exatamente isso que o Rodrigo Justus colocou para adensar essa discussão e, quem sabe, agilizar essa discussão na reunião extraordinária que nós vamos convocar para tratar dessa resolução assim que findar o prazo do pedido de vista. Por favor, Rodrigo.

O SR. RODRIGO ANTÔNIO DE AGOSTINHO MENDONÇA - TITULAR (Presidente do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA) − Vamos lá. Quando a última versão da resolução, da proposta de resolução, veio a público, muitos servidores do Ibama nos procuraram e servidores que tratam desse tema, e isso é natural, após a elaboração, após a tramitação nas duas comissões, surgiram muitas dúvidas em relação a três pontos, eu vou passar rapidamente, mas também deixar claro que eu resolvi formalizar, então vai estar disponível no site para que todos possam avaliar também. Se for o caso, eu não vejo problema algum de, havendo consenso em relação a essas matérias, a gente... Inclusive o Ibama fazer a retirada de parte dessas emendas. Então, são três emendas. A primeira diz respeito ao artigo 3º, que é a questão de limpeza de pastagem. Historicamente, o Ibama se depara no Brasil inteiro com situações de pessoas desmatando, utilizando do pretexto de que estão fazendo limpeza de pastagem. Então, esse para nós é um tema caro. O Ibama tem um entendimento técnico de que limpeza de pastagem, conforme está consignado no Código Florestal, na Lei 12.651, não precisa de autorização de supressão de vegetação. Então, nós entendemos que é uma matéria alheia, da mesma forma como a gente não está trazendo outros temas para dentro dessa resolução, a gente entendeu que as autorizações de limpeza de pasto, e, nesse caso, a gente tem o inciso III dizendo, inclusive, de autodeclaração. A gente acha que isso, a gente teria problema de trazer esse tema para dentro da proposta de resolução. A emenda número dois diz respeito à questão do SICAR. Obviamente que para nós é muito importante que haja redundância,

mas é algo que a gente avalia que talvez alguns estados tenham dificuldade com esse ponto. Então, eu acho que, apenas para que a gente não coloque na resolução algo que a gente tenha uma dificuldade do ponto de vista de implementar, mas é algo que o Ibama avalia a possibilidade de retirar essa emenda, se a gente tiver, de fato, uma avaliação que a gente consiga avançar nisso. E a última emenda, a emenda número três, uma emenda modificativa para tentar melhorar um pouco a redação do artigo oitavo, no que diz respeito aos números das ASVs e do Sinaflor. Então, a gente coloca, submete a todos uma proposta de nova redação para o artigo 8º. Nós entendemos que não tem nenhuma mudança significativa aí, apenas uma proposta de melhoria da redação, com base, inclusive, nos dispositivos do artigo 35 e 36 do Código Florestal. Era só, senhor secretário, mas, como eu disse, incluímos como emendas, a gente sabe que as emendas são discutidas depois da aprovação do texto básico, e a gente também se coloca à disposição de, havendo acordo, havendo consenso, a gente retirar essas emendas. Obrigado.

O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO (Secretário-Executivo do Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima - MMA) − Só para esclarecer os menos informados, que atuam menos com esse tema, a resolução não obriga a autorização para a limpeza de pastagem, está certo? Então, ela não incluiu isso, correto? A resolução é clara, dizendo o seguinte, artigo 3º: “A limpeza de pasto em áreas rurais para fins agropecuários, cujo uso tenha sido interrompido por até 5 anos, Código Florestal, independente de emissão de ASV, independente de emissão de ASV, desde que: Um, não ocorra em área de preservação permanente, área de reserva ilegal ou área protegida por legislação específica.” Isso tudo é legislação existente, ela está apenas trazendo para a resolução, para o corpo da resolução, o que já existe na legislação. “Dois, se restringe a área objeto de autorização de supressão de legislação nativa regularmente executada.” Ou seja, se ela é uma área que já tinha sido autorizada anteriormente, e, portanto, ela estava legalizada, ou área de uso consolidado, nos termos do que prevê o Código Florestal. Então, toda propriedade, nós sabemos disso, tem a sua área consolidada, e essa área consolidada, portanto, permite que, nessa área já consolidada, que já não é mais floresta, assim, reconhecida pelo Código Florestal, ela pode ser, você pode fazer a chamada limpeza de pastos, de manutenção. Então, esse é o ponto. O que o Ibama está

recomendando é que se exclua o inciso III, ou seja, que seja formalizado por meio de declaração apresentada ao órgão ambiental estadual competente. Lembrando que esta declaração, ela estaria inserida no Sinaflor, ou seja, não é obrigatório a autorização, o proprietário rural pode fazer a limpeza de pastos, obedecendo o previsto no Código Florestal, que foi transcrito aqui no inciso I e II, mas ele teria que informar isso no sistema, e essa informação autodeclaratória estaria no Sinaflor. O que, conversando com profissionais da fiscalização do Ibama, alegam que isso tem criado e tem estimulado, em alguns locais, um mau uso desse instrumento, e quando o Ibama verifica, aquela área, onde mesmo que tenha havido autodeclaração, ela foi, de fato, objeto de um desmatamento. Ou seja, realmente aqui é uma discussão sobre o quanto isso auxilia ou prejudica o processo de controle ambiental, porque, em tese, os órgãos estaduais, os órgãos municipais e o Ibama possuem os instrumentos para verificar se aquela autodeclaração de supressão de limpeza de pastos, se ela tem amparo legal ou não. Basta olhar a imagem satélite e verificar se ela é consolidada, etc. Então ele tem como verificar isso. Mas que essa autodeclaração e a inclusão disso no Sinaflor estaria mascarando uma tentativa, em alguns casos, de legalizar um desmatamento. Correto, Rodrigo? Então, no fundo, é uma discussão um pouco sobre a eficiência desse dispositivo. Eu acho que é basicamente isso. Se ele é eficiente, se eu preciso declarar de fato, se eu preciso incluir no Sinaflor isso, porque eu tenho o direito de fazer, e se eu estou seguindo a lei, eu não precisaria nem declarar, nem informar no Sinaflor, nem nada. Então eu acho que é uma questão mesmo de... Não sei se alguém tem alguma visão sobre isso, gostaria de colocar, comentar essa questão. Parece que o plenário ficou um pouco desanimado com o pedido de vista. Ele não está tão ativo. Eu vejo o movimento das organizações não-governamentais tão silencioso. Não sei, eu acho que eles ficaram muito impactados com as conquistas da Semana do Meio Ambiente. Foi isso? Eu estou vendo que eu acho de fato aqui, parece que não há... Ah, por favor, Mauren. Parece que não há muita energia nesse tema, nesse momento, mas quem sabe a Mauren aqui nos traz um alento.

A SRª. MAUREN LAZZARETTI – TITULAR (Governo Do Estado - Mato Grosso) – Mauren Mato Grosso. Eu acho que vou talvez fazer algumas sugestões. O tema de fato foi bastante debatido, e acho que ele é um consenso para todos. O desafio é só verificar

como fazer, em que condições, o prazo para que ele não seja descumprido. Nós fizemos um debate preliminar, e existem algumas questões de aprimoramento do texto, que eu penso que nesse espaço que nós temos de 45 dias, já pensando que o pedido de vista não é um parecer geral, acho que todos que pediram vista vão sugerir algum aprimoramento do texto. Eu queria fazer uma sugestão ao Rodrigo, considerando que esse tema é técnico. Nesses 45 dias nós poderíamos fazer uma reunião entre os entes, aqueles que pediram vista ou quiserem participar, para tratar um pouquinho dessas questões operacionais. Por meio da ABEMA, nós também iríamos fazer um aprimoramento do texto, em relação a essa fase de transição. Nós vamos ter um período de vigência, e vamos ter tarefas operacionais para cumprir a resolução a serem realizadas. Acho que nós temos que tratar a transição, porque a ausência de uma clareza na transição às vezes nos traz embaraços no dia a dia. Poderíamos aproveitar essa oportunidade e aprofundar um pouquinho nessas questões, nessas sugestões e em outras que possam ser trazidas pelos conselheiros que pediram vistas. Acho que aí a gente consegue evoluir. Obrigada.

O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO (Secretário-Executivo do Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima - MMA) − Ótimo. Então, excelente. Eu acho que o... Pois não, Heloísa.

A SRª. MARIA HELOISA DIAS – TITULAR (Instituto Amigos da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica) − Bom dia, Heloísa Dias, Instituto Amigos da Reserva da Biosfera. Comentar um pouco desse “hã”, que nós ficamos aqui diante. A gente tinha uma expectativa da aprovação da ASV, depois de tanto diálogo, e realmente se dá um passo, que espero que seja para aprimoramento, na direção da gente conseguir aprovar e assegurar instrumentos de transparência. Só reforçar o seguinte. Recentemente, nós vimos, pela publicação do RAD 2024, sobre o relatório de desmatamento no Brasil, que a gente teve alguma redução em relação a isso, mas que estamos distantes das nossas metas do desmatamento zero e que precisamos agilizar a questão da transparência e da fiscalização nesse sentido. Continuam ocorrendo alguns desmatamentos e algumas questões nessa direção. E um instrumento que tem ajudado muito é o sistema de alerta do MapBiomas, que foi atendido pela maioria dos estados, no sentido de rever e conter

essas ameaças a tempo. Alguns estados com mais eficiência, outros com menos. Então, é só mais um apelo, que a gente aprimore. Gostei da proposta feita pela reunião prévia, antes da próxima, porque a gente sabe que são de quatro em quatro meses, e a gente vai retardando uma questão que está cada dia mais complicada de conviver com relação às emergências climáticas e toda a supressão que ainda, infelizmente, ocorre no Brasil. Então, acho que nós temos muito a fazer. É mais um apelo e uma manifestação de concordância que a gente faça os aprimoramentos nos pedidos de vista. E, se puder, com o auxílio do DSISNAMA, reforçando a pedido da nossa colega [ininteligível], de a gente ter uma reunião prévia e alinhar para ver se a gente anda mais rápido. É ansiedade da idade.

O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO (Secretário-Executivo do Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima - MMA) − Excelente. Perfeito. Nós estamos aqui já analisando a convocação de uma reunião extraordinária do CONAMA para tratar desta matéria, para não postergar haja vista a urgência definida, inclusive, pela decisão do Supremo. E nós temos um indicativo até o momento, segundo me informou a Marcela, olhando todos os requisitos previstos no regimento, da possibilidade de convocar essa reunião para o dia 4 de agosto, que já cumpre o período de vistas e já daria tempo para cumprir todos os procedimentos para convocar. Então, em princípio, eu queria que vocês já deixassem previamente sinalizado. Nós vamos confirmar, não é, Marcela, ao longo dos próximos dias, mas, em princípio, nós teremos uma reunião extraordinária dia 4 de agosto para tratar desta matéria que, de fato, é urgente. Muito bem. Muito bom. Acho que, então, temos aí os encaminhamentos. Podemos, portanto, passar para o segundo item da pauta de processo da ordem do dia, que seria o processo 02000.003049/2025-14, de autoria do Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima, que propõe a alteração na resolução CONAMA 292 de 2002, que trata do cadastro e recadastramento das entidades ambientalistas no Cadastro Nacional de Entidades Ambientalistas, CNEA. A proposta consiste na exclusão do inciso VI do artigo 5º, eliminando a exigência de apresentação de atestado de pleno e regular funcionamento emitido por autoridade judiciária, membro do Ministério Público ou por três entidades já cadastradas no CNEA. Peço que a Marcela faça a apresentação da resolução.

A SRª. MARCELA OLIVEIRA SCOTTI DE MORAES (Diretora do Conselho Nacional do Meio Ambiente - CONAMA) − Bom, o DSISNAMA é responsável pela gestão do Cadastro Nacional de Entidades Ambientalistas. E nós fazemos a parte de secretaria executiva da comissão permanente do CNEA, a CPCNEA, que faz a análise desses pedidos. Mas nós somos responsáveis por receber a documentação e por organizar toda a parte cadastral, porque o CNEA ele é a base tanto de cadastro da sociedade civil para o CONAMA, para as eleições da sociedade civil no CONAMA, quanto de outros órgãos colegiados ligados à área de meio ambiente. Entre eles, por exemplo, o Conselho Gestor do Fundo Nacional do Meio Ambiente. E nós temos uma preocupação com a atualização dos dados desse cadastro e com uma dificuldade de ingresso de novas organizações. Então, a gente tem um cadastro que está bastante desatualizado em algumas regiões do país. A gente, enfim, região Norte, a gente teve bastante dificuldade nessa eleição de contato com as organizações que estavam no cadastro. Então, o que a gente percebe é que muitas vezes existem entraves burocráticos que dificultam o acesso de algumas organizações, por conta desse contexto, ao cadastro. A primeira é que o atestado de pleno irregular funcionamento por parte de autoridade judiciária ou por parte do Ministério Público não é concedido. Não é atribuição nem do Ministério Público nem de autoridade judiciária. Talvez essa regra seja uma regra muito antiga, que em algum momento fosse possível que essas autoridades dessem esse atestado, mas hoje as organizações, para cumprir com os requisitos, vão buscar o Ministério Público e não conseguem esse atestado. E a questão das três organizações, a gente colocou para a discussão, também pela dificuldade de organizações que estão pleiteando a entrada, identificarem organizações que possam dar uma carta que ateste o funcionamento da organização lá. Porque muitas vezes as organizações não são conhecidas ou têm dificuldade de encontrar organizações que conhecem dentro do nosso cadastro. Então foi uma proposta de aprimoramento, principalmente verificando que dentro do fluxo de análise dos pedidos, a gente tem um trabalho muito intenso da CPQNEA, que faz uma avaliação de toda a documentação que é enviada, que inclui CNPJ, relatório de atividades, as organizações são obrigadas a enviar relatório anual de atividades, e uma identificação muito apurada sobre os objetivos dessas organizações, se elas realmente atuam na defesa do meio ambiente. A CPQNEA é formada por 11 conselheiros da sociedade civil eleitos pelo

CONAMA. Então é um debate muito intenso que existe já nessa comissão, e a nossa avaliação é que, diminuindo esses entraves burocráticos para análise pela comissão, que a gente possa manter os relatórios e toda a documentação que é necessária, mas sem a necessidade desses outros requisitos que a gente está sugerindo excluir, a gente possa trazer novas organizações atuantes, mas que hoje não estão participando do cadastro e, portanto, não participam também dos órgãos colegiados. É isso.

O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO (Secretário-Executivo do Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima - MMA) − Muito bem. Obrigado, Marcelo. Só para fazer um esclarecimento adicional. Na realidade, o CNEA, o cadastro, é muito importante para o governo federal como um todo, que extrapola muito o CONAMA. O CNEA é utilizado para a composição dos grupos de trabalho, das comissões, todo o processo normativo do... O CNZU, por exemplo, que acabamos de criar, a Comissão Nacional de Biodiversidade, todas as comissões e grupos de trabalho dependem do cadastro do CNEA, dependem de uma participação ativa. O que nós estamos propondo aqui é retirar uma burocracia absolutamente inútil, porque o comitê fará a avaliação. Nenhuma entidade que não seja ambientalista poderá entrar, mesmo que ela se inscreva. Nenhuma entidade que esteja inativa, não tenha relatórios, poderá entrar. Então, o cadastro, aquela entidade que pleitear, ela vai ser analisada do ponto de vista da sua fidelidade com o tema e da sua atividade e a sua existência, que vai ser comprovada por mais de dois anos, etc. Todas as exigências do CNEA. Portanto, é uma coisa muito simples, que eu peço o apoio de todos, para que eliminemos “burocracia”, porque isso não é burocracia, isso é “burrocracia.” Você cria um monte de impedimentos para a entidade poder se inscrever, mesmo sabendo que depois ela vai ser analisada. Então, se alguém quiser comentar, se não, eu vou pôr em votação, agradeço a todos a compreensão, estou vendo que ninguém está se manifestando, portanto, podemos pôr em votação. Aqueles que forem a favor da aprovação da resolução de “desburrocratização” do CNEA, se manifestem, por favor. Muito bem. Você vota a favor ou contra? Muito obrigado. Vamos fazer por contraste? Muito bem. Quem for contrário, por favor, se manifeste. Quem se abstém, por favor, se manifeste. Então, aprovado com três abstenções. Parabéns, Marcela, pela desburocratização do CNEA. Vamos, de imediato, passar, então, a proposta de moção de apoio ao Projeto de Lei 3093/2001 de autoria da Comissão de

Direitos Humanos e legislação participativa, que... Olha, me desculpa, já foi votado. Não vou voltar atrás. Eu perguntei se havia alguma manifestação, ninguém se manifestou. Já está aprovada a resolução. Desculpa, já está aprovada a resolução. Eu perguntei se havia alguma questão, alguma manifestação, ninguém se manifestou. E eu já coloquei em votação. E está aprovada a moção. O senhor pode propor uma modificação da moção para a próxima reunião. Vamos passar, então, repito, ao processo. Terceiro item, que trata da proposta de moção de apoio ao Projeto de Lei 3093/2021 de autoria da Comissão de... Peço ordem no plenário, por favor. De autoria da Comissão de Direitos Humanos e legislação participativa, que propõe a proibição da exportação de animais vivos para abate no exterior. Convido o Guilherme Zambarda, representador civil, para fazer a defesa desta moção. Vocês podem fazer proposta de modificação na resolução. Mas, no momento, não foi possível.

O SR. GULHERME ZAMBARDA −Tem uma apresentação que nós passamos.

O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO (Secretário-Executivo do Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima - MMA) − Tem uma apresentação? Pois não, por favor. Vem aqui. Vamos seguir.

O SR. GULHERME ZAMBARDA − Cinco minutos?

O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO (Secretário-Executivo do Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima - MMA) − Cinco minutos, por favor.

O SR. GULHERME ZAMBARDA − Ok. Boa tarde a todas e a todos. Senhoras conselheiros, senhores conselheiros, autoridades, as pessoas que estão acompanhando em casa. Vou apresentar... Meu nome é Guilherme Leonardi, eu vou apresentar, então, a proposta de moção pelo fim da exportação de animais vivos. E aí trazer algumas informações. O tempo é curto, então vou ser bastante sucinto. Primeiro, o Brasil é um dos principais exportadores de animais vivos do mundo. Esses animais são deslocados por longas distâncias, normalmente mais do que 500 quilômetros, mais de 8 horas de duração de viagem, por estradas muito ruins, em péssimas condições, com deficiência de alimentação e deficiência de água, o que gera já um sofrimento demasiado. Depois

são levados para estações de pré-embarque, as chamadas EPEs, onde ficam inúmeros animais, em torno de 5 mil, 10 mil, 15 mil animais aguardando a exportação, produzindo dejetos, contaminação ambiental. E aí, depois disso, se inicia o transporte marítimo, que muitas vezes ultrapassa um mês. São várias semanas em alto mar. Os animais ficam confinados em espaços extremamente reduzidos, sem possibilidade de girar em torno do próprio corpo, sem possibilidade de sentar, deitar, sem ter condições de movimentação mínima, o que gera um sofrimento excessivo. Os animais acabam tendo que, quando conseguem deitar, eles deitam sobre urina, sobre a própria urina e sobre fezes. Talvez as pessoas não saibam, mas, normalmente, uma vaca, um boi, produz em torno de 30, 40, 45 quilos de excrementos, de fezes e urina. Então, é uma quantidade muito grande por dia. 30, 40, 50 quilos por dia de excrementos. Isso é um impacto ambiental muito grande nos oceanos, nos rios, nos portos, depois nos oceanos, em alto mar. Esses carregamentos chegam a ter 20 mil animais em cada embarcação. Então, 20 mil animais produzindo 40, 50 quilos de excrementos por dia. É um impacto ambiental gigantesco. Existe um barulho extremamente elevado no interior desses navios, porque esses navios não são construídos para essa finalidade. Então, não possuem ventilação adequada. E, por conta disso, são colocados sistemas de ventilação extremamente barulhentos, que causam desconforto, dano e sofrimento. Existe o balanço constante dos navios. As temperaturas são muito elevadas. O calor é muito grande durante todo esse período de viagem. O processo de embarque e desembarque dos navios é muito sofrido, é muito doloroso. Porque vocês imaginem, 5 mil, 10 mil, 15 mil ou 20 mil animais sendo embarcados. Evidentemente, esse embarque e desembarque acaba sendo feito da forma mais rápida possível, utilizando de equipamentos que causam sofrimento animal, como choques elétricos, varas de metal, etc. Animais que acabam se lesionando, alguma coisa, são içados vivos de dentro dos navios para fora, simplesmente amarrados pelas patas e levados para fora, ainda vivos e sofrendo, pode passar. Existe um elevado risco de acidentes. Esse risco é extremamente elevado, porque, como eu mencionei, esses navios não foram construídos para essa finalidade. Foram petroleiros, cargueiros, navios para transporte de container, que depois que a sua vida útil, o início da sua vida útil transcorreu, acabam sendo implementados para essa finalidade. Então, enquanto a frota mercante tem média de 20 anos de vida útil, esses navios têm 30, 35, 40 anos. Ou seja,

já são navios antigos e inadequados. Então, aí os dados, 80% da frota não foi construída para essa finalidade. E a média de idade desses navios é de 36 anos, ou seja, 16 a mais do que a média geral. E, claro, isso aumenta o risco de acidentes, de naufrágios, de tombamentos de navios. Então, em fevereiro de 2012, para citar dois exemplos, no Brasil, não se trata de uma mera hipótese, esses acidentes acontecem em território nacional e já aconteceram no exterior. No Brasil, em fevereiro de 2012 quase 53% dos 5.200 bois que estavam embarcados no navio Gracia del Mar morreram asfixiados por pane no sistema de ventilação, isso no porto de Vila do Conde, em Barcarena, Pará. Então, como eu disse, não há uma ventilação adequada e quando acontece um problema, eu já estive em embarcação, teve uma pane elétrica, só que tinha ventilação, esses animais acabam morrendo, nesse caso foram 5.200 animais mortos. E em outubro de 2015, o caso mais famoso, o navio Aidar tombou e afundou e a maior parte dos mais de 5.000 animais morreram ou no interior do navio ou tentando nadar para sair. Esse impacto ambiental, tanto pela quantidade de matéria orgânica de animais que acaba sendo morto por conta do acidente e também por conta da quantidade de óleo, em torno de 700 litros de óleo que estava a bordo desse navio, mais todos os outros materiais contaminantes, claro, geram um impacto ambiental imenso nessa região. Então, como eu ressaltei, o impacto existe desde o início do transporte terrestre, depois nas estações pré-embarque, onde esses animais permanecem em um período de quarentena, depois no embarque, na viagem, na região portuária, na viagem em alto mar e no desembarque. Vale mencionar, não está nessa apresentação, mas acredito que todos tenham ouvido falar também quando um navio brasileiro estava na cidade do Cabo, na África do Sul, e foi notícia mundial porque o mau cheiro na cidade foi tão grande que virou um problema ambiental, virou um problema para a cidade, tamanho o mau cheiro, tamanha a quantidade de excrementos que esses animais produzem e acabam levando para esses lugares. Pode passar para o próximo.

O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO (Secretário-Executivo do Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima - MMA) − Vamos encerrando, por favor.

O SR. GULHERME ZAMBARDA − Vou encerrar então. Aqui algumas imagens bastante breves, mostrando os navios inadequados, pode passar. Práticas de manejo. Quando

esses animais chegam em outros locais, eles são abatidos com formas extremamente agressivas, violentas, que não seriam adotadas em território brasileiro. Pode passar. E, acrescentando ainda outras questões de impactos socioambientais, como eu mencionei, existe a questão dos naufrágios, da contaminação nas estações de pré-embarque, existe a questão relacionada ao desmatamento também, porque boa parte, a maior parte dos animais, existem alguns portos brasileiros que realizam exportação, mas a maior parte dos animais são exportados do Pará, em uma região amazônica, existe uma tensão ambiental, uma tensão de desmatamento e também existe registro de fazendas que exportam animais aonde foram resgatados trabalhadores em situação análogas à escravidão. Ou seja, o impacto socioambiental é gigantesco e, para encerrar, só reforçando a resolução Nexus do Pnud, que vincula diretamente a questão de bem-estar animal e a questão ambiental. É uma resolução aprovada em 2022, estabelecendo essa relação, que é extremamente importante. E o último slide, a sociedade, de uma forma geral, pede o fim da exportação. Vou trazer alguns dados. A primeira proposta mais votada no PPA participativo, feito pelo governo federal para o Ministério de Portos, foi o fim da exportação. Esse foi um processo que contou com um milhão e meio de pessoas participando e a proposta mais votada no PPA participativo para o Ministério de Portos foi o fim da exportação. Na 5ª Conferência Nacional do Meio Ambiente, que foi linda, maravilhosa, acredito que todos tenham feito parte, a 20ª proposta mais votada foi também essa. Ela também estava em uma moção na conferência. Também foi aprovada uma moção no Conselho de Participação Social da Presidência da República, do qual eu faço parte, sobre esse tema. Pesquisa Ipsos 2019, 84% da população brasileira apoia o fim da exportação de animais vivos e existem diversos projetos de lei municipais, estaduais e nacionais, entre eles o projeto de lei 2.627 de 2025, que foi apresentado pela deputada federal Duda Salabert agora no início do mês e também o projeto de lei 3.093/2021, que é o projeto mencionado na moção e que é um projeto de iniciativa popular que chegou ao Senado, então a moção se refere a esse projeto de lei. Muito obrigado presidente, obrigado, senhores conselheiros.

O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO (Secretário-Executivo do Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima - MMA) − Muito obrigado pela sua explicação. Conforme bem-dito, aqui há uma moção que pede apoio a um projeto de lei que entre em tramitação

na Câmara. Está aberta a discussão. Quem gostaria de comentar, por favor? Rodrigo Justus.

O SR. RODRIGO JUSTUS DE BRITO – TITULAR (Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil – CNA) − Senhor presidente, senhores conselheiros, eu vou pedir vistas dessa moção. Eu não vou me alongar aqui em relação aos fundamentos. Nós temos trabalhado muito nessa questão da sanidade animal de exportação. O Brasil exporta um milhão de animais por ano, sendo 300 mil para a Turquia, em navios que são certificados segundo o Código Sanitário Animal Internacional, da FAO. Existe também o Código Sanitário Animal de Bem-Estar Animal de animais terrestres. Todas essas normas são respeitadas. Existem sim países onde animais são jogados em porões de navio cargueiro, até navio que carregava petróleo, enchem de bicho lá embaixo e levam a viajar. Isso é abominável e nós não aceitamos de nenhuma forma que isso aconteça. Nós temos trabalhado no Congresso, visando aperfeiçoar esse código. Veja que se eu disser que eu não posso transportar animais a mais de 500 quilômetros, eu estou acabando com a pecuária no Brasil, porque eu estou mexendo com o transporte terrestre, inclusive. Então, tendo em vista que a gente tomou conhecimento agora desses argumentos, eu vou deixar para apresentar os meus fundamentos, Sr. Presidente, no meu voto que irei apresentar dentro do prazo regimental. Agradeço e muito obrigado.

O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO (Secretário-Executivo do Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima - MMA) − Obrigado, Rodrigo. Bom, concedido vistas no direito regimental, lembrando que são 45 dias corridos e vamos então incluir na próxima reunião, que será extraordinária, provavelmente no dia 4 de agosto, onde faremos a discussão da matéria. Pois não, questão de ordem, conselheiro.

O SR. TOBIAS TIAGO PINTO VIEIRA – TITULAR (Movimento Verde de Paracatu) − Capô, mais uma vez, só para trazer essa interpretação que está sendo dada pela mesa erroneamente, de que não pode ser pedido questão de urgente matérias que estão na pauta. Isso já era uma prática nossa já há muito tempo aqui no CONAMA. O artigo 14 nos permite isso e a interpretação que está sendo dada é que somente matérias fora de pauta podem ser acatadas ao regime de urgência. Segundo ponto que eu queria trazer é que o artigo 17 menciona que as matérias, os requerimentos entregues à mesa, eles

precisam ser deliberados. Nenhum foi deliberado até agora. Então eu preciso que vocês corrijam essa questão, que se não for valer a questão de urgência para hoje, começa a tramitar a partir de amanhã em regime de urgência. Obrigado.

O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO (Secretário-Executivo do Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima - MMA) − Não, conselheiro, eu entendo a sua preocupação, agradeço, de fato, esse é o tema que teve alguma certa polêmica, mas nós sim seguimos o regimento e fizemos a leitura, o conselheiro Rubens Born apresentou um pedido de moção que não estava na pauta em regime de urgência e foi aprovado pelo plenário e será analisada hoje. Infelizmente, o regimento é claro, e repito, eu trabalho aqui sob... O Fábio disse que o pessoal do setor ambiental, Taveira, Ibama e todos nós ficamos, somos o recheio do sanduíche. Tem a sociedade, o setor de um lado, o governo e outros do outro lado, a gente fica no meio. Eu sou aqui o recheio também de um sanduíche composto pela plenária e pelo regimento. Eu não posso fazer nada que o regimento não preveja, de fato, infelizmente, a sua interpretação não confere com a interpretação da Constituição Jurídica, mas nós seguimos o regimento para aprovar a entrada de pauta da moção apresentada pelo Rubens Born a respeito do Acordo de Escazú. Próximo item, portanto, agora é a proposta de criação do grupo assessor para a elaboração de proposta de Código de Ética do CONAMA. Lembrando que essa proposta foi uma proposta trazida pelo atual presidente do Superior Tribunal de Justiça, doutor Herman Benjamin, então eu peço que a Marcela apresente a proposta para a deliberação, lembrando que faltam apenas mais dois itens para encerrarmos a ordem do dia. Peço paciência de todos para que a gente possa cumprir com as nossas obrigações "conamianas", sei lá.

A SRª. MARCELA OLIVEIRA SCOTTI DE MORAES (Diretora do Conselho Nacional do Meio Ambiente - CONAMA) − Bom, a proposta é que a gente crie um grupo assessor que tem como objetivo estabelecer diretrizes para prevenir conflitos de interesse e assegurar o princípio do não retrocesso ambiental, promover a transparência, a integridade e a responsabilidade nas deliberações do Conselho e propor mecanismos de monitoramento e atualização periódica do Código. Sugere-se que o grupo seja composto

por dois representantes de cada assessor, de cada setor, sendo um titular e um suplente. Então a gente delibera e estabelece prazo para as indicações.

O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO (Secretário-Executivo do Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima - MMA) − Alguma questão em relação a esta proposta? Olha, veja bem, hein, senhores conselheiros ambientalistas, eu estou perguntando se há alguma questão em relação a esse tópico, porque se não houver nenhuma questão, eu vou colocar em votação, assim como fiz no... Depois eu queria aproveitar para esclarecer um ponto importante. O conselheiro me procurou aqui dizendo que a forma que a gente conduz é primeiro vota e depois vê os destaques e... Mas não é, desculpa, mas não procede. Essa mesa, a presidência, só coloca em votação o texto base quando há muita movimentação, você percebe que há muitas questões envolvendo uma resolução, então o que a mesa faz? A mesa pede que vote o texto base sem pedidos dos destaques, e depois são discutidos destaque a destaque. O objetivo disso é acelerar, agilizar um processo de deliberação, quando há muito burburinho, você vê que tem muitas coisas, muitos conselheiros com propostas. Neste caso, eu fiz exatamente o mesmo procedimento, perguntei: “Há questões?” Se vários conselheiros tivessem levantado o cartão, eu iria propor exatamente isso, vamos votar o texto base e discutir os destaques, mas ninguém se manifestou. Portanto, o entendimento da mesa é de que não havia nenhuma questão em relação ao texto. O conselheiro me disse agora que havia uma proposta já encaminhada à mesa, mas eu não tinha essa informação, e, portanto, o resultado agora, a consequência agora é que os senhores terão que fazer uma proposta de ajuste na resolução, seguir a tramitação, nós nos comprometemos a fazer isso o mais rápido possível, mas, infelizmente, não foi possível. E peço atenção, peço atenção do plenário, eu estou colocando em votação a proposta de criação do grupo assessor para elaboração da proposta de regimento do Código de Ética do CONAMA, e não estou vendo ninguém levantando nenhuma questão, portanto, não há questão nenhuma, vamos pôr em votação, quem for favorável à proposta de criação do grupo assessor para elaboração da proposta de Código de Ética do CONAMA, se manifeste, por favor. Muito obrigado. Vamos fazer por contraste, contraste. Quem é contrário à criação deste grupo de trabalho, por favor, que se manifeste. Nenhum voto contrário. Quem se abstém, por favor, se manifeste. Uma abstenção aprovada à criação do grupo assessor para

elaboração do Código de Ética do CONAMA. Passamos ao próximo item. Próximo é... O penúltimo item da ordem do dia, proposta de criação de grupo assessor para elaboração de proposta de cadastro científico do CONAMA. Então, por favor, Marcela. Marcela está cheia de ideias, vocês estão vendo, não é? Parabéns ao DSISNAMA.

A SRª. MARCELA OLIVEIRA SCOTTI DE MORAES (Diretora do Conselho Nacional do Meio Ambiente - CONAMA) − Essa ideia é do grupo assessor de revisão da composição do CONAMA.

O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO (Secretário-Executivo do Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima - MMA) − Muito bom.

A SRª. MARCELA OLIVEIRA SCOTTI DE MORAES (Diretora do Conselho Nacional do Meio Ambiente - CONAMA) – Objetivos: Apoiar tecnicamente as câmaras técnicas e os grupos de trabalho do CONAMA. Estimular a participação da comunidade científica nas deliberações ambientais. Garantir diversidade regional, temática e institucional no cadastro. Composição: Dois representantes de cada setor, sendo um titular e um suplente, com participação consultiva de representantes da SBPC e da ABC.

O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO (Secretário-Executivo do Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima - MMA) − Então, é uma proposta que a gente tem, um cadastro de pesquisadores, cientistas, que possam colaborar conosco em momentos de elaboração de resoluções, de decisões do CONAMA, que possam ser acessados. Esse é o objetivo, não é isso? Correto? Por favor, com a palavra o nosso conselheiro... Eduardo, lembrando que você tem que se apresentar, por favor.

O SR. EDUARDO ARMOND (Confederação Nacional dos Trabalhadores da Indústria - CNTI) − Eduardo Armonda, CNTI, Confederação dos Trabalhadores... Nacional dos Trabalhadores da Indústria. Não, eu só queria um esclarecimento em relação à criação do grupo, desse cadastro científico. É um cadastro científico para identificação de entidades científicas que vão assessorar ou outra... Qual que é o objetivo do cadastramento prévio dessas entidades? Essa é uma dúvida.

A SRª. MARCELA OLIVEIRA SCOTTI DE MORAES (Diretora do Conselho Nacional do Meio Ambiente - CONAMA) − O grupo assessor vai definir o escopo. O grupo assessor está sendo pensado justamente para pensar na dinâmica. Ele vai propor para o plenário uma forma de organização.

O SR. EDUARDO ARMOND (Confederação Nacional dos Trabalhadores da Indústria - CNTI) − Então, não tem uma definição do que é o objetivo do cadastro ainda, é isso?

A SRª. MARCELA OLIVEIRA SCOTTI DE MORAES (Diretora do Conselho Nacional do Meio Ambiente - CONAMA) − O objetivo é estimular a participação da comunidade científica nas deliberações e garantir diversidade regional, temática e institucional no cadastro, apoiar tecnicamente as câmaras técnicas e os grupos que trabalham no CONAMA.

O SR. EDUARDO ARMOND (Confederação Nacional dos Trabalhadores da Indústria - CNTI) − Ou seja, esse cadastro vai apoiar as câmaras técnicas e vai assessorar o CONAMA, é isso?

A SRª. MARCELA OLIVEIRA SCOTTI DE MORAES (Diretora do Conselho Nacional do Meio Ambiente - CONAMA) − Isso.

O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO (Secretário-Executivo do Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima - MMA) − É uma espécie de um painel de especialistas, não é? É isso. Que o CONAMA possa se socorrer em momentos de debates relevantes. Mais alguma observação, algum ponto? Pois não.

O SR. WERNER FARKATT (Diretor-Geral do IDEMA - RN) - Boa tarde a todos. Werner Farkatt, diretor-geral do IDEMA Rio Grande do Norte. Só uma pergunta, eu vi que como colaboradores teria a SBPC e outras entidades. Foi pensada nesse conjunto também a CAPES e o CNPq, porque, como pesquisador que eu sou também, a CAPES e o CNPq, eles estão sempre ligados muito mais próximos das instituições de ensino superior, públicas ou privadas. Então, seria, não sei, se dentro desse arcabouço teria essa possibilidade ou seria definido por essa comissão. Mas seria interessante incluir a

CAPES e o CNPq que estão mais envolvidos diretamente com os pesquisadores brasileiros das instituições de ensino públicos e privadas. Era isso.

A SRª. MARCELA OLIVEIRA SCOTTI DE MORAES (Diretora do Conselho Nacional do Meio Ambiente - CONAMA) − Perfeito. Acho que a gente pode incorporar a sugestão.

O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO (Secretário-Executivo do Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima - MMA) − Muito bom. Obrigado pela sugestão. Eloísa, você levantou o crachá?

A SRª. MARIA HELOISA DIAS – TITULAR (Instituto Amigos da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica) − Bem rapidinho aqui. O grupo assessor destacou muito essa questão do painel de cientistas como apoio e deu sugestão de se consultar esses colegiados que já agregam cientistas. E aí destacamos a SBPC e outras organizações. Mas já fica aí o registro, Marcela, dele. Perfeito. Acho que é super bem-vindo.

O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO (Secretário-Executivo do Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima - MMA) − Muito bom. Então, em não havendo mais nenhuma, vou repetir, em não havendo mais nenhuma manifestação do plenário, a mesa se sente na liberdade de colocar em votação. Então, por favor, em votação. Quem for favorável à criação do cadastro científico do CONAMA, se manifeste, por favor. Por contraste, quem é contrário à ciência, uma forma de manipular a eleição. Uma forma de manipular a eleição. Quem é contrário ao cadastro, quem se abstém? Aprovado por unanimidade. Opa, tem uma abstenção? Então, quebrada a abstenção por um voto. Muito bem. Passamos, então, agora à apreciação da moção que foi incluída em regime de urgência por aprovação desse plenário, matéria extra-pauta, que trata do acordo de Escazú, um apelo ao Congresso Nacional para sua aprovação antes da COP30, com a palavra o conselheiro Rubens Born.

O SR. RUBENS HARRY BORN – TITULAR (Fundação Grupo Esquel-Brasil) − Boa tarde, mais uma vez, agradeço aos conselheiros e conselheiras que aprovaram a inclusão na pauta, por urgência. Essa moção está direcionada no seu texto, não sei se é possível colocar na tela, senão vou fazer um resumo. A ministra Gleisi Hoffmann, chefe

da Secretaria de Relações Institucionais, o ministro Márcio Macêdo, chefe da Secretaria-Geral, o ministro Rui Costa, da Casa Civil da Presidência, e aos presidentes do Senado e da Câmara dos Deputados. Elencamos os três ministros palacianos. Obviamente é desnecessário encaminhar essa moção à ministra Marina Silva, à ministra de Direitos Humanos, à ministra de Povos Indígenas, porque essas ministras e outros ministros já têm se pronunciado sobre o assunto. Então, seria muito importante que as lideranças ministeriais no Palácio Planalto e as lideranças do Congresso Nacional, do Senado e da Câmara, considerando que a relevância do Acordo Regional da América Latina e do Caribe, sob direito de acesso à informação, participação e justiça em assuntos ambientais, acordo no qual o Brasil foi líder nas negociações entre 2015 e 2018. O presidente Temer assinou o acordo considerando que o Brasil já tem um acervo de experiências e de normas compatível com o acordo, mas que o acordo poderá permitir o aprimoramento. O acordo foi assinado por 24 países, 18 países já o ratificaram. O presidente Lula encaminhou o acordo ao Congresso Nacional em maio de 2023 e, no mesmo mês, o então presidente da Câmara designou um deputado relator, o deputado Amon Mandel do Amazonas, que já apresentou o seu relato em setembro de 2023, favorável. O deputado fez uma revisão do seu parecer em 2024, acatando sugestões da frente parlamentar da agropecuária, preocupada com algumas questões de transparência de informação, e o parecer, então, incorporou uma nota interpretativa para esclarecer eventuais dúvidas. O acordo não viola a legislação brasileira de transparência de acesso à informação, pelo contrário, vários de seus dispositivos dizem que o acesso à informação e a transparência se fará de acordo com a legislação nacional. Na Câmara, a tramitação começa pela Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, deverá passar ainda pela Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, Finanças e Tributação, a Constituição e Justiça, para depois ir ao Plenário. Como eu disse antes, o Governo Federal, no começo do início legislativo deste ano, apresentou um documento das pautas de interesse do governo, junto ao Congresso, e no Bloco de Mudança de Clima e COP30, incluiu o Acordo de Escazú, considerando que a ratificação do Acordo de Escazú permitirá maior transparência e controle social de decisões governamentais na área ambiental, mas permitirá também o atendimento de regras da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico da União Europeia, portanto, permitindo

que um maior, digamos, elenco de produtos e serviços brasileiros da economia brasileira possam acessar os mercados deste país. Portanto, o acordo favorece a integração econômica do Brasil no cenário internacional e, considerando que o Brasil, por abrigar a COP30, retoma um papel importante nesse cenário internacional, a moção do acordo diz que este Conselho Nacional de Meio Ambiente, por meio desta… Reunião Ordinária, no dia 11 de junho, aprova a presente moção de requerimento às lideranças do Governo Federal e do Congresso Nacional para empreender esforços junto à Câmara dos Deputados e ao Senado Federal, com vistas aprovação do Acordo de Escazú pelo Congresso Nacional, preferencialmente antes da COP30, portanto, respeitando a autonomia entre poderes, mas fazendo um apelo que os membros do Parlamento Brasileiro, na Câmara e no Congresso, agilizem essa aprovação. É isso.

O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO (Secretário-Executivo do Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima - MMA) − Muito obrigado, Rubinho. Alguma manifestação a respeito? Alguma ponderação? Algum encaminhamento contrário? Bem, em não havendo nenhuma manifestação, colocamos em votação a proposta de moção, fazendo apelo ao Governo Brasileiro e ao Congresso Nacional para ratificação do Acordo de Escazú. Aqueles que forem favoráveis, por favor, se manifestem. Vamos para o contraste. Contrários, por favor, se manifestem. Bom, por contraste, fica evidente a diferença. Quem se abstém? Duas abstenções. Então, está aprovada a moção. Parabéns ao seu proponente. Encerramos com isso a ordem do dia, passamos à discussão de temas relevantes para a agenda ambiental e informes. Eu acho que a ministra Marina Silva já fez o informe inicial sobre a conferência, mas, Marcela, você vai complementar, por favor?

A SRª. MARCELA OLIVEIRA SCOTTI DE MORAES (Diretora do Conselho Nacional do Meio Ambiente - CONAMA) − A Luciana Holanda, que é a assessora especial.

O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO (Secretário-Executivo do Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima - MMA) − Ah, perfeito. Luciana Holanda, assessora especial, que esteve à frente desse esforço monumental de realizar uma conferência depois de mais de uma década.

A SRª. MARCELA OLIVEIRA SCOTTI DE MORAES (Diretora do Conselho Nacional do Meio Ambiente - CONAMA) − Assessora de Participação e Diversidade do Ministério.

O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO (Secretário-Executivo do Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima - MMA) − Ela capitaneou, juntamente com a Larissa, esse processo extremamente importante, e já parabenizando a equipe pelo sucesso da conferência, acho que todos aqui que participaram tiveram a mesma avaliação. E, inclusive, durante a defesa da moção sobre transporte de animais, também foi feita uma referência à conferência, a ministra fez uma referência à conferência, eu faço uma referência à conferência, e passo a palavra, então, por favor.

A SRA. LUCIANA HOLANDA (Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima - MMA) − Boa tarde, conselheiros e conselheiras, boa tarde, secretário, Marcela, vocês estão com fome, não é? A gente vai fazer uma apresentação bem breve, porque, na verdade, a gente está fazendo o levantamento de todos os dados, fazendo a sistematização de todo o trabalho também junto com a UNB, e aí, no segundo momento, a gente vai trazer uma apresentação completa para vocês. Hoje é mais para a gente dizer que a gente segue com o processo da conferência, a conferência não acaba com o evento, a gente tem desdobramentos agora, precisamos, inclusive, caminhar juntos para que as resoluções sejam monitoradas e implementadas. Então, a gente vai trazer aqui um balanço bem breve. Então, o tema da conferência, que é conhecido por todos: Emergência climática, o desafio da transformação ecológica. Os eixos que foram trabalhados, mitigação, adaptação e preparação para desastres, justiça climática, transformação ecológica, governança e educação ambiental. Esses foram os objetivos da conferência, subsidiar a implementação da política nacional sobre a mudança do clima, consolidar preferências da sociedade por ações que limitem o aquecimento a 1,5%, incentivar a adaptação climática nos municípios, promover a transformação ecológica e justiça climática e ampliar a participação social, especialmente de territórios vulnerabilizados. Aqui é só um histórico, como o secretário já havia informado, a última conferência aconteceu há quase 12 anos atrás. Então, em 2003, o tema foi fortalecimento do SISNAMA, em 2005, gestão integrada e uso de recursos naturais, 2008, mudanças climáticas, que resultou na criação da Lei 1287 de 2009, 2013, resíduos sólidos e criação

do Comitê de Acompanhamento e 2025, emergência climática. Essa aqui foi a metodologia utilizada, então nós tivemos conferências livres, conferências municipais ou intermunicipais e as conferências estaduais. Os resultados esperados para a quinta conferência era um documento final com 100 propostas sínteses organizadas por eixo, fortalecimento da política nacional sobre mudança do clima, ampliação do conhecimento público sobre emergência climática, estímulo à criação de políticas locais e nacionais baseadas na escuta social e o fortalecimento da democracia ambiental participativa. Então, a gente tem aqui os dados, as informações. Nós tivemos 492 conferências municipais, 179 conferências intermunicipais e 292 conferências livres. No caso das conferências livres, a gente teve uma inovação que as conferências livres elegeram delegados e delegadas direto para a etapa nacional. Então, foi uma forma também de ampliar a questão da participação e de trazer mais sociedade civil para o espaço da etapa nacional. Todos os estados realizaram a etapa estadual. Então, a gente teve... E aí, nesse levantamento, a gente teve mais de dois mil municípios que participaram do processo de conferência e todos os estados, como eu já havia dito, realizaram suas etapas estaduais. Na etapa nacional, nós tivemos o total de 3.210 participantes, um total de delegados e delegadas credenciadas de 1.185 pessoas, delegados e delegadas de conferências livres 265, delegados e delegadas eleitos nos estados 761, delegados natos 159 e os convidados das delegações estaduais 185 pessoas. Esse é um dado importante. A gente tinha previsto, aliás, na verdade, a Comissão Organizadora Nacional, junto com o Ministério do Meio Ambiente, preocupado com essa questão da garantia da presença de mulheres e pessoas negras na etapa nacional, estabeleceu cotas para a participação mínima de pessoas negras e de mulheres em todas as etapas, na verdade. A orientação era para que isso se desse em todas as etapas. Então, a gente teve 661 mulheres na etapa nacional, 512 homens, 8 pessoas não binárias e 4 que não informaram, e também a gente teve uma participação importante de pessoas com deficiência. Esses são os números das pessoas que foram credenciadas como delegadas e delegados. Pessoas com deficiência, a gente tem um número maior no total, envolvendo convidados, observadores. Então, a gente também teve esse olhar das pessoas com deficiência, trazendo as suas pautas, que também são bem importantes para o processo. Então, está aqui, só para trazer uma porcentagem, foram 56,4% de mulheres e 48,6% de homens na

etapa nacional. Pode passar para o próximo? É só para dizer, então, essa é a porcentagem de pessoas negras. Foram 58% de pessoas pretas e pardas e 42% de pessoas brancas entre os delegados e delegadas. Aqui, só para trazer um pouco do histórico, nós tivemos 10.794 propostas cadastradas na Plataforma Brasil Participativo. Propostas da etapa estadual. Dessas propostas sintetizadas para a etapa nacional, 568. Propostas da etapa estadual, 540. Então, a gente recebeu, depois de sistematizadas, foram 540 propostas que vieram da etapa estadual. 2.096 propostas das conferências livres. E essas conferências, depois de priorizadas na etapa nacional, a gente fechou com o número de 104 propostas. Inicialmente, estava previsto o número de 100 propostas, mas a gente teve empate de duas propostas em dois eixos. Então, nós ficamos com um caderno de resolução da etapa nacional com o número de 104 propostas, que são essas propostas que a gente vai precisar agora monitorar e acompanhar, e a gente vai precisar muito do CONAMA para nos ajudar nessa tarefa. A gente vai trazer rapidamente aqui as 10 propostas, porque foram 104 propostas priorizadas e teve um momento de votação das 10 propostas que foram consideradas mais importantes por toda a plenária. Em primeiro lugar, com 352 votos, ficou destinação de 5% do orçamento dos entes federativos para a Política Nacional de Meio Ambiente, com ênfase em gestão, fiscalização, restauração florestal e educação ambiental. Em segundo lugar, ficou educação ambiental decolonial e crítica, implementação transversal nos sistemas de ensino com foco em justiça climática, racismo ambiental e saberes tradicionais. Vocês vão ver que tem sempre a quantidade de votos por proposta. Em terceiro lugar, Sistema Nacional de Brigadas Populares, formação e financiamento contínuo de brigadistas comunitários para prevenção e combate a incêndios, pode passar. Em quarto lugar, Política Nacional de Direito dos Animais, criação de conselho paritário, fundo de apoio e estratégias de proteção em desastres climáticos. Depois, o Programa Nacional de Justiça Climática, ações integradas para populações vulneráveis com segurança alimentar, proteção a defensores e apoio psicossocial. Taxação de grandes fortunas para a justiça climática, financiamento de políticas ambientais com foco em compensações socioambientais. Fomento a agroecologia e sistemas agroflorestais, com foco na agricultura familiar, adubos orgânicos, bioenergia e meliponicultura, com 181 votos. Economia circular e gestão de resíduos, proposta de banimento de plásticos de

uso único, apoio às cooperativas e incentivo à compostagem. Regularização fundiária de territórios tradicionais, demarcação e proteção de territórios indígenas, quilombolas e ribeirinhos com gestão socioambiental. Por fim, a décima proposta mais votada foi saneamento e gestão hídrica com base em bacias hidrográficas, fortalecimento dos comitês de bacias e limpeza dos rios. Além disso, nós tivemos 88 moções que foram aprovadas pela plenária. São moções que tratam de diferentes temas, mas o que mais sobressaíram foram justiça climática, proteção de povos indígenas e comunidades tradicionais, transição energética justa, fortalecimento da participação social, financiamento de ações de mitigação e adaptação. Essas moções já estão todas disponíveis no site do Ministério do Meio Ambiente, na aba da conferência e também na plataforma Brasil Participativo. E aí, os próximos passos que nós temos... Na semana que vem nós temos uma reunião da Comissão Organizadora Nacional. A previsão era de fazer em maio, mas, por conta da agenda da ministra, não foi possível. Ela vai participar dessa próxima reunião. E a principal discussão da próxima reunião é a constituição de um fórum de acompanhamento e monitoramento dos resultados da conferência, que está previsto no regimento interno da Conferência Nacional. Então, é um momento em que, enfim, a gente vai olhar um pouco para as informações que a gente já tem e também já pensar na composição desse fórum e, certamente, o CONAMA, que esteve na Comissão Organizadora Nacional, deve fazer parte desse fórum. E aí, só destacar aqui que o CONAMA estava, como eu já disse, que o CONAMA estava compondo a coordenação, a Comissão Organizadora Nacional da conferência. As instituições que estavam fazendo parte eram a SBPC, a Fundação Esquel, o Instituto Amigos da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica e a Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental. E aqui, em nome da coordenação executiva, a gente gostaria de expressar um agradecimento especial aos conselheiros Rubens Born e Heloísa Dias, que estiveram com a gente, conduziram com dedicação, escuta ativa e espírito colaborativo todo o processo de preparação e realização da 5ª conferência. Então, em nome de Rubinho e Heloísa, agradecer a todos os conselheiros e conselheiras que estiveram com a gente, participaram de todas as etapas, sem dúvida que vocês foram fundamentais para esse processo, que seguirá. A gente tem muito trabalho pela frente. Acho que é isso.

A SRª. MARCELA OLIVEIRA SCOTTI DE MORAES (Diretora do Conselho Nacional do Meio Ambiente - CONAMA) − Obrigada. Luciana, e gostaria de complementar, na verdade, relembrar que, na última sessão plenária, a gente aprovou um grupo assessor para acompanhamento das deliberações da conferência, que também vai discutir a possibilidade de uma resolução que trate desse tema pensando na continuidade e na perenidade dos processos de conferência.

O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO (Secretário-Executivo do Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima - MMA) − Muito bem. Para rápidos, brevíssimos comentários, Rubens Born.

O SR. RUBENS HARRY BORN – TITULAR (Fundação Grupo Esquel-Brasil) − Queria também, em nome dos colegas aqui da bancada da Associação Civil, reconhecer o valor e a importância da retomada do processo das conferências. Agradecer a ministra Marina Silva, mas especialmente a equipe Flacso, UnB, especialmente a equipe do Ministério, conduzida pela Luciana e pela Larissa, pelo empenho de toda a equipe. A conferência, de fato, foi um sucesso. E a nossa preocupação da bancada tem a ver exatamente com monitoramento. Nós teremos a reunião no dia 17, mas isso como uma atribuição, o fórum da Comissão Organizadora. E agora, já que eu fui engenheiro um dia, a questão da engenharia institucional. Como é que CONAMA e Comissão Organizadora vão se engrenar? Porque as propostas aprovadas, e até as 88 moções, têm óbvia relação com a agenda ambiental aprovada aqui no CONAMA. O segmento da agenda ambiental do CONAMA é uma atribuição do CONAMA. Esse fórum vai seguir o que foi aprovado. Nós temos que tentar ver como é que nós criamos sinergia entre esses processos. E é um apelo ao bom senso do secretário Capobianco e à sabedoria também da Marcela, de a gente pensar como é que faz essa sinergia entre Comissão Organizadora e CONAMA no segmento da implementação do que foi aprovado na conferência. Muito obrigado. Excelente, Rubens. Muito bem. Mais algum comentário? Bom, e não havendo nenhum comentário, eu queria... Pois não.

O SR. JULIANO ARAÚJO(Fundação ARAYARA) − Vou saber bem breve. Juliano Arayara. Houve um pedido, acho que a gente tem já registrado. Por acaso, eu sou do CONAMA e do CNRH. E os conselheiros do CNRH, os 50 representantes, tanto do setor

privado quanto da sociedade civil, que a sociedade civil tem apenas uma única cadeira, no Conselho Nacional de Recursos Hídricos, e que faz parte de outro ministério, do MDIR, infelizmente não foram postos como conselheiros natos. E, portanto, tiveram uma dificuldade grande. Todos eles reclamaram, de todos os setores, da sua não representação do direito de voto, junto à Conferência Nacional do Meio Ambiente. Portanto, aí, a gente pede, primeiro, uma correção, considerando que pela primeira vez, infelizmente, o CNRH não foi convidado. E isso trouxe aí um prejuízo grande da participação de um tema extremamente importante, que é a gestão de água de um conselho par do CONAMA, e que, obviamente, a gente pede aí uma correção em relação a isso. E, por que não dizer, foram feitas uma série de ofícios, mas, infelizmente, o outro ministério não dá a devida atenção, como o Ministério do Meio Ambiente dá, para as causas ambientais. Muito obrigado.

O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO (Secretário-Executivo do Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima - MMA) − Obrigado, conselheiro. Registro feito. De fato, essa discussão surgiu durante o processo, e é importante que a gente mantenha essa discussão para as próximas etapas. Muito obrigado. Mais algum comentário em relação à Conferência Nacional? Muito bem, então, em não havendo nenhum comentário, eu queria, mais uma vez, reafirmar os parabéns. Primeiro, o agradecimento da Secretaria Executiva, do Ministério pela eficiência, com que a equipe se destacou nesse trabalho, e parabenizar a todos os envolvidos, que garantiram o sucesso da conferência, que realmente foi um marco da retomada da participação social na formulação de políticas públicas na área socioambiental. Nós temos, então, encerramos os itens da pauta, e temos agora a seção de informes. Temos aqui um, dois, três, quatro, cinco, seis. Um, dois, três, quatro, cinco, seis... Sete informes que eu vou pedir que sejam breves em função do horário, começando pelo Werner, da IDEMA, Rio Grande do Norte. Se pudesse, já, Lisiane, o Lauro Bacca, Raquel, Juliano, João de Deus [ininteligível] ficarem bem a postos, que vamos todos na sequência.

O SR. WERNER FARKATT (Instituto de Desenvolvimento Ambiental e Meio Ambiente - IDEMA) - Boa tarde a todos, novamente. Capobianco, muito obrigado. Na realidade, eu só queria compartilhar com vocês um momento, embora que hoje a

abertura, a fala da ministra colocou isso com várias propriedades, nós estamos com a criação e instalação de uma nova unidade de conservação, o chamado Mona Martins, no Estado do Rio Grande do Norte. É uma área de em torno de 3.500 hectares, de vegetação de caatinga, preservada, com áreas disponíveis à restauração, onde nós temos como elemento principal uma cavidade, uma caverna em mármore. É a segunda maior do país. A maior parte das cavidades são em calcário. Nós temos mais de uma dezena de abrigos e cavidades menores. E já reconhecido mais de 880 espécies da flora e mais de 200 espécies da fauna regional, já identificadas nessa área. E nós estamos... Esse é um decreto estadual de segundo semestre de 22. E agora, nessa semana, nós estamos iniciando as obras já de consolidação da nossa unidade sede, inclusive já foi feito todo o processo de aquisição das áreas, pagamento aos superficiários que ali estavam, para as sedes e outros elementos. Então, era mais para compartilhar com todos os conselheiros, essa mais nova, talvez, criação e unidade de conservação, no caso, é um monumento natural dentro do Estado do Rio Grande do Norte e dentro da sofrida caatinga do Nordeste, semiárido nordestino. É isso.

O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO (Secretário-Executivo do Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima - MMA) − Excelente. Por favor, nos convide para a inauguração. Viu? Nos convide para a inauguração. Está bom? Nos convide para a inauguração. Por favor, estaremos lá com muito prazer. Muito bem. Próximo, Lisiane, por favor. Lisiane Becker.

A SRª. LISIANE BECKER – SUPLENTE (Associação Catarinense de Preservação da Natureza - Acaprena) − Boa tarde a todos.

O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO (Secretário-Executivo do Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima - MMA) − Pelo número de páginas...

A SRª. LISIANE BECKER – SUPLENTE (Associação Catarinense de Preservação da Natureza - Acaprena) − Não, não, eu tenho cópia, eu tenho cópia. É um prazer estar de volta aqui, embora eu não tenha saído, desde 2014, é suplente, titular e vou indo.

O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO (Secretário-Executivo do Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima - MMA) − Sempre bem-vinda.

A SRª. LISIANE BECKER – SUPLENTE (Associação Catarinense de Preservação da Natureza - Acaprena) − Ao contrário do que me antecedeu, o meu informe não é muito interessante, não é tão feliz, mas é um gancho com o que foi falado pela nossa bancada ambientalista, em relação à Mata Atlântica. Então, é uma contribuição à reflexão e também para oportunizar que não se repitam os erros que no Rio Grande do Sul nós passamos. Então, vou direto. No Rio Grande do Sul, nós tivemos um rol de leis e resoluções do Conselho Estadual do Meio Ambiente, também sou conselheira lá, com pareceres contrários da nossa entidade. Foram passando, foram passando. E aí, nessa atuada, o Estado tem um termo de cooperação para licenciar a Mata Atlântica, a vegetação de Mata Atlântica, nos municípios. E, com isso, nós vemos que... Desculpe, deixa eu começar de novo. Porque eu comecei a me empolgar. Bom, se, por um lado, trouxe um [ininteligível], esse conjunto de leis e normas que eu falei, por outro lado, ele descuidou do fortalecimento das salvaguardas previstas na legislação ambiental, com destaque para o bioma, com lei específica, que está reforçado ainda no artigo 11 da Lei Complementar 140. Então, nessa toada, o termo de cooperação, isso que eu estava falando, trouxe ao município a obrigação de implementar o Plano de Conservação e Recuperação da Mata Atlântica. Uma obrigação estar lá no termo de cooperação, está lá, obrigação do dever. Cerca de uma década depois, na prática, esse requisito é tratado como opcional. Então, não precisa. A gente tentou de todas as maneiras. Judicializamos, não adiantou. Por conseguinte, a gestão territorial hídrica tem ocorrido sem o devido planejamento, claro. Para fazer uma gestão sem planejamento de Mata Atlântica é impossível. Ou, naqueles casos raros, é inobservado o plano. Fica na gaveta. E, como agravante, o Estado implementou a política ambiental, e está, entre aspas, ali de propósito, para desassoreamento. Sem a fiscalização, muito provavelmente destruir mais vegetação ciliar do que foi plantada. Pode passar a ilustração, por favor? Mais abaixo. Bom, essa foto aqui, onde tem esse desmoronamento, não foi da enchente, está gente? Não foi. E no Rio Grande do Sul tem mais dezenas de fotos semelhantes a essas antes da enchente. Então, vocês vejam que lá em cima está cortado. Então, depois a gente põe a culpa na enchente, que foi o desmoronamento, mas muito não foi. E na outra foto, na

outra imagem ali, é a política de desassoreamento. Vocês vejam como é que está a vegetação ciliar ali? Atrás está a máquina lá. Então, nós temos *any* arroios, córregos, que estão sendo desassoreados, sem necessidade, sem estudo técnico nenhum, e a mata ciliar indo água abaixo. As fotos próprias não foram achadas na internet, eu tenho muitas delas. Bom, visando reverter esse panorama, a gente oportunizou um programa gratuito, gratuito e inédito no Brasil, denominado Planos Municipais e Regional de Conservação e Recuperação da Mata Atlântica no Âmbito da Bacia Hidrográfica do Rio Caí. Denominamos PMMA/PRMA CAÍ. Aos 41 municípios faziam parte dessa bacia integral ou parcialmente. Dessa bacia, entretanto, somente nove tiveram condições de entregar o seu plano, sendo um deles uma revisão, que é graças ao projeto, aquele PDA, do Ministério do Meio Ambiente, de 2011, 2012, a nossa entidade foi contemplada, e esse é um dos municípios que foi contemplado naquela época com o nosso projeto. Então, tinha dinheiro. Restou claro que, se estivesse implementado o fundo de restauração do bioma, o resultado teria sido bem outro. E, como agravante, o Estado... Aqui repete, desculpe, está repetido aqui. A gente tem que fazer correndo as coisas. Então, não tem essa fiscalização, que também deveria estar lá nesse planejamento. Arrisca, a gente arrisca afirmar que o protagonismo, entre aspas, gaúcho, guarde grande relação com os dados do MapBiomas, e que houve um aumento de 3 mil na taxa de perda dessa Mata Atlântica em um ano. E a título só de esclarecimento, no Pampa, onde predomina a estiagem, já vou dizer porquê, são 140 mil hectares degradados ao ano, ao contrário do que está sendo divulgado com uma interpretação equivocada na sua redução. Não foi reduzido. O Pampa não foi, porque o MapBiomas explica muito bem como é que é feita essa metodologia. No semestre, relembrando, então, no primeiro semestre...

O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO (Secretário-Executivo do Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima - MMA) − Lembrando que é informes, eles são curtos. É muito importante o tema, mas...

A SRª. LISIANE BECKER – SUPLENTE (Associação Catarinense de Preservação da Natureza - Acaprena) − Não, já estou no fim.

O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO (Secretário-Executivo do Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima - MMA) − Está bom, obrigado.

A SRª. LISIANE BECKER – SUPLENTE (Associação Catarinense de Preservação da Natureza - Acaprena) − Relembrando, então, no primeiro semestre de 2023, longo período de estiagem, atingiu 389 municípios. Semestre seguinte, vieram as enchentes, sabendo que [ininteligível] 24, então foram três enchentes, não foi uma só. Eu falo, os números são bastante alarmantes. Então, entre os prejuízos econômicos, sociais e ambientais, nós tivemos prejuízos de espécies de fauna e flora silvestres nativos, cuja lacuna de conhecimento não nos permite avaliar a extensão da perda da biodiversidade e suas consequências. Pode passar só a imagem ali, essa eu tirei da internet, porque é uma cena de filme de terror. Isso aí é em Canoas. Então, vejam as pessoas ali no que sobrou de uma ponte, tentando se salvar. Olha, quem esteve lá, eu fico arrepiada, porque foi horrível, horrível o que nós passamos. Agora, em abril, mais de 60% dos municípios já decretaram situação de emergência devido a estiagem. A população sofre, então, o constante temor de reviver o recentíssimo passado. É nesse contexto, de tantas reiteradas cobranças proferidas nesse plenário, em 2014, tem uma foto falando aqui, depois de 2016, 2018, e assim vai, que assumi a tarefa de entregar um documento dos participantes da plenária livre do Fórum Democrático da Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul. O grupo referendo as seis propostas da sociedade civil aprovadas na 5ª Conferência Estadual de Meio Ambiente, enfatizando o seu apoio à efetiva regulamentação do Fundo de Restauração na Mata Atlântica, frente ao desafio da transição ecológica. Então, eu entrego a cópia impressa do documento para assinaturas de recebimento, e vou enviar o material no computador digitalizado. Obrigada.

O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO (Secretário-Executivo do Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima - MMA) − Muito obrigado, Lisiane. Lauro Bacca, por favor.

O SR. LAURO EDUARDO BACCA – TITULAR (Associação Catarinense de Preservação da Natureza – Acaprena) − Boa tarde a todos. Na minha fala tem um tom de despedida, que estamos saindo, deixando agora esse CONAMA. Foi uma alegria, um grande aprendizado, e só não me animei a continuar, porque exige um ritmo difícil de acompanhar. Eu tenho muitas outras atividades, escrever para a imprensa, difusão de ciência, princípios ambientais e ecológicos, são mais de 600 artigos, quero continuar

fazendo esse tipo de coisa e, evidentemente, me mantendo informado aqui com o pessoal. O que eu trago hoje é um apelo de uma comunidade lá do meu estado, que aparentemente é paroquial, Capobianco, mas não é tão paroquial assim. Trata-se da tomada de assalto do nosso litoral. O meu estado, Santa Catarina, eu sempre digo, brincando, que se fosse uma canoa, já estaria virando. De tanta gente, está na beirada da canoa, está ali em cima da praia. E tem, na chamada Dubai brasileira, Balneário Camboriú, já falei aqui em outra ocasião, uma praia que, milagrosamente, permaneceu agreste até hoje, com vegetação nativa, em estágio, podemos dizer, até primário de [ininteligível] ecológica, e essa área está ameaçada por um empreendimento. Esse empreendimento, quem vai fazê-lo, arrecadou em um leilão da Caixa Econômica Federal por R$ 31 milhões de reais, quando o terreno era avaliado em R$ 230 ou mais milhões de reais. Então, tem alguma coisa estranha acontecendo aqui. Mas deixemos isso fora. O que interessa é que há um apelo para que se salve essa prainha. E, na Dubai brasileira, não falta dinheiro. Somente a ereção de um prédio de 550 metros de altura vai render aos cofres públicos do município de Balneário Camboriú cinco vezes o valor pelo qual essa praia foi leiloada. Gente, então não é falta de dinheiro, é realmente falta de vontade de transformar aquela área em uma espécie de monumento. Praia deserta, hoje em dia, é uma espécie paisagística ameaçada de extinção. Então, vai ter um enorme valor no futuro. Então, o meu apelo, não sei se ele pode projetar ali, é que, quem tiver alguma ideia do que pode ser feito, entrar em contato comigo, que passo para o pessoal que está lutando pela salvação da Praia de Taquarinhas, a última praia agreste de Santa Catarina, para evitar que todo o nosso litoral se transforme em uma muralha de prédios em cima do mar, inclusive esse que eu falei há pouco, que começou a construção agora, de inimagináveis 550 metros de altura. Então, era isso. Está ali o meu WhatsApp. Quem puder depois mandar alguma mensagem, alguma orientação de como agir, de como fazer, eu repasso depois para esse grupo que está trabalhando nisso. Muito obrigado.

O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO (Secretário-Executivo do Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima - MMA) − Obrigado, Bacca. Queria agradecer a sua participação no CONAMA, super ativa, colaborativa. Lamento a sua ausência, mas tenho certeza que você vai continuar colaborando e vai estar nos ajudando aqui no CONAMA, mesmo não estando aqui fisicamente. Raquel, por favor.

A SRª RAQUEL MARTINS − Boa tarde a todos. Meu nome é Raquel Martins. Eu represento a Confederação Nacional de Municípios. O meu informe aqui é mais também sobre a questão do licenciamento. Já foi bem comentado pela ministra, pelo secretário, por outras representantes por aqui. Mas vou falar desse projeto que impacta em vários aspectos. Em relação aos municípios, eles querem retirar a necessidade de consultar o município sobre a certidão de uso do solo. Eles querem que dispense isso nos processos de licenciamento ambiental. Então, às vezes, mesmo que o outro ente, que não é o município, vá licenciar, se ele não considerar o que é feito no município, isso pode trazer vários danos, porque o município tem todo um planejamento territorial. Se ele não for consultado, às vezes o Estado pode dar o licenciamento para o empreendimento sem saber de fato o que aquela área foi destinada, os objetivos do município. Retirando essa autonomia municipal. Era só isso, pessoal. Muito obrigada.

O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO (Secretário-Executivo do Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima - MMA) − Obrigado, Raquel. Juliano.

O SR. JULIANO - Cada vez que eu encosto aqui, dá um choque, uma beleza.

O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO (Secretário-Executivo do Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima - MMA) − Você é muito elétrico.

O SR. JULIANO - Mais de um levou choque aqui.

O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO (Secretário-Executivo do Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima - MMA) − É que você é muito elétrico.

O SR. JULIANO - Mas tem que ser. 230 termoelétricas a gás e licenciamento no Brasil. Ontem tivemos uma vitória importante na suspensão da outorga de águas aqui em Brasília, no Distrito Federal, de uma termoelétrica de 1,5 giga watts, que todos nós que viemos ou moramos aqui respiraríamos um ar 250% mais poluído. E teríamos o rio Melquior, que fica... Ele é utilizado no estado de Goiás para abastecer mais ou menos 60 municípios. Só essa termoelétrica consumiria água em torno de 40% de todo o recurso hídrico disso. E, infelizmente, a Adasa, que é aqui do Distrito Federal, fez um licenciamento, fez a outorga disso, com um esquecimento. A Lei Nacional, em relação...

Que exige os estudos das bacias hidrográficas, por ter no máximo 10 anos, passou de 10 anos, você precisa renovar, e você é proibido de dar qualquer tipo de outorga. Ainda assim, passado 13 anos, e escrevendo que não houve, não há problema climático no Distrito Federal, nós não passamos, nos últimos 10 anos, por nenhum risco hídrico. Acho que eles esqueceram, provavelmente estava todo mundo viajando para algum outro lugar, talvez lá para Balneário Camboriú, do nosso nobre colega de Santa Catarina, fizeram essa outorga. Vejam só vocês. Isso está se repetindo não só aqui, isso significa para a área privada, cada termoelétrica, no caso dessa, o aumento de conta de luz aqui para os moradores do Distrito Federal seria de 17%. Ou seja, a gente liga a termoelétrica na tomada e toda a atividade comercial, industrial, ou das nossas casas, 17% de aumento de consumo. E, obviamente, esse assunto está sendo discutido. Aqui fica um convite, no dia 17, agora, às 19 horas, nós teremos mais uma audiência pública para discutir, obviamente, e assim esperamos, a proibição da instalação dessa termoelétrica aqui no Distrito Federal. E para não esquecermos, também no dia 17, lá no Rio de Janeiro, teremos a enfadonha quinta oferta permanente de petróleo e gás, obviamente com blocos de petróleo sobre Fernando de Noronha, sobre o [ininteligível] em territórios indígenas, sobre atividades agrícolas, inclusive, escolheram, assim, sintomaticamente, ligarmos aqueles *flares* que ficam 24 horas queimando, eu fico com dó dos agricultores lá do Mato Grosso, que vão ter vários problemas com uma grande quantidade de insetos e, obviamente, uma redução da sua produtividade e, obviamente, tendo a sua soja, o seu algodão, o seu milho, com risco de não passar por razões fitossanitárias, haja visto que regiões, lá nos Estados Unidos, não podem produzir, por exemplo, petróleo e gás nas áreas onde há exportação dessa *commoditie*. Fora isso, e por fim...

O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO (Secretário-Executivo do Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima - MMA) – Encerrando.

O SR. JULIANO - Já na região sul, Bacia de Pelotas, colocando em risco os grandes cetáceos que hoje se reproduzem na região sul do Brasil e, nesse momento, a interesse da Petrobras acabando com a APA da Baleia Franca para a instalação de um terminal portuário de gás e de líquidos. E, obviamente, encerrando, senhor secretário, algo que há milhões de anos essas baleias migram e usam a região de Imbituba, no estado de

Santa Catarina, para se reproduzir, vejam só vocês, milhões de anos isso acontece e, agora, eles querem acabar com o berçário desses grandes animais e a gente espera, sinceramente, que isso não aconteça. Obrigado.

O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO (Secretário-Executivo do Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima - MMA) − Muito obrigado, João de Deus. João de Deus, César Vítor, Marcelo e Pedro. E aí encerramos.

O SR. JOÃO DE DEUS MEDEIROS – SUPLENTE (Instituto Amigos da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica) − João de Deus, Instituto Amigos da Reserva da Biosfera. O informe que eu trago aqui, presidente, é sobre o projeto de decreto legislativo 718/2024. Para informar, esse é um projeto de decreto legislativo que, absurdamente, propõe sustar o decreto 6.660, integralmente. Então, para quem não está ciente, esse decreto é o decreto editado em 2008 que regulamenta a lei da Mata Atlântica. Então, é bastante preocupante, esse processo, ele está iniciando a tramitação, foi apresentado no final do ano passado, vai ter uma tramitação em duas comissões e depois também tramita em plenário. E aqui eu trago o informe também com a solicitação, principalmente de um empenho por parte do MMA, Capô, para que a gente possa mobilizar a base parlamentar no sentido de procurar segurar isso que seria um retrocesso inimaginável, principalmente, até descabido, porque a própria justificativa apresentada no projeto de decreto legislativo é sobre inadequação da inclusão das áreas de mata seca no norte de Minas, no contexto da Mata Atlântica. E isso não é decorrente do decreto 6.660. O mapa da área de aplicação foi editado pelo IBGE e essa é uma previsão que está na lei. Então, a própria justificativa é incoerente. Então, é só trazer o informe e solicitar esse apoio do MMA para que a gente possa estar garantindo a manutenção do decreto e, por conseguinte, a condição de segurança jurídica na aplicação da lei da Mata Atlântica, que protege esse bioma já tão ameaçado. Obrigado.

O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO (Secretário-Executivo do Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima - MMA) − Depois você podia encaminhar isso, por favor, à mesa aqui, para a gente monitorar de perto, por favor? A Assessoria Parlamentar não está aqui, precisamos sempre ter a Assessoria Parlamentar Nacional, viu, Marcela? Esse

é um caso para a gente passar como prioridade para a Assessoria Parlamentar. César, por favor.

O SR. CESAR VICTOR DO ESPÍRITO SANTO – SUPLENTE (Representante da Fundação PRÓ NATUREZA - FUNATURA) − Bom dia a todas e todos. César Victor, da FUNATURA, representando a região Centro-Oeste. É só uma questão de informação, viu, Capobianco, até você falou de Assessoria Parlamentar, porque no dia 27 de novembro, na reunião aqui do CONAMA, foi aprovada uma moção apresentada por mim sobre um apoio ao PL da deputada Célia Xakriabá, que dispõe sobre a criação, regulamentação e medidas de valorização, proteção e promoção da profissão de brigadista, de brigadistas florestais no Brasil. Ontem eu estive com a deputada, por outros motivos, e ela, comentamos sobre isso, mas ela não tinha recebido, ela não sabia da existência dessa moção. Então, a minha pergunta é: Após uma moção deste jeito ser aprovada, qual seria o trâmite? Eu entendo que deveria ser para as comissões que estão analisando este projeto de lei, como para a própria presidência da casa lá, na Câmara dos Deputados, e na própria deputada que apresentou, porque, com certeza, isso dá uma força muito grande, uma moção apoiada aqui pelo CONAMA, a este projeto de lei, que foi aprovado até por unanimidade, porque ontem ela estava mencionando, na fala dela, no evento em que eu estava, sobre isso, sobre o projeto de lei, para poder outras entidades que puderem apoiar isso, diferentes estados do Brasil que têm a questão dos incêndios e a questão também da valorização dos brigadistas, e eu mencionei este daqui, mas ela, aparentemente, não tinha conhecimento dessa moção, então, eu gostaria apenas de que fosse reforçado ou enviado novamente, tanto para a deputada quanto também para as comissões onde você vai estar tramitando isso. Obrigado.

O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO (Secretário-Executivo do Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima - MMA) − Você quer dar um informe sobre isso?

A SRª. MARCELA OLIVEIRA SCOTTI DE MORAES (Diretora do Conselho Nacional do Meio Ambiente - CONAMA) − A gente, geralmente, envia para a presidência da casa, quando há uma moção para a Câmara dos Deputados ou para o Senado, mas, sem problemas, a gente reforça o envio conforme solicitado.

O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO (Secretário-Executivo do Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima - MMA) − Mas, lembrando que é importante que os proponentes de moção, uma vez aprovadas, eles também façam a entrega. Nós sempre trabalhamos assim, ou seja, quem propôs a moção obteve a aprovação, que pega essa moção e encaminha, também leva essa moção, mas vamos... Cuidar desse encaminhamento formal também, porque sempre é mais burocrático e demorado, chegar na presença da Câmara até chegar na deputada. Tudo bem, mas façam isso, façam a militância aí. Rubinho, por exemplo, já pediu cópia da moção, vai sair correndo, distribuindo pela Esplanada inteira. Certo, Rubinho? Muito bem. Marcelo, ANAMMA e, finalmente, Pedro de Mato Grosso do Sul e encerramos. Por favor.

O SR. MARCELO PEREIRA MANARA – SUPLENTE (Associação Nacional dos Órgãos Municipais de Meio Ambiente - ANAMMA) - Obrigado, secretário. Boa tarde já a todos. Prometo ser rápido. Três pontos. Quero aproveitar, primeiro, a presença ainda aqui no plenário do presidente Rodrigo Agostinho, do Ibama. Rodrigo, pedi que aquela ação especial que o Ibama fez na compensatória de uma concessionária para o Rio Casca, criação de uma unidade de conservação do Rio Casca, na Bacia do Doce, uma área espetacular, o Ibama fez todo o esforço. Aproveitar, parabenizar o seu esforço para que concretizasse um instrumento compensatório belíssimo para a criação de uma unidade de conservação de 2 mil hectares, mas, depois que obtiveram a ASV, não providenciaram absolutamente mais nada no caminho de criar a unidade de conservação. Então, seria muito bom o Ibama fazer aquela cobrança para que, efetivamente, tivesse mais essa unidade de conservação ainda já lançada esse ano. Aproveitando um pedido dos meus amigos do Comitê de Bacia do Doce. Um segundo ponto, senhor secretário, é com relação ao lançamento, na cidade de São José dos Campos, no qual eu estou secretário do Urbanismo e Sustentabilidade, lançado agora pelo prefeito Anderson Farias, no Dia Mundial do Meio Ambiente, o programa Cidade Carbono Neutro de São José dos Campos, com o apoio do IPT, FAPESP, 100 pesquisadores, mais de 37 instituições, vai trilhar essa jornada para se tornar o primeiro município no Brasil com esse amparo científico de uma rota metodológica para neutralização do carbono. Então, vou convidar, através do presidente Marçal Cavalcanti, presidente nacional, também o presidente Marcelo Marcondes, da ANAMMA São Paulo, para que a ANAMMA

acompanhe essa jornada no município e a gente possa levar, quem sabe, para a COP30, o maior número possível de municípios que deem o primeiro passo, que são os inventários de emissões. Então, São José fez agora o inventário de emissões, estamos nessa jornada, e aí fazer um grande chamamento aqui para a plenária, que nós já tivemos, inclusive, a adesão de muitos segmentos produtivos da cidade, foi um anúncio que foi realmente um golaço dentro das expectativas de adaptação e resiliência, preparação dos municípios frente às mudanças climáticas.

O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO (Secretário-Executivo do Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima - MMA) − Muito obrigado, Marcelo, parabéns.

O SR. MARCELO PEREIRA MANARA – SUPLENTE (Associação Nacional dos Órgãos Municipais de Meio Ambiente - ANAMMA) - Muito obrigado. E, por fim, também, só tem mais um ponto aqui que eu já vou falar em 10 segundos.

O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO (Secretário-Executivo do Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima - MMA) – [ininteligível].

O SR. MARCELO PEREIRA MANARA – SUPLENTE (Associação Nacional dos Órgãos Municipais de Meio Ambiente - ANAMMA) - O deputado Fábio Feldmann alertou aqui que as grandes obras de infraestrutura já têm que ser recobradas no seu instrumento de licenciamento sobre a adequação das mudanças climáticas. Então, só registrar aqui que os municípios lindeiros à obra de ampliação da rodovia Presidente Dutra, que todos conhecem, todos os municípios, manifestaram no último dia 6, em audiência pública da ANTT, uma grande e grave preocupação, porque todas as intervenções nas drenagens ao longo dos municípios, só em São José dos Campos, são 16 pontos de drenagem, eles estão sendo construídos na duplicação da rodovia, inobservando conceitos do estudo hidráulico e, principalmente, essa adequação frente a esse cenário de mudanças climáticas. Então, é um alerta, peço aqui aos representantes da ANTT que possam levar e reforçar essa preocupação que os municípios, São José dos Campos, já colocou e apresentou na audiência do dia 6. Então, sim, é uma preocupação ao longo de todos os 400 quilômetros, todos os municípios impactados por essa obra, que atentem à adequação dos estudos hidráulicos para que os municípios não

sofram graves problemas de alagamento, enchentes, como decorrentes dessa obra, obra importante, não se questiona isso.

O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO (Secretário-Executivo do Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima - MMA) − Muito bem, Marcelo, muito obrigado. Pedro Mato Grosso Sul. Muito obrigado, Marcelo, parabéns pela intervenção.

O SR. PEDRO − Sr. Presidente, conselheiros, obrigado pela inclusão. É só para passar a informação de que o Estado de Mato Grosso do Sul, em final de abril, publicou no Diário Oficial uma limitação administrativa para uma área de 160 mil hectares no Pantanal para efeito de estudos para a criação de uma nova unidade de conservação. É esse o informe.

O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO (Secretário-Executivo do Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima - MMA) − Parabéns. Muito bem, eu queria agradecer a todos pelo empenho de termos permanecido aqui. Realmente é um exemplo, todos que estão aqui, é um pouco chato, quando a pessoa vem, depois de tratar do seu assunto, sai da reunião e nos deixa aqui, mas temos um quórum muito qualificado ainda até esse horário, agradeço muito. Eu queria, em nome do secretário Gino, agradecer muito a parceria que temos tido com os órgãos estaduais. Tivemos a possibilidade de aprovação da ampliação da APA Costa dos Corais no estado de Alagoas e Pernambuco, graças ao apoio que tivemos nessa parceria. O secretário esteve conosco, inclusive, na sessão, e foi muito bom, muito positivo, mostrar que nós estamos irmanados nesse esforço. E agora vamos ter, vamos dar a chance ao secretário Eduardo Taveira de também participar das próximas unidades, criar várias unidades de conservação no estado do Amazonas, e certamente teremos muito apoio. E estamos aí prosseguindo em uma agenda muito intensa, agradeço a todos, parabenizo a todos os novos conselheiros, em nome da nossa nova geração, a Karina Schaffer aqui, filha de dois militantes históricos do CONAMA e fora do CONAMA, o Vigo de Amíria. Parabéns por você ter assumido esse desafio e já ter iniciado de forma tão ativa aqui no plenário. Muito obrigado a todos e até a próxima reunião, provavelmente uma reunião extraordinária no início de agosto. Muito bem. Bom apetite para todos. Muito obrigado.